Pedro Guimarães Marques

Sambando na corda-bamba:

Capoeiras, fraudes eleitorais e malandragem

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História

Orientador: Professor Diego Antônio Galeano

Rio de Janeiro

Dezembro de 2015

Para Ana Paula Guimarães Marques

Sumário

Introdução, 7.

Capítulo 1 - A gênese do rei dos bandidos cariocas

Uma década de Camisa Preta, 18.

Capítulo 2 - A quebra do silêncio pela malandragem – o assassinato da biblioteca nacional.

O olhar da legalidade sobre o crime, 46.

Os laços de relação e a fraude, 54.

Capítulo 3 - O herói canonizado: honrado, morto e ressuscitado.

A honra como código de conduta, 72.

O crime – o herói “cristianizado”, 76.

Do inferno ao céu: relembrando Camisa Preta, 80.

Conclusão, 94.

Referências Bibliográficas, 99.

Agradecimentos

Dedico com todo o meu amor e minhas forças esse trabalho primeiramente a minha mãe, Ana Paula Guimarães Marques, e a meu pai, Reinaldo Moreira Marques, por terem sempre me dado apoio nas minhas investidas pelo mundo acadêmico, principalmente quando mudei de curso. À Tânia Gomes, por ser uma segunda mãe e uma das pessoas mais especiais em minha vida. Aos meus irmãos e irmã, avós, tios e tias, primos e prima por, constituindo todos nós uma família, serem fonte de constante amor desinteressado.

Às pessoas que são em grande parte, origem dos meus sorrisos e felicidades diárias, Duda Brasil, Felipe Hilgenberg, Natália Regina, Marcela Montojos, Thiago Dias, Vicente d'Orema.

À Marylia Pegorer, que mesmo longe, é pilar constante de sustentação na minha vida, sempre me oferecendo carinho que não se pode mensurar.

Aos amigos da PUC-Rio, Eduardo Teles, João Rodrigo Bizerril, Rônio Souza, Joel Moura, Ana Cláudia Lima, Ana Carla, Pedro Fraga Vianna, Fabiano Taranto, Mariana Abreu, Alice Mabel, Lúcia Fernandes, William Bannitz e Carlos Thadeu por me propiciarem anos de felicidade e alegria na faculdade. Também a Bruno Cuzzoni e Paulo Noriega.

Aos funcionários do departamento, Cleuza, Anair, Moisés, Cláudio e Edna por serem sempre tão solícitos, ajudarem a mim e aos outros alunos sempre de boa vontade, com simpatia e dando o máximo de si.

Aos colegas bolsistas do PIBID, pelo amadurecimento que me proporcionaram com os seus variados pontos de vista, além da camaradagem estabelecida ao longo do curso.

Aos professores e professoras do departamento por terem me mostrado outro mundo o qual não conhecia antes, por terem sido sempre abertos ao diálogo com os alunos, compreensivos, respeitosos, solícitos e pelo profissionalismo perfeito. Em especial, gostaria de agradecer aos professores Diego Galeano, pela sua

pessoa sempre disposta a ajudar, que tanto me aconselhou para a redação dessa monografia e a Rômulo Mattos, pelo mesmo motivo, além das aulas de ambos serem ótimas! Abro um parêntese também para Edmilson Rodrigues, pelas aulas extravagantes que todos nós alunos adoramos! (sair do departamento e fazer tarefas na rua faz bem de vez em quando!)

Por fim, tenho que agradecer especialmente ao professor, e principalmente, a pessoa que é Ilmar Rohloff de Mattos. Obrigado por me mostrar o que é ser professor, por servir de inspiração para todos os alunos, pelas conversas e o privilégio de ter tido tanto conhecimento compartilhado. Obrigado especialmente por todo o apoio, motivação e por me tornar mais cidadão ciente dos meus direitos e deveres e por me ensinar valores para a tolerância. Serei eternamente grato.

Resumo

Essa monografia foi feita para o Departamento de História da PUC-Rio, período de 2015.2. O trabalho aborda a vida de Alfredo Francisco Soares, famoso desordeiro conhecido por Camisa Preta, e suas atuações no mundo do crime, focando-se especialmente em sua atuação como cabo eleitoral. A partir da documentação utilizada - jornais e inquéritos policiais - a vida dessa figura cuja importância é tão grande na história do crime da capital vai surgindo à luz...

Palavras-chave:

Camisa Preta, polícia, fraudes eleitorais, malandragem, jornais.

Introdução

Ainda em nossos tempos, o Brasil sofre com problemas que remontam a tempos longínquos. Esse trabalho surge da reflexão sobre a atualidade, mais especificamente sobre a ainda utilização da violência para o controle de pleitos eleitorais em comunidades do Rio de Janeiro. Através da milícia, percebemos que o fenômeno de manipulação do voto existe. Não apenas ele, mas outros como o patrimonialismo, o clientelismo e o corporativismo formam aspectos que estão fortemente enraizados na cultura política brasileira. Esses problemas possuem sua historicidade, achando-se sobre um caminho único o qual trilham se entrecruzando. Vendo-os como elementos extrínsecos a lógica do sistema de *check and balance*, de Edson Nunes[1], tais características sofreram ao longo da história brasileira uma acomodação, uma vez que a modernização do país foi feita de cima para baixo, através de acordos e silenciamento da ação da população, que pudesse ocasionar em uma ruptura com tal sistema.

Refletindo sobre essa questão, cheguei ao meu objeto de estudo através de um livro que reúne uma coleção de inquéritos feitos pelo delegado auxiliar Astolpho Vieira de Rezende. O ano era de 1909 – as eleições para Intendente Municipal foram conturbadas, ocasionando em uma série de conflitos e mortes no dia 31 de outubro. Nelas, Alfredo Francisco Soares, também conhecido como Camisa Preta, seria protagonista de um crime. Famoso cabo eleitoral, foi acusado de ter assassinado o vigia noturno e também capanga Marcellino Antonio de Oliveira. Mas não só por esse crime Camisa Preta era reconhecido – sua fama atingiu proporções muito grandes, a ponto de que a revista *Careta*, quando o desordeiro morreu, chamá-lo de "rei dos bandidos" cariocas. Tito André, ex-malandro que também relatou suas experiências de vida depois, o chamou de "benjamin dos bambas". Jornais usavam a sua figura como expoente de uma era, como expressões que dizem "no tempo de Camisa Preta". Ao mesmo tempo, trabalhos acadêmicos citam a figura de Camisa Preta, reforçando a sua importância, porém não em um estudo aprofundado sobre a sua pessoa. Aqui surgem os dois primeiros

[1] NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

objetivos que se dividem entre os capítulos dessa monografia. Procuro primeiramente saber quem era Camisa Preta e, em segundo lugar, como ele fez a sua fama.

As fontes consultadas dessa monografia são os jornais *Gazeta de Notícias, O Paiz, Jornal do Brasil, A Noite, Correio da Manhã, O Século, A Imprensa, A Época, Diário de Notícias, A Notícia*. As revistas as quais foram trabalhadas são: *Careta, O Malho, O Cruzeiro* e *Revista Vida Policial.* Por documentação policial, temos o livro de Astolpho de Rezende[2], onde se encontra o seu inquérito sobre o crime da Biblioteca Nacional, além da petição de habeas corpus preventivo e habeas corpus feita por seu advogado no ano de 1911[3], quando Camisa Preta sofria pressões por parte da polícia para ser reconduzido a prisão sem justa causa e o documento de antecedentes criminais[4] do Gabinete de Identificação e Estatística da delegacia do 8º distrito policial. Ambos podem ser encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Por fim, também há a consulta ao Código Penal de 1890[5]. Infelizmente, não há relatos por mim encontrados da sua própria voz, sendo as fontes mais abundantes os jornais e os que viviam em seu meio. Meu trabalho visa especialmente a utilização da mídia, mostrando como seu discurso foi fundamental para a expansão do nome de Camisa Preta.

***

O caso do Camisa Preta é exemplar para a compreensão entre os tipos de relação que se davam entre a polícia, malandragem, mídia e políticos na capital durante as duas primeiras décadas do século XX. Para entendermos sua singularidade, é importante de um lado, atentarmos para as especificidades que a capital possuía no tocante ao clima eleitoral e as fraudes que se originavam dele; por outro, é importante a análise sobre as modificações pela qual passou a imprensa no final do XIX e começo do XX. Essa introdução está estruturada da seguinte maneira: apresento a situação do Rio de Janeiro, para o porquê da importância das fraudes

[2] REZENDE, Astolpho. *Relatórios Policiaes 1907/1910.* Rio de Janeiro: Casa Vallelle, 1925.
[3] Arquivo Nacional. Supremo Tribunal Federal. Paciente requer habeas corpus preventivo por acusação de perturbação da ordem em eleições. BV.0.HCO.189 – ANO 1911.
[4] Arquivo Nacional. 9ª Pretoria Criminal de Santana. Gabinete de Identificação e Estatística: folha de antecedentes. SOARES, Alfredo (Camisa Preta). OR. 8076.

[5] Acessível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049. Último acesso em 20 nov. 2015.

eleitorais na capital. Em seguida, falo sobre a modificação que a imprensa sofreu durante a época da Belle Époque.

O Rio de Janeiro inseria-se como um estado de segunda grandeza. Teremos na capital um cenário de profunda heterogeneidade político, social e cultural, afinal, a cidade se constituía como o polo de atração principal do país, sendo ponto nevrálgico, atraindo pessoas de outros estados e estrangeiros. Com a gama política extremamente diversificada, a unificação de um partido local se tornava de grande dificuldade – havia o Partido Republicano Fluminense que não conseguia expandir a sua influência, o Clube Republicano Conservador, tomado por alas de jacobinos, o Partido Republicano Federal, o Partido Republicano do Rio de Janeiro, entre outros. A criação de agremiações políticas republicanas por freguesias e a não exigência de uma filiação partidária por parte de candidatos dispersava uma possível homogeneidade estadual, a limitando uma maior abrangência de ação dos partidos.[6] Some-se a isso o fato de que a grande exclusão da população da capital do eleitorado acabava por tornar a missão de sua adesão às ideias dos partidos muito mais difíceis. Aumentando essa distância entre o mundo político e popular, havia também a procura por parte dos partidos de candidatos para a filiação voltada especialmente ao personalismo de pretendentes.[7] Procuravam-se, para compor os partidos, figuras da nata da sociedade, que tivessem prestígio e de posições ilustres. Esses mesmos não possuíam contato e conheciam pouco o povo da cidade em que habitavam.

Devido ao mundo urbano, a teia de relações do eleitorado carioca era muito mais extensa do que a do mundo rural, que desembocava na díade coronel – colono/agregado, na dependência total do segundo para o primeiro. As extensas relações sociais e influências às quais o eleitorado carioca estava submetido, – de vizinhança, trabalho, religiosa – combinadas com a mais fácil independência financeira por maiores oportunidades de trabalhos locais mais rentáveis, gerando maior mobilidade social, transformavam as relações clientelistas no mundo urbano. Estas, em oposição ao mundo rural, encontravam uma abrangência e

[6] VENEUS, M. G. Enferrujando o sonho: Partidos e eleições no Rio de Janeiro. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, v. 30, n.1. p 14.
[7] Ibidem. pp. 21-23.

incorporação de atores muito maiores, fazendo com que o poder político tivesse dificuldades de conduzir os pleitos locais.[8]

Outro fator importante para ressaltarmos é o mecanismo do fisiologismo. O clientelismo no qual as relações políticas se calcavam acabava por gerar vendas de cargos públicos para as municipalidades por meio das esferas mais elevadas de governo. Assim, a venda de cargos públicos em troca de apoio adquiria grande poder de barganha para se conseguir alianças políticas. Todavia, conforme Veneu aponta, na capital, grande parte dos postos públicos de grande interesse e que poderiam ser objetos de venda eram de nomeação pelo poder federal[9] – postos chaves da administração policial, como a chefia de polícia, postos no Supremo Tribunal Federal e da administração municipal, como a prefeitura. Configura-se assim mais um empecilho para a consolidação da influência dos partidos estaduais na capital.

O amplo número de candidatos gerava a constante das fraudes eleitorais na capital: duplicatas de atas, manipulação do número dos que eram aptos a votar, compra de mesários e composição da mesa eleitoral.[10] Nesse cenário, as crônicas jornalísticas atingem grande caráter denunciatório. Se por um lado, a influência partidária estadual era de difícil manuseio na capital, por outro, a municipalidade, assim como em todos os outros estados, tinha importância fundamental nas eleições. Era ela que organizava as etapas fundamentais para o desenrolamento das eleições, desde a criação da listagem dos que eram aptos a votar, passando pela formação da mesa eleitoral, o manuseio do pleito e a verificação dos resultados por parte dos mesários, seguindo depois para âmbito distrital, posteriormente para as esferas estaduais e por fim, federal. Com a inserção da Lei Rosa e Silva[11], em 1904, a organização dos mesários, que eram cinco, e dos suplentes, que eram dois, além do arrolamento da população apta a votar, que

[8] Ibidem. pp. 25-27.

[9] Ibidem. p. 27.

[10] É importante ressaltarmos que isso se dava desde os tempos de Império. Com a votação em duas esferas, a mesa paroquial das províncias primeiramente alistava os votantes que elegiam, para a segunda esfera de votações, os votantes diretos dos políticos. O controle de mesa era almejado pelos partidos para a hegemonia no Parlamento.

[11] RICCI, Paolo; ZULINI, J. P. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, 2014, pp. 448-449.

antes ficava mais ao comando dos dirigentes municipais, passava a ter também a necessidade de um magistrado para validar ambos os processos. Para o arrolamento, agentes fiscais e tabeliães adquiriram capacidade para participação no processo, demonstrando a inserção de mais agentes da burocracia. A composição da mesa eleitoral também teve a incorporação de um processo democrático até então inédito - de que ela poderia ser feita também por voto popular, caso fosse demonstrado às autoridades um ofício com a assinatura de pelo menos 30 homens qualificados a votar e com registro de um tabelião. O processo de montagem da mesa eleitoral para o pleito ia se tornando cada vez mais complexa, abraçando novos atores e tornando o seu controle mais difícil – os mecanismos lícitos gradualmente tornam-se mais onerosos e traiçoeiros. Ao mesmo tempo, a lei também promovia uma mudança que facilitaria a fraude eleitoral: a introdução do voto a descoberto.

O controle da mesa eleitoral ainda se fazia de grande importância, uma vez que eles geriam a votação, conduziam os aptos a votar, os checando e examinando títulos, permitiam a entrada de fiscais dos partidos para observarem o pleito e faziam a primeira apuração dos votos, imediatamente ao seu fim, a transcrevendo na ata da seção, depois a encaminhando para a Junta Apuradora Distrital. A ata como documento oficial era o primeiro passo fundamental para se validar os diplomas dos políticos eleitos.[12]

Mesmo de mais difícil controle, a máquina administrativa das eleições era uma das principais preocupações e cerne de disputas entre governistas e oposição para a sua montagem. A formação de uma mesa eleitoral homogênea de acordo com os interesses de um dos partidos envolvidos na disputa local, o levantamento de votantes que atendessem aos seus interesses eram formas de se dominar o pleito e não atrair tanto respaldo negativo para a imagem do grupo político. A violência como forma de domínio sobre o pleito muitas vezes podia não funcionar, e para que a sua possibilidade de sucesso fosse alta, os envolvidos no processo deveriam ser bem-sucedidos no que faziam. A localização das votações, que muitas vezes eram feitas em edifícios privados também permitia que políticos abrissem suas

[12] Ibidem. pp. 449-453.

próprias casas para a sua efetuação, o que aumentava também as suas chances de domínio sobre o processo de votação.

Com uma fragmentação política grande e disputas interpartidárias mais intensas, os resultados das eleições na capital eram geralmente mais acirrados do que em estados como Minas Gerais ou São Paulo. Com resultados finais mais disputados, percebe-se também o aumento no número de reclamações que tentavam anular seções efetuadas pela cidade por parte do lado perdedor, com intuito de, com uma reviravolta, conseguir-se uma vitória.[13]

Pelas ruas da cidade, nas épocas de eleições, brotavam todos os tipos de estratégias, como, por exemplo, a figura do "fósforo", retratado por Lima Barreto, em *Os Bruzundangas*:

> Raro é o homem de bem que se faz eleitor, e se alista, para atender a pedidos de amigos, não tarde que o seu diploma sirva a outro cidadão mais prestante, que no dia do pleito, para fins eleitorais, muda de nome e toma o do pacato burguês que se deixa ficar em casa, e vota com eles. Isto é o que lá se chama: - um "fósforo".[14]

Geralmente o trabalho era feito por meio dos bambas, que ameaçando o eleitor, acabavam o forçando a ficar em sua casa. Então iam para a seção eleitoral fingindo ser o faltoso. Esses mesmos, de acordo ainda com o autor, podiam votar com até mesmo nome dos mortos. As modificações feitas pelos próprios mesários nas atas de votação, com o incremento do número de votantes ou vice-versa era chamada de *bico de pena.*[15] Tais ações não visavam a anulação dos escrutínios eleitorais de determinada seção, mas acima de tudo a modificação dos seus resultados para a reorientação dos votos no sentido daqueles que se encontravam com a maior chance de perder. Configuravam-se ainda de se inserir "dentro dos padrões legais", os modificando. Quando tais métodos se tornavam de difícil efetuação, a violência, por parte de intimidações aos leitores ou até raptos de urnas se fazia como uma forma de se criar os "votos em negativo"[16]. A diferença desses métodos para os primeiros é que o último visava a construção de denúncias de modo que elas pudessem impugnar os resultados da determinada seção eleitoral.

[13] Ibidem. pp. 458-459.

[14] BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 114.

[15] RICCI, Paolo; ZULINI, J. P. op. cit. p. 453.

[16] VENEU, M. G. op. cit. p. 29. O autor se utiliza desse termo.

As regiões pelo centro que eram redutos de desordeiros, como a Lapa, acabavam por apresentar grande probabilidade da ocorrência dessas ações. Contudo, muitas vezes a ação não se dava imediatamente o período eleitoral – a construção de um desordeiro da sua imagem de terrível ao longo da violência por ele empregada cotidianamente podia o aferir grande fama pelas redondezas por onde trabalhava, afugentando previamente possíveis eleitores das seções realizadas nas zonas de sua atuação. Outro ponto de atuação importante para o cenário eleitoral por parte dos desordeiros, capangas dos políticos era o de proteção, onde trabalhavam como guarda-costas e também na organização de manifestações de apoio a políticos. Uma representação construída por Lima Barreto desse último trabalho nos remete a figura do capanga Lucrécio da Costa, a serviço do senador Sofonias, personagem que aparece tanto nos livros *Numa e a Ninfa*[17] quanto *Aventuras do Doutor Bogóloff.*[18] A organização de manifestações de apoio a políticos por parte de seus capangas ajudava com a montagem de uma verdadeira cenografia para a demonstração de legitimidade que um político tinha perante o povo, mostrando-o como amado pela população local. As manifestações feitas a favor de políticos, como banquetes, saraus, entre outras, serviam para espalhar a sua fama também pelos meios midiáticos e com o seu crescente prestígio, alçá-lo a posições mais altas no mundo da burocracia estatal. Policiais também eram utilizados para a organização das manifestações.

Por essa cidade é que aconteceria no dia 31 de outubro o caso que será exposto a seguir, através do inquérito redigido por Eurico Cruz.

***

De acordo com Raymond Williams[19], com o maior desenvolvimento industrial ocasionado no século XIX, a imprensa começou a se expandir, de pequenos empreendimentos comerciais para grandes consórcios capitalistas.[20] O incremento

---

[17] BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956. pp. 58-59.

[18] BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1956. pp. 270-278.

[19] WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História.* São Paulo, n. 35, pp. 15-26, 2007.

[20] Sobre a massificação cultural da imprensa no Rio de Janeiro, Leonardo Pereira possui um estudo sobre a *Gazeta de Notícias*, um dos principais jornais da capital no começo do século XX. Ver: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. *Projeto História.* São Paulo, n. 14, 1997, pp. 231-241.

das malhas ferroviárias, além de aperfeiçoamentos mecânicos para a velocidade de produção de periódicos, como a impressão a vapor provocaram a expansão das leituras de jornais. A sobrevivência deles começou a se associar cada vez mais pesadamente ao acesso de montantes de capital para subsidiar as produções cada vez mais custosas, se baseando no lucro advindo do público leitor e da publicidade nos jornais. Como forma de flexibilizar sua audiência, os jornais começaram a adquirir um teor melodramático, baseados também no sucesso dos teatros, como exemplo britânico. Com o desenvolvimento da cultura urbana, esportes, crimes e crônicas de escândalo e romances começaram a dividir espaço com as notícias políticas. Outra forma de financiamento era através da publicidade. Raymond aponta a capitalização da mídia no século XIX e XX seguia as tendências generalizadas da economia como um todo. Ao mesmo tempo, periódicos que tinham ligações com interesses políticos também conseguiam subsídios das elites no poder. Em contraposição, os autônomos mais radicalizados encontravam condições precárias de capital para o funcionamento. Ou se incorporavam à política dominante e seus interesses ou faliam. O Rio de Janeiro seguiu essa tendência mundial – os jornais aqui na capital terão um discurso que reverbera os interesses políticos dos dominantes, principalmente no que concerne a valorização do trabalho e, inversamente, o expurgo de criminosos. Marialva Barbosa[21] nos mostra que os dirigentes de jornais geralmente provinham das elites e o jornalismo era muitas vezes um caminho de se alçar a cargos de burocracia através de suas alianças políticas. Ao mesmo tempo, nas ruas, os jornalistas criminais mantinham relações muito próximas à polícia, frequentando muitas vezes o ambiente de delegacias. Sua proximidade acabava fazendo com que as manchetes sobre os crimes, como no caso de Camisa Preta, também adquirissem um olhar policial, enquadrando o criminoso sobre uma ótica de criminologia cientificista em voga na época. As notícias sensacionais, de acordo com Ana Gomes Porto[22], de narrativa romantizada sempre procuravam criar a imagem de mocinhos e vilões – Camisa Preta surgirá sempre estigmatizado como desordeiro perigoso, indiferente a vida. Ao mesmo tempo, a narrativa era propícia para

[21] BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público.* Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 2000.

[22] PORTO, Ana. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto da imprensa no prelúdio republicano*. 25/02/2003. Dissertação de mestrado. UNICAMP.

estimular ao leitor sentimentos de repulsa, curiosidade, horror, como afirma Ana Ottoni Vasconcelos.[23] Essas observações estarão presentes no capítulo um, onde procurarei através dos jornais descobrir sobre a figura de Camisa Preta, os crimes que cometia; os ambientes que frequentava; suas relações com a polícia e pessoas que proviam de sua mesma classe social, além de como as características de sua pessoa espalhadas pela imprensa remetem ao leitor a imagem do malandro. Procuro também apresentar a visão da mídia sobre outras instâncias que se relacionavam com Camisa Preta e o mundo do crime, como a Justiça e a polícia.

No segundo capítulo, apresento como a violência era um recurso eleitoral utilizado desde os tempos de Império, por meio dos capoeiras, conforme nos aponta Carlos Eugênio Libano, em seu livro *A Negregada Instituição.*[24] Ela funcionava como uma forma de inserção desses agentes na política, que reivindicavam uma nova autonomia. Procuro assim, no capítulo apontar continuidades/descontinuidades nas práticas de violência eleitoral: como a figura do malandro, personificada em Camisa Preta ainda mantinha sua relação com política e a polícia para as suas ações, refletindo que há uma espécie de tradição política já consolidada no que tange essas práticas pelos seus predecessores, os capoeiras. Em *O olhar da legalidade sobre o crime,* abordo como os policiais que eram encarregados do caso – Eurico Cruz e Astolpho Vieira de Rezende viam o papel policial. Os inquéritos policiais utilizados como documentos para a monografia carregam uma carga histórica que pode ser problemática ao historiador. É necessária a percepção de que o delegado que redige o inquérito possui um local social de fala. Marcos Bretas[25], em sua abordagem sobre os inquéritos policiais no Rio de Janeiro durante a Belle Époque nos apresenta que a policia e os inquéritos são construções resultantes de um microcosmos de poder. Sendo assim, é importante que tenhamos em mente a relação entre o mundo da legalidade e o da ilegalidade. É na redação de inquéritos ou em investigações que

---

[23] OTTONI, Ana Vasconcelos. *"O paraíso dos ladrões": imprensa carioca, civilização e gatunagem na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2012.

[24] SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial 1850 – 1890.* Rio de Janeiro: Editora Access, 1994. pp. 205-275.

[25] BRETAS, M. L. As empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002.

os policiais possuem chances de demonstração e exercício de seu poder para obter privilégios próprios. É fundamental essa última análise para destrincharmos a relação que a instituição tinha com a política. Esse capítulo, portanto, além do já mencionado, aborda e procura entender como se construía a relação entre a tríade malandragem-política-polícia para a constituição das fraudes eleitorais.

O terceiro capítulo, em sua primeira parte tem como finalidade examinar como se deu a morte de Camisa Preta e se construíam os valores de honra que permeavam as redes de sociabilidade da malandragem, constituindo-se de base para a sua atuação. Para isso, é de importante auxilio a leitura da tese de Rômulo Mattos[26], na qual o historiador mostra o valor da honra para o malandro, desde a sua atuação como um bom chefe - espécie de Robin hood brasileiro; até a sua reciprocidade; a importância do duelo como forma de resolução de problemas por si mesmo e a noção de luta justa. Ao mesmo tempo, é importante termos em mente que a polícia, tendo seu corpo especialmente provindo da mesma classe social que eram os malandros, compartilhavam valores com estes, conforme nos aponta Bretas[27], encontrando em seu seio também desordeiros, mas muitos dos quais se aproveitavam de sua condição de proteção institucional para cometer desmandos, como é o caso do cabo Elpidio. A segunda parte do capítulo se destina a analisar como a construção da memória de Camisa Preta também pode estar associada à construção da memória do malandro juntando entre ambos, aspectos comuns como o samba, a vida boêmia na Lapa, a valentia como fator importante para se ser rememorado. Obra fundamental para entender a associação entre samba e malandragem é a de Cláudia Matos[28], que mostra ambos como sendo espaços de crítica à imposição de valores burgueses na consolidação da sociedade capitalista brasileira, onde samba e carnaval funcionavam como espaços de diluições de diferenças e hierarquias sociais. Representando um espaço de transição, a Lapa se apresenta como local propício para a malandragem, onde a mescla de diferentes classes encontra ambiente perfeito para sociabilização. Muza

---

[26] MATTOS, Rômulo. *A "aldeia do mal": o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Dissertação (mestrado) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

[27] BRETAS, M. L. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

[28] MATOS, *Claudia. Acertei no Milhar: Malandragem e Samba no Tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp. 31-33.

Clara Velasquez[29] nos mostra como a memória do local se fazia pelas pessoas que nele conviviam, diferentemente de como ela se construía nos anos 1990 em sua revitalização que, de acordo com Flavio Sampaio Bartoly[30], transformou-se em uma estratégia comercial e falsificada que procurava resgatar a tradição boemia do bairro. Mas a memória de Camisa Preta não é apenas positivada, de acordo com os relatos de Tito da Praia, famoso ex-malandro que convivera com Soares, e da crônica de Paulo Várzea, que mostravam o desordeiro como um herói, verdadeiro Cristo moderno. Marcos Bretas[31] nos diz que a memória é um jogo, uma disputa entre lados onde se pesa o que se deve mostrar e omitir de acordo com o interesse dos diferentes grupos sociais envolvidos nesse embate.[32] Portanto, não há só a construção de um lado positivo sobre a sua memória, há também os aspectos negativos levantados por outras vozes, principalmente a imprensa, que procuravam a rememoração de Camisa Preta para desmerecer políticos, olhar com um exotismo negativo para tempos passados, além de simplesmente a pura omissão sobre a sua figura – que fora tão importante para o mundo do crime – da memória do Rio de Janeiro.

---

[29] VELASQUES, Muza Clara Chaves. *A Lapa boêmia: um estudo da identidade carioca*. Dissertação (mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

[30] BARTOLY, F. S. Da Lapa Boêmia à Lapa Reificada como lugar do espetáculo: uma análise de dois períodos da história da produção do lugar na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Geográfica de América Central*. Costa Rica, 2011.

[31] BRETAS, Marcos Luis. *Valente mas muito considerado: a memória do crime*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300533342_ARQUIVO_mineirinho.pdf. Último acesso em 5 nov. de 2015. p. 2.

[32] O autor trabalha em seu artigo especificamente com a memória do crime.

Capítulo 1: A gênese do rei dos bandidos cariocas.

Uma década de Camisa Preta.

Esse capítulo tem como intenção a remontagem da atuação criminal de Alfredo Francisco Soares, conhecido como "Camisa Preta" ao longo das duas primeiras décadas do século XX na capital. Meu objetivo aqui é primeiramente procurar entender quem era esse desordeiro e como conquistou sua celebridade; em segundo lugar, como se deu a construção de sua imagem através dos jornais – como ele era visto e procurava ser apresentado pelos veículos midiáticos e em terceiro lugar, o que as atuações de Camisa Preta nos permitem dizer entre as relações que se estabeleciam entre o mundo da criminalidade e a polícia, configurando-se em uma exemplaridade de quão poroso era a linha que separava as duas esferas, onde ambas se fundiam muitas vezes.

Encontrar menções feitas a Camisa Preta pelos jornais cariocas das duas primeiras décadas republicanas é relativamente fácil. Isso se dá pelo fato de que este criminoso é retratado pela mídia da época como uma verdadeira celebridade entre os delituosos que ainda insistiam em habitar o Centro da cidade. Os relatos sobre a sua figura variam, mas há termos empregados que se repetem pelas notícias, principalmente no que diz respeito ao de "desordeiro". Há também "gatuno", "facínora", "famigerado", "celebre", "terrível", "valentão", "assassino". De início, meu trabalho pretendia associar a figura do bandido a dos capoeiras, porém, mesmo que nas notícias, sua imagem seja também comumente associada a elementos relacionados aos praticantes da capoeiragem, como a navalha, os jornais não o apresentam objetivamente em nenhum momento como pertencente ao mundo dessa prática. As notícias sobre Camisa Preta se dão, na verdade, em uma fase de transição, que posteriormente será entendida e consolidada no senso-comum, da figura do "capoeira" para a figura do "malandro".[33] Ao longo deste capítulo, são elencados elementos identitários às práticas da malandragem para mostrar como Camisa Preta também poderia ser pensado como um malandro, ao mesmo tempo em que nunca fosse diretamente apontado como tal. Não obstante,

[33] Digo aqui sobre as primeiras décadas do século XX até os anos 30, quando as maltas de capoeira deram espaço a atuação de novos personagens no cotidiano, como os malandros, e eles começaram a adquirir mais relevância, construindo lentamente a sua imagem para a sua consolidação na mentalidade popular na década de 30.

ao falar de uma fase de transição, é importante se ter em mente de que a construção sobre o que é ser malandro acontece de forma lenta e gradual, vindo a se consolidar apenas posteriormente a morte do desordeiro, especialmente nos anos 30. Contudo, ao analisarmos os inquéritos policiais que se encontram no Arquivo Nacional sobre o nosso criminoso, observaremos que a polícia chegou também a enquadrá-lo no artigo 402 do Código Penal de 1890, que diz ter pena de dois até seis meses para aquele que:

> Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal.[34]

A análise documental evidencia a diferenciação sobre como os desordeiros poderiam ser vistos pelo mundo dos periódicos e dos policiais, levando em consideração que o retrato de Camisa Preta ao leitor não será embasado em uma neutralidade dos fatos, sempre atendendo aos interesses das instituições que produziam informações sobre ele.

Suas notícias variam no que diz respeito a sua atuação no mundo do crime. Podemos encontrar já menções ao seu nome, Alfredo Francisco Soares, vindo colado ao seu famoso apelido, desde 1902, sendo ele retratado com maior frequência a partir do ano de 1903. Suas atuações começaram ganhando uma exposição tímida nos periódicos, todavia, a cada ação empreendida pelo desordeiro, cresciam também as notícias detalhando suas façanhas até a sua morte, em julho de 1912. Trabalhamos aqui com uma década de Camisa Preta nos jornais, quando sua fama também decola numa época em que a imprensa está se reinventando, os editoriais dos jornais e suas formatações estão mudando e as notícias de caráter sensacionalista adquirem cada vez mais espaço e popularidade. É importante ressaltar que, mesmo os primeiros relatos encontrados sendo os dos anos iniciais do século XX, em 1903 ele já era narrado como uma figura famosa, como, por exemplo, podemos perceber na seguinte reportagem do jornal *Gazeta de Notícias*:

---

[34] BRASIL. Código Penal, 1890.

> Não se pode encontrar quem maior requintude [sic] de perversidade tenha demonstrado do que fez ontem o conhecido desordeiro Alfredo Ferreira Soares, vulgo Camisa Preta.[35]

O escopo de suas ações como desordeiro variavam desde agressões a transeuntes, furtos, desordens, chegando a assassinatos e participações em episódios de fraudes eleitorais, como será demonstrado mais à frente. Estas se concentravam majoritariamente na região da Lapa, como se observa nas notícias. No começo de sua vida criminal retratada pela mídia participava de crimes menores, por exemplo, o roubo de carnes verdes cometido no ano de 1902[36], no qual foi pego e processado no incurso do artigo 356 do Código Penal.[37] Nos jornais, a visão sobre Camisa Preta começa por remetê-lo a um gatuno, mas esta vai se modificando ao longo do tempo, quando ele começa a protagonizar crimes de lesão corporal mais graves, tendo sua classificação policial mudada para a de um "desordeiro". No ano de 1903, Soares já começava a cometer agressões físicas a pessoas. Em 15 de agosto, o jornal *O Paiz* noticiava sobre um ataque com navalha que fizera, ferindo Sebastião Leocadio Seixas, na rua Senador Pompeu, logo após indo atacar, ás 7:30 da noite, o português José Joaquim Souza, na rua do Regente.[38] Em 1904, o criminoso invade uma casa na rua Ermelinda n. 26, ferindo a navalhadas e agredindo três mulheres que lá moravam – Alice Maria da Conceição, Leopoldina da Conceição e Vivencia Maria da Conceição, mãe das duas primeiras, quem para proteger suas filhas, revidou contra o invasor de sua casa. As mulheres acabaram se atracando com o invasor e, através de seus gritos, fizeram com que os vizinhos acabassem acionando a polícia, que efetuou a sua prisão.[39] Já em 21 de Junho do mesmo ano, atacou o músico do 1º batalhão de infantaria do Exército, Antonio Baptista Meirelles, por estar conversando intimamente com uma mulher, que supostamente, de acordo com o jornal *Correio da Manhã*, era a sua amante.[40] Em

---

[35] *Gazeta de Notícias.* "Navalhista Terrível". 15 de agosto de 1903.

[36] *Gazeta de Notícias.* "Carnes Verdes". 21 de junho de 1902.

[37] O artigo estabelece como crime a subtração para si ou outro de propriedades de outros, utilizando-se de violência. Estabelece pena de dois a oito anos de prisão.

[38] *O Paiz*. "Proesas do Camisa Preta". 15 de agosto de 1903.

[39] *Jornal do Brasil*. "Casa Invadida". 19 de abril de 1904.

[40] *Correio da Manhã.* "Cacetadas – na 5ª circunscrição". 21 de junho de 1904.

1906, agredia novamente outra – dessa vez a vítima fora Guilhermina Fernandes - ferindo-a no sobreolho esquerdo.[41]

O noticiamento da relação violenta do Camisa Preta com as mulheres é extenso. Pela análise de suas crônicas, pode-se perceber que um dos lugares frequentemente visitados pelo desordeiro era o dos bordéis, com os quais possuía grande familiaridade. Essa relação com o espaço feminino se dá porque as ações de Camisa Preta procuravam também uma espécie de afirmação de sua masculinidade, da reafirmação do seu papel de homem sobre a mulher. Como veremos, a luta pela defesa da honra masculina é muito forte no desordeiro – seja pelos duelos em que ele se metia com outros delituosos, seja nos enfrentamentos com a polícia, da qual ele frequentemente exigia respeito.

Em uma notícia de fevereiro de 1912, o foco do relato era sua amante, Laura Gonçalves Soares. Teria Laura, residente da rua das Marrecas n. 23, feito uma "grande fita", depois de ter brigado com o amante. Foi pra casa e pôs lysol, um composto químico, em seus lábios e também em suas vestes. Armou depois um escândalo, chamando a Assistência Municipal, a polícia do 5º distrito[42] e curiosos.[43] Em seu braço direito, Camisa Preta carregava uma tatuagem com o nome de outra amante, "Adelaide" – inclusive em 1904, fora recolhido ao xadrez por tê-la espancado.[44] Nosso bandido revela ter possuído muitas mulheres ao longo de sua vida, o que é apresentado também durante o seu enterro, onde grande parte do público era composto por meretrizes que a ele faziam homenagens. Geralmente seu relacionamento se dava com elas. A presença do desordeiro com o mundo da prostituição é forte e marcante. Isso se dá por vários motivos, principalmente o lucro do qual Camisa Preta e outros que também tinham atuações como a sua, de desordeiros, encontravam da zona de sociabilidade masculina criada nos locais de prostituição da cidade.[45]

---

[41] *Gazeta de Notícias.* "24 Horas". 19 de agosto de 1906.

[42] O 5º distrito correspondia à freguesia de São José.

[43] *Gazeta de Notícias.* "Laura faz fita". 9 de fevereiro de 1912.

[44] *Jornal do Brasil*. Sem título. 1904.

[45] Para mais trabalhos sobre a prostituição, ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. *"Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional (no prelo), 2006; MENEZES, Lená Medeiros de.

Como é demonstrado por Sueann Caulfield[46], a Lapa, ao longo das três primeiras décadas republicanas da cidade, funcionava como um espaço onde se frequentavam diversos tipos de homens de variadas classes sociais. Esse local de atuação de Soares era também uma área onde a prostituição imperava, isso porque de sua zona, a presença de "mulheres de família", atreladas à moralidade da esfera privada, era excluída. É importante ressaltarmos que para a polícia e as elites, havia a preocupação da prostituição, principalmente vinda dos moralizadores, tanto pela sua capacidade de propagação de doenças venéreas, como também pela sua capacidade de vício dos "maus costumes" para as mulheres de família.[47] Ao mesmo tempo, havia-se também o argumento de que a prostituição era benéfica aos homens por amansar seus exacerbados instintos sexuais, os deixando mais calmos por parte de autoridades médicas, alguns políticos e policiais. Portanto, enquanto ela era vista como um problema, também tinha o reconhecimento de sua importância por um lado da sociedade, chegando a ser até mesmo permitida em certos pontos da cidade, não enfrentando neles, as barreiras de uma regulamentação policial, ao mesmo tempo em que estes espaços deveriam ter negada a frequentação de mulheres de família.[48] Aberto para o universo masculino, a Lapa reunia assim um polo para a sociabilização e estabelecimento de relações de camaradagens entre homens através da prostituição, onde se misturavam as classes, pois os mais ricos também podiam frequentar o lugar, preservando a sua família, sem o perigo de degenerá-la.

Esse espaço de sociabilidade funcionava como exemplo propício para que então os desordeiros também tivessem contato com homens da elite, o que servia para estabelecerem novos vínculos de clientela, assim como também para encontrarem outros criminosos, dos quais poderiam vir a se tornar aliados. A frequente ida de Camisa Preta a esses locais poderia expandir a sua rede de influências,

---

Facetas marginais do sonho de civilização: imigração francesa e prostituição no Brasil (1816-1930). In: LUCA, Tania Regina de; VIDAL, Laurent (Orgs.). *Franceses no Brasil: Séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 486 p.

[46] CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000. pp. 136-138.

[47] É importante frisarmos que havia diferenças também com relação a pontos de prostituição pela cidade. Enquanto havia locais que se encontravam mulheres mais afrancesadas, que atendiam mais a elite, em outros pontos, como o Mangue, havia uma forte presença maior de mulheres pobres vindas da Europa Oriental, assim como mulheres negras. Ibidem. p. 122.

[48] Lapa, Mangue, por exemplo. Ibidem. pp. 122-123.

impactando positivamente em suas ofertas de trabalho. Um desses locais que o desordeiro parecia conhecer bem era o Café Avenida, um bordel localizado na rua das Marrecas, onde, no dia 15 de setembro de 1911, protagonizou um episódio de desordem[49]. Lugar frequentado pelas rodas "chics", era aberto noite e dia, onde geralmente trabalhavam como meretrizes mulheres vindas do exterior.[50] Local sempre repleto, nesse dia não era diferente. Alfredo Soares junto de seu "secretário"[51], Alberto Casemiro, entraram e, sentando-se, pediram uma cerveja, para beber depois de ambos terem feito desordens pela redondeza. Um cliente acabou por olhar para ambos demoradamente, ao passo de que foi respondido por uma garrafada de Camisa Preta, estourando-se em seguida o caos dentro do local, com fregueses e meretrizes fugindo da localidade. A polícia do 5º distrito acabou sendo chamada e, depois de muito trabalho, conseguiram prender ambos.

Além dos bordeis, outros dois ambientes que eram comumente frequentados por ele eram as casas de jogo e os botequins, de onde geralmente também saiam os seus conflitos. Ambos os espaços seguiam a mesma lógica dos bordéis, de sociabilização, expansão de contatos e reafirmação da masculinidade, representam uma constante preocupação para a polícia durante o início do século, como local de reunião de elementos considerados perigosos, além de propagação de hábitos considerados viciosos, que eram responsáveis pela geração de delitos contra a ordem pública, as contravenções.[52] Esses espaços eram frequentemente objetos de preocupações da vizinhança, além de passarem por tentativas de controle por parte da polícia – para os bares, houve a tentativa de regulamentação de seu horário de funcionamento através de negociações com os seus donos. Já no que diz respeito às casas de tavolagem, o cerco ao jogo se fazia a pequenos e grandes estabelecimentos, mas era também necessária a discrição dos próprios policiais, já que nesses locais, também participavam do jogo pessoas de classes sociais mais

---

[49] *A Imprensa*. "Desordeiro Perigoso". 16 de setembro de 1911.

[50] Em seu livro, Caulfield demonstra que em sua maioria, as prostitutas do exterior eram advindas da Europa Oriental. Ao lado das prostitutas de cor nacional, eram as que mais preocupavam a polícia e as elites no tocante a apresentação da cidade para os turistas que a vinham visitar. Em contraposição, as meretrizes mais abastadas, "afrancesadas" eram por vezes bem vistas e até mesmo valorizadas. CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*, op. cit. pp. 122-123.

[51] Veremos a seguir que o jornal *Gazeta de Notícias* apresenta Camisa Preta como possuindo um.

[52] Sobre os locais de tavolagem, ver: BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997. pp. 84-88.

elevadas e poderosas. Através do discurso de que o jogo arruinava a família, prejudicava patrões e trazia a degradação moral, fazendo aqueles que o praticavam se distanciarem da disciplina do trabalho, a repressão da polícia levava em conta de que esses espaços, assim como os da prostituição, eram lugares onde diferentes classes se encontravam, o que trazia uma diversidade dos agentes que eram vítimas da ação policial. Isso era prejudicial para os últimos, pois caso usassem de força desmedida contra alguém importante sem saberem quem era, suas ações poderiam sofrer grande exposição nos jornais, denegrindo a sua imagem e da instituição. Assim, em espaços abertos e principalmente quando apenas uma pessoa fazia jogo, pertencente esse a uma classe marginal e "perigosa", o poder de negociação e arbitrariedade da polícia aumentava em muito (como um português que faz jogo do bicho[53] em plena rua, na qual a polícia tinha mais liberdade para tratá-lo do jeito que bem entendesse), mas em espaços fechados onde o público se confundia, o leque de ação diminuía e a polícia deveria agir com mais cautela.

Geralmente, Camisa Preta quase em todas as notícias aparece acompanhado de outros desordeiros, o que indica o seu alto grau de fama entre o seu mundo. Dentre tais figuras que o acompanhavam, estavam Leão da Noite, Carlos Torres Pacheco, conhecido também como Carlito, Alfredo Machado Soares, conhecido como Mulatinho, Henrique da Rocha Pinto, que também tinha a alcunha de Pula Ventana, entre outros. A fama de Soares era tão grande, que no começo dos anos 10s, sua figura já era hierarquizada no próprio meio da criminalidade, vindo ele ter até mesmo um "secretário"[54], como nos aponta a notícia de 16 de setembro de 1911:

> (...) Vindo dos lugares escusos por onde ele costuma perambular e acompanhado de seu secretário ("Camisa Preta" dá-se ao luxo de ter secretário) (...).[55]

---

[53] Sobre a atuação policial no jogo do bicho, ver: CHAZKEL, Amy. *Leis da Sorte: O jogo do bicho e a construção da vida pública urbana.* 1ª. ed, São Paulo: Editora Unicamp, 2014.

[54] A posse de um secretário por parte de Camisa Preta nos permite discutir sobre a questão da sociabilidade do malandro, como eles eram parte de uma rede extensa de camaradagens que não se dava de maneira horizontal, mas possuindo hierarquias muitas vezes, sendo elas envoltas por relações de tensões, ciúmes e disputas por lideranças.

[55] *Gazeta de Notícias*. "Proezas do 'Camisa Preta'". 16 de setembro de 1911.

Sua fama não apenas causava admiração por parte de alguns de seu meio, mas rancor por parte de outros que nele também estavam inseridos, conforme o jornal *A Noite* nos diz em uma de suas notícias sobre o criminoso:

> (...) Os outros desordeiros viram que tinham um temível adversário, um homem que não temia a morte. Resolveram, por isso, eliminá-lo do número dos vivos. Formaram um grupo e resolveram atacar "Camisa Preta". Ele estava num hotel do largo do Rocio quando foi atacado. Mais de vinte tiros ecoaram (...).[56]

O ataque fora mal sucedido, o que acabou apenas aumentando ainda mais a fama de seu alvo. Ao mesmo tempo, a notícia também remete a uma característica comum ao que depois seria consolidado como sendo o estereotipo de "malandro". Falamos aqui da questão da fama, importante para atrair a atenção daqueles que procurassem utilizar de desordeiros para trabalhos escusos. Acredito que quanto mais extensiva a ficha e mais renome pela sociedade de um valente inserido no mundo da ilegalidade, mais era a chance de se conseguir trabalhos delituosos pela confiança na credibilidade no tocante ao sucesso das ações do desordeiro em seu meio.

Em 13 de julho de 1909, acompanhado de Alfredo Machado Soares, também conhecido como Mulatinho, Camisa Preta agrediu e tentou roubar Francisco Cardona, que passava pela rua Marechal Floriano.[57] Na tentativa de assalto, a vítima gritou e acabou sendo acudida por policiais, que prenderam ambos, mas não com facilidade. Isso será comum também nas menções e construção da imagem do desordeiro pelos jornais da época – a de um bandido que era tempestuoso e que constantemente não tinha medo da polícia, opondo-lhes resistência quando estes procuravam efetivar a sua prisão na grande maioria das vezes.

As atuações de Camisa Preta contra os policiais acabavam por degenerar ainda mais a já fragilizada imagem da instituição. É comum observarmos a existência de notícias em que a força policial aparece amedrontada pela autoridade que o desordeiro impunha. Depois de criar um grande alvoroço em um botequim na rua

---

[56] *Jornal A Noite.* "A luta entre facínoras". 12 de julho de 1912.

[57] *Gazeta de Notícias.* "Ainda o Camisa Preta". 14 de julho de 1909.

Senador Pompeu, ás 7 horas da manhã do dia 8 de setembro, de 1910[58], houve um rebuliço no qual todos os frequentadores do local fugiram, o que se expandiu para os transeuntes, até que a força da Guarda Civil foi acionada. Fugindo, Camisa Preta acabou sendo cercado pelo anspeçada Antonio Francisco de Barros, que se encontrava armado, com um terçado. Este acabou desarmado pelo criminoso, levando posteriormente duas pancadas na cabeça e caindo ferido no chão. Ao mesmo tempo em que chegou um reforço de dez soldados armados, o jornal *O Paiz* afirma que Camisa Preta conseguiu fazer frente a todos, tendo estes que chamar mais dez soldados para auxiliarem na captura do indivíduo. Sua prisão somente foi possível depois de o desordeiro ter tomado tiros disparados por populares que também observavam a cena. A força policial temia tanto o bandido, que em 15 de setembro de 1911, o delegado auxiliar diurno, Cunha de Vasconcellos foi desacatado pelo desordeiro dentro da própria Repartição Central da Polícia, depois que este fora preso por uma desordem causada no Café Avenida, no caso aqui já contado, porém, mesmo naquele ambiente onde exercia autoridade, optou por não repreendê-lo, o mandando diretamente para a prisão.[59]

As façanhas de Camisa Preta revelam ao leitor diferentes matizes sobre a sua época. Uma mais óbvia seria o despreparo da polícia para consolidar os planos de modernização da elite na capital, durante os estágios iniciais da República.[60] Assinalamos como justificativa pela própria polícia alguns elementos, como a falta de salários satisfatórios[61] e um plano de carreira consolidado[62], que traziam dificuldades para o exercício da profissão. Ao mesmo tempo, a autoridade policial era minada pelo fracionamento de suas forças de patrulhamento, que não eram unificadas sobre um comando centralizado. Isso permitia com que surgissem forças autônomas que competiam pelo monopólio da autoridade nas ruas, como

---

[58] *O Paiz*. "Reaparição do 'Camisa Preta'". 9 de setembro de 1910.

[59] *Jornal A Noite*. "Madrugada de arrelia". 15 de setembro de 1911.

[60] BRETAS, Marcos Luiz. op. cit. p. 33. O autor fala: "As fontes policiais nos permitem recompor esta outra realidade, da polícia como organização imperfeitamente constituída, condicionada pelos limites da técnica e dos investimentos em segurança realizados no período, buscando construir em sua atividade cotidiana nas ruas o modo operativo que vai caracterizá-la".

[61] Idem. p. 49. Bretas nos apresenta aqui uma reclamação de um policial militar sobre o trabalho exaustivo e a falta de boa remuneração.

[62] Eurico Cruz reclama sobre a falta de uma carreira bem consolidada em seu livro. CRUZ, Eurico. *Relatórios Policiaes e Sentenças Criminaes*. Rio de Janeiro: Typographia dos "Annaes". 1914. pp. 7-11.

por exemplo, o embate que surgia entre a polícia civil e a polícia militar, ou com os grupos de proteção que eram privados, como a Guarda Noturna[63], reativada no final da década de 1890 e nas primeiras décadas do século XX.

Mas a sua incapacidade de ação não surgia apenas de sua fragilidade inerente. É também apresentado em diversos jornais que Camisa Preta era também um capanga eleitoral e preterido de forças políticas, como o Partido Democrata, que exercia forte influência sobre a cidade. Sem muitos recursos e com a sua autoridade enfraquecida, a polícia também tinha para o seu horizonte de atuação, o seu poder de barganha, dependendo da força com a qual estivesse negociando. Quando um policial se encontrava em um caso que envolvesse uma pessoa sem muita influência e de condições mais simples de vida, seu poder de barganha era alto, pois o seu leque de possibilidades de ação aumentava, uma vez que podiam agir com maior arbitrariedade, não recolhendo possíveis consequências onerosas para si de sua ação. O caso de Camisa Preta era diferente, uma vez que as relações clientelistas da polícia com apadrinhados de políticos se restringiam aos mandos dos últimos. Isso porque ainda era muito forte dentro da corporação a sua montagem por interesses políticos. Bretas[64] aponta como era comum nessa época que policiais entrassem na corporação por indicações de políticos, através de relações de trocas de favores, e dentro da instituição, atendiam aos interesses de seus pistolões, o que gerava protestos dentro da própria instituição, assim como de fora, manchando a imagem popular sobre a polícia. Havia caso de policiais que chegavam até mesmo a fazer campanha política a favor dos seus pistolões.

A imagem da polícia pela população e os próprios também já era muito estigmatizada pelos contemporâneos da época. Denúncias de corrupção e acobertamento de criminosos, o forte arbítrio empregado para manter o controle social das ruas, as proteções dadas a gatunos, assim como a própria ação policial muitas vezes assemelhando-se aos trabalhos de desordeiros[65], e o ambiente de onde os próprios policiais vinham – geralmente, grande parte deles era do

---

[63] Bretas aponta a Guarda Noturna como uma das principais forças particulares no final dos anos de 1890. BRETAS, Marcos Luiz. op. cit. p. 60.

[64] BRETAS, Marcos Luiz. op. cit. pp. 39 – 41.

[65] O Cabo Elpidio é um dos maiores exemplos de como a polícia tinha em seu interior agentes que agiam na ilegalidade.

submundo, de classes marginalizadas[66], e consequentemente, compartilhavam mesmos valores e códigos de conduta do que aqueles inseridos no mundo da malandragem – faziam com que a população desconfiasse da atuação policial, o que ocasionava muitas vezes cidadãos deixassem de comparecer a delegacias para registrar ocorrência, prestar testemunho, ou até mesmo com que as denúncias fossem feitas anonimamente. É interessante salientar dentro desse ponto que Camisa Preta aparece como exemplo da porosidade entre a legalidade e ilegalidade nas instituições que deveriam cuidar da ordem na cidade: ele assentara como praça do Exército e conhecia bem como funcionava a corporação. Em 12 de Fevereiro de 1906, agindo como soldado, junto de Emilio Alexandre da Luz, soldado da Força Policial, da 1ª companhia do 1º batalhão, se dirigiu de encontro ao oficial de diligências, Leonel de Oliveira Bastos, que acabara de prender um indivíduo que se achava armado de canivete-punhal, na Avenida Passos.[67] Camisa Preta, se encontrando armado, vendo que o oficial não soltaria o preso mesmo depois de suas insistências e pedira por reforços da guarda civil que se aproximavam, atirou para todos os lados, tendo seu companheiro também o auxiliando na confusão. Com a prisão de ambos, os guardas civis e policiais continuaram conduzindo o indivíduo para a delegacia, mas encontraram uma emboscada armada por um batalhão do Exército, no Campo de Santana, de onde surgiu um novo conflito, do qual saíram feridos dois guardas civis. O episódio não mostra apenas o enraizamento de tensões de interesses dentro da instituição policial, como também a sua relação conflituosa com o Exército[68]. Vestir a farda militar também trazia lucros para desordeiros. Na crônica escrita por Paulo Várzea para a revista *O Cruzeiro*, em 1930, assim se descreve a importância do assentamento:

---

[66] Aqui vale uma citação interessante sobre o trabalho de Vicente Reis, *Os ladrões no Rio*, na qual o delegado nos conta a história de um prefeito de Paris, que pediu ao diretor da polícia que ensinasse o segredo para se fazer um policiamento que conseguisse reconhecer imediatamente e com eficácia os gatunos pela rua da cidade. Ao responder a pergunta, o policial afirma que o problema se resolveria com a escolha de bons auxiliares escolhidos dos mais famosos ladrões. Observamos que não só muitos criminosos procuravam o alistamento policial como formas de obterem vantagens para seus atos ilícitos ou mesmo a procura de condições de vida melhores, a instituição polícia podia também se validar da incorporação dessas pessoas ao seu espaço para maximizar a efetividade de sua atuação para a prevenção de crimes. REIS, Vicente. *Os ladrões no Rio*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903. p. 19.

[67] *Correio da Manhã.* "Praças desordeiras". 13 de fevereiro de 1906.

[68] Para mais sobre a disputa pelo policiamento entre as instituições, ver: BRETAS, Marcos Luis. op. cit. pp 53-60.

> Veio a moda dos valentes assentarem praça. A farda dava o prestígio entre as mulheres e a proteção contra a polícia.[69]

Como uma forma de escudo contra as ações policiais, a farda servia para que, através das patrulhas, desordeiros[70] também pudessem aplicar arbitrariedades e agir para a consumação de delitos.[71] Abusando de sua posição na instituição, Camisa Preta viria a ser expulso, indo de vez para o mundo do crime.

Ao mesmo tempo em que a visão sobre a polícia era negativada no mundo popular, a resistência a ela podia adquirir, por contraposição, um status positivo, como uma forma de canalização de vozes descontentes com a atuação policial. Se a polícia impunha medo e desconfiança às classes que eram por ela vistas como "classes perigosas", vítimas de uma forte repressão, esse sentimento se revertia em desabafo entoado pelas ações de desordeiros que a enfrentavam com a mesma violência da qual ela se utilizava para o controle social das "classes perigosas". Nesses casos, muitas vezes o desordeiro se transformava em um herói das classes marginalizadas.[72] Essa popularidade é presente não apenas com Alfredo Francisco Soares, mas também vários outros.[73] Uma forma de se verificar a fama e carinho dos desordeiros pelo mundo popular é a presença maciça de pessoas em seus enterros. Quando Camisa Preta foi morto pelo cabo Elpidio, os jornais descrevem o seu enterro como um evento de grande dimensão, onde centenas compareceram para homenageá-lo. A revista *Careta* chega a associar o evento a uma "apotheose a que compareceram cerca de mil pessoas"[74], já o jornal A Noite, diz que

---

[69] *O Cruzeiro.* "Por conta do atôa... Crônica de um vagabundo a Armando Rosas". 31 de maio de 1930.

[70] É importante refletirmos sobre o conceito de "desordeiro". Construído pela polícia, tinha uma intencionalidade que instalava dualidade entre o mundo da ordem e da desordem. Como vemos até aqui, a porosidade entre ambos os mundos era muito grande, portanto essa oposição pode ser relativizada. Sendo assim, é necessário cuidado, pois estamos lidando com um termo policial.

[71] A ainda fortíssima influência que o Exército tinha sobre a sociedade, dando a ele uma visão geralmente positiva, fazia com que o seu corpo tivesse uma capacidade maior de justificar suas ações repressivas do que as forças policiais.

[72] A reportagem da *Gazeta de Notícias*, de 1910, sexta-feira, 9 de setembro, traz assim em seu título: "Os Heróis da desordem – Novas proezas de 'Camisa Preta'".

[73] Um caso icônico também é o de "Sete Coroas", criminoso famoso dos anos 20. MATTOS, Rômulo. *A construção da memória sobre Sete Coroas, o "criminoso" carioca mais famoso dos anos 1920*. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338512062_ARQUIVO_SETECOROAS.pdf. Último acesso em 10 nov. de 2015.

[74] *Careta.* "Assassinato do célebre bandido 'Camisa Preta'". 20 de julho de 1912.

"ninguém podia entrar no necrotério, tal era a aglomeração de gente[75]", enquanto a *Gazeta de Notícias* afirma que 800 pessoas[76] assistiram a saída do corpo do desordeiro do necrotério da polícia com direção ao cemitério São Francisco Xavier. Enquanto isso, o jornal *Correio da Manhã* relata ao leitor que o número incrível de mais de 3.000 pessoas aglomeraram-se nas imediações do necrotério da polícia, onde o corpo de Camisa Preta estava sendo mantido, para observá-lo.[77]

Geralmente, os jornais remetem a figura do desordeiro à navalha, associação essa também presente no famoso livro do cronista Orestes Barbosa: *Bambambã!* (1922).[78] Para os criminosos, a faca era um objeto que remontava também a um código moral – o covarde atacava com a arma de fogo enquanto o homem com honra – novamente temos aqui a questão da honra fortemente presente - lutava corporalmente contra o seu inimigo.[79] Aqui, novamente nós vemos que a reafirmação da masculinidade no universo do crime era profunda, abrangendo vários elementos. Ao mesmo tempo, muitos lamentavam o seu desprestígio entre os criminosos[80], por ser uma arma que era mais difícil de manusear em relação ao revólver – em contraposição, todavia, a arma branca também transmitia a maior segurança ao criminoso de enfrentar uma maior quantidade de pessoas, tendo uma menor chance de se transformar em um assassino no processo – os ferimentos podiam ser feitos com menor gravidade do que os de uma arma de fogo na maioria das vezes. Outro evento no qual a faca e a navalha tinham uma participação importante para essa reafirmação da honra é nos duelos, que, conforme Barbosa nos diz, eram em sua grande maioria, na verdade, camuflados entre os criminosos[81]. Por outro lado, se a navalha havia perdido seu espaço para o revólver ao longo do tempo, ainda retinha a característica de transmitir o medo

---

[75] *A Noite*. "A luta entre facínoras". 12 de julho de 1912.

[76] *Gazeta de Notícias*. "Fim de um bandido". 13 de julho de 1912.

[77] *Correio da Manhã*. "O famoso desordeiro e cabo eleitoral 'Camisa Preta' foi assassinado, a tiros de revólver, pelo cabo Elpidio". 12 de julho de 1912.

[78] BARBOSA, Orestes. *Bambambã*! 2a ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultural, 1993. pp. 99-101.

[79] MATTOS, Rômulo, op. cit. p. 4.

[80] BARBOSA, Orestes. op. cit. pp 99-101.

[81] Barbosa afirma que poucos eram os casos nos quais os desordeiros realmente acabavam mortos. Contudo, se analisarmos as notícias sobre os duelos, veremos que mesmo possuindo uma taxa de mortes baixa, geralmente os seus contendores saiam com ferimentos graves. BARBOSA, Orestes. op. cit. pp. 99-101.

para as pessoas, isso porque a sua imagem já remetia tradicionalmente para os horrores que representavam a criminalidade.[82] O barulho que um revólver também fazia era um ponto deficitário para a sua utilização, podendo atrair mais atenção, dificultando a fuga do perpetrador do ato.

Podemos observar a representação sobre a figura de Camisa Preta como "navalhista terrível"[83], armado de navalha, desferindo golpes contra suas vítimas, mais tarde aparecendo também se utilizando de revólver para sua atuação. Observamos já um processo de construção sobre o que iria se consolidar mais tarde, nas décadas de 30 como sendo características que compunham a figura do "malandro". A navalha, associada à capoeira, o gingado e a vestimenta são elementos que vão sendo com o tempo, cada vez mais associados à figura de Camisa Preta. Não somente a sua própria figura, essas associações também são expandidas para aqueles que tinham contato com ele:

> Os profissionais da faca e do cacete levavam a sua admiração ao extremo. As mulheres de ínfima ralé disputavam-no á navalhada (...)
>
> (...) na maior parte bandidos como ele, profissionais, rufias, vagabundos e malandros da crápula carioca.[84]

Já, a *Gazeta de Notícias* não é nada categórica quando vai falar das pessoas que atenderam ao seu funeral. [85] Utilizando expressões como "povo perigoso" e "gente perigosa", a narrativa procura construir um ar de repugnância à admiração que as pessoas das classes mais pobres tinham pelo desordeiro, transpondo as características criminais de Camisa Preta para a apresentação daqueles com os quais ele se relacionava. A leitura das notícias remonta a um olhar das elites que se refletia na atitude policial e práxis para a prevenção do crime: de que a pobreza estava associada diretamente a criminalidade. Como já foi dito, a sociedade republicana no engatinhar de seus primeiros anos encontrava-se ainda formando-

---

[82] Uma navalha podia, por exemplo, após ser utilizada para o crime, reter elementos em sua estrutura, como por exemplo, o sangue da vítima, o que transformava a sua visualização mais impactante, podendo ela ser associada diretamente aos horrores do crime, como a dor da vítima, a agressividade do ataque, o ódio desprendido, enquanto a arma preserva em si uma característica mais impessoal e dificilmente consegue nos remeter a reconstrução do crime tão bem quanto uma arma branca com traços do ataque. Ibidem. pp. 99-101.

[83] *Gazeta de Notícias.* "Navalhista terrível". 15 de agosto de 1903.

[84] *Careta.* "Assassinato do célebre bandido 'Camisa Preta'". 20 de julho de 1912.

[85] *Gazeta de Notícias*. "Fim de um bandido". 13 de julho de 1912.

se para o mercado de trabalho, não estando bem consolidadas as distinções sociais (por exemplo, a introdução de vários ex-escravos na capital, a expansão das camadas médias da população, a chegada cada vez maior de imigrantes).[86] Isso tornava o exercício de classificação da polícia mais complicado, uma vez que elementos classificatórios discriminatórios que serviam para o combate da criminalidade em períodos anteriores podiam se tornar ultrapassados com o aparecimento de novas classes, dificultando o trabalho de diferenciação da polícia entre "trabalhadores" e "vagabundos", impactando fortemente no saber cientifico da polícia, assim como o saber local adquirido no cotidiano do trabalho, na rua, que iam se remodelando. Camisa Preta vem de um mundo onde as pessoas eram advindas da pobreza. A utilização de um viés cientificista pela elite e pela polícia, onde se construía justificativas biológicas para os costumes "primitivos" e "pré-disposição" ao crime dos pobres, ou seja, o problema social que aqueles provindos de classes sociais marginalizadas representavam servia para a justificativa da repressão sobre elas. Isso fazia com que a polícia também ficasse menos apta a cometer constrangimentos – o que poderia acontecer nessa sociedade em mutação de posições sociais – na hora de aplicar o seu dever. A classificação do pobre como "classe perigosa" era indiscriminado, transformando-o em um corpo homogêneo onde a sua condição socioeconômica bastava como argumento para um olhar torto sobre sua periculosidade nas ruas da capital. Assim, podemos entender com facilidade a preocupação da polícia e dos jornais com o enterro de Camisa Preta, quando este reuniu várias pessoas do mesmo mundo que ele:

> Desordeiros, facínoras, mulheres da vida fácil, curiosos, todos queriam ver o facínora que maior nome teve no Rio de Janeiro. A polícia aproveitou a ocasião para fazer uma boa caçada e encheu o xadrez de indivíduos perigosos que iam ver o companheiro morto.[87]

A popularidade do criminoso representa uma cisão entre a cidade do Rio de Janeiro – entre os que eram considerados como fazendo parte da lógica republicana, parte da "cidade oficial" e seus excluídos. A mídia, preocupada com

---

[86] Para mais aprofundamento sobre a conjuntura da modernização e a relação entre abolição e imigração em massa de europeus para a capital desde os fins do século XIX até a década de 30 do século XX, ver: MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

[87] *A Noite*. "A luta entre facínoras". 12 de julho de 1912.

a fama de Camisa Preta, teve em todos os seus veículos que a noticiaram os mesmos discursos: o de que morria um desordeiro do qual a cidade não sentiria nenhuma falta, de que nenhum discurso de consideração por sua figura se deu por parte da população.

> Causou grande emoção a notícia da morte do celebre desordeiro "Camisa Preta", ontem assassinado, conforme a desenvolvida notícia que demos. Não houve, no entanto, um movimento da comiseração pelo desgraçado, tantas foram as proezas praticadas pelo terrível assassino(...).[88]

Se os jornais procuram o "monopólio das vozes", dizendo ao leitor que ninguém da capital sentiria falta do criminoso, acabam por silenciar a parte daqueles que compareceram ao seu enterro e demonstraram seu carinho pelo criminoso, seus amigos provindos de sua mesma classe social. A morte de Camisa Preta serviu principalmente para se desmistificar a sua figura.

> (...) Raramente um desclassificado, um criminoso vulgar, conseguira criar um nome que infundisse tanto terror (...).[89]

A desconstrução da figura de Camisa Preta nos revela uma disputa já pela sua memória e a reformulação de um mito construído pela própria imprensa. O esquecimento de Camisa Preta também reafirma a visão de que se tem do período republicano inicial como procurando esconder a cidade real do Rio de Janeiro, o povo de tradições africanas e que remontam ao passado - passado colonial que as reformas empreendidas na cidade, tanto materialmente com a mudança cenográfica de cenário com a reforma Pereira Passos, quanto mentalmente, com a interiorização de hábitos europeizantes e cosmopolitas pela elite, o povo "oficial" da cidade procuravam apagar. Camisa Preta, por não se enquadrar nessa realidade, acabava por ser parte de um passado, que deveria ser suprimido pelo progresso da história, sendo relegado ao esquecimento.

Mas não só do Rio subterrâneo que se faziam os laços de sociabilidade de Alfredo Francisco Soares. Conforme as notícias o retratam, ele também mantinha ligações com forças políticas, assim como forças da própria polícia. É interessante aqui pontuar um pouco da vida de Alfredo Francisco Soares, para que possamos

---

[88] *A Imprensa.* "Assassinato do 'Camisa Preta'". 13 de julho de 1912.

[89] *Gazeta de Notícias.* "Fim de um bandido". 13 de julho de 1912.

entender a sua peculiaridade com relação a outros que viviam no mundo do crime, assim como também elementos em comum que mantinha com eles. Criado no morro da Concórdia, onde moravam os seus pais, filho de Vicente Francisco Soares e Anna Clara Bittencourt Soares, já incumbia respeito em suas rodas de conhecidos desde a infância, quando apanhava balões e soltava papagaios. Ao longo do tempo, a fama de valente de Camisa Preta foi aumentando, contudo suas ações encontravam restrições nas repreensões duras que seu pai fazia. A procura pelo mito fundador do termo Camisa Preta, propagado pelo jornal *O Paiz* associa-o com a morte de seu pai.[90] Comprando uma camisa de meia preta para passar o luto de sua morte, o desordeiro acabou adquirindo a sua alcunha. Já na crônica de Paulo Várzea, a origem da alcunha muda: - teria a sua lenda surgido no Botequim do Ramalho, boteco que "evoca várias histórias sinistras de malandros que reinavam no Rio antes dos meninos novos dos morros", localizado na rua Senador Pompeu. O boteco também funcionava como uma casa de jogos, na qual um dia, Alfredo Francisco Soares foi apostar e acabou perdendo muito dinheiro, ficando a se lamentar pela sua falta de sorte. Com os braços entre as cabeças, lamuriando, Várzea nos conta como o traje que vestia – uma camisa preta – tornava-se cada vez mais soturna e de ar mais fúnebre. Um jogador, ao vê-lo se lamentando teria exclamado: "Mas o que faz aqui esse camisa-preta?", ao passo em que posteriormente também o xingou. Soares reagiu, atracou-se com o jogador – um conhecido valentão chamado de Karrapeta – e o derrubou. O boteco, com a confusão fechou e a partir desse dia sua fama começou a se espalhar, rendendo-lhe o apelido. Mesmo muito famoso e temido, Camisa Preta também era muito novo. Nos jornais, as notícias sobre suas atuações começam quando ele possuía dezesseis anos, em 1903, mas em sua folha de antecedentes criminais da filial do Gabinete de Identificação e da Estatística da delegacia de polícia do 8º Distrito[91][92], já encontramos prisões sua em 1902, no primeiro caso, em dois de junho e no dia 20 do mesmo mês, o primeiro por desordem e o segundo por incursão no artigo 356 do Código Penal de 1890 (roubo). Já em 1903, retornará ao

[90] *O Paiz.* "Reaparição do 'Camisa Preta'". 9 de setembro de 1910.

[91] Corresponde à região de Santana, 1º distrito.

[92] O documento se encontra presente no Arquivo Nacional. É importante relativizarmos que o documento é escrito de acordo com a intencionalidade de seu redator e a quem ele está servindo. O documento se encontra em: Arquivo Nacional. 9ª Pretoria Criminal de Santana. Gabinete de Identificação e Estatística: folha de antecedentes. SOARES, Alfredo (Camisa Preta). OR. 8076.

xadrez nos dias 18 de setembro, por vadiagem e 18 de outubro, por uso de arma ilegalmente. Em 1904, teria três entradas – uma em maio, por lesão corporal; uma em junho, novamente por vadiagem e outra em setembro, por vadiagem e pratica relacionada à capoeiragem;[93] em 1906, entraria em agosto por ofensa física e em dezembro, por lesão corporal com sequelas. Voltemos ao crime aqui já citado de 1909, onde o desordeiro, junto com "Mulatinho", tentou roubar Francisco Cardona na rua Marechal Floriano – ambos procuraram imobilizar a vítima, dando-lhe o bote e imediatamente preparando uma gravata, porém este conseguiu se desvencilhar. Ao serem presos, Camisa Preta foi novamente autuado no incurso do art. 402, o qual o jornal *Correio da Manhã* concorda como sendo um enquadramento feito de uma forma devida. Percebemos aqui que enquanto a imprensa não associava diretamente as práticas ilícitas do desordeiro à capoeira, o classificando como um capoeirista, ela também indiretamente contribuía para a reprodução de um discurso velho que remetia a sua prática a gestos de violência e agressões corporais, reproduzindo um discurso que estigmatizava a capoeiragem, bem condizente com os primeiros anos republicanos de sua repressão.

Podemos traçar um paralelo com as estatísticas que os livros de processos policiais da época nos mostravam – que comumente os mais jovens, menores de 20 anos estavam relacionados ao mundo do crime, enquanto os outros tipos de delito, os das contravenções, abarcavam seus principais atores como tendo acima de 40 anos de idade.[94] No final de sua vida, Alfredo Francisco Soares já contava com oito entradas na Casa de Detenção somente por desordem, assassinato e tentativa de assassinato.[95] Os crimes de Camisa Preta ao longo do tempo vão se intensificando com relação as suas gravidades. Uma razão explicativa para essa evolução se encontra presente no argumento de Vicente Reis, em seu livro sobre criminalidade no Rio de Janeiro.[96] Em *"Como o indivíduo se torna ladrão"*, o delegado reconhece que a polícia também acaba contribuindo involuntariamente para que os criminosos ficassem engendrados no mundo da ilegalidade. Isso se dá

---

[93] É interessante a análise de tal processo para que possamos perceber a também relação feita entre o "malandro" e o seu antecessor, o capoeira, no qual o primeiro era a origem do segundo.

[94] Os processos policiais por ofensa física representavam cerca de 54% do total dos delitos apurados pela polícia nos primeiros anos do século XX. BRETAS, Marcos Luiz. op cit. p. 74.

[95] *A Noite.* "A luta entre facínoras". 12 de julho de 1912.

[96] REIS, Vicente. op cit. pp. 192 – 198.

porque geralmente a grande maioria de presos em sua primeira passagem pelo mundo da detenção era levada por delitos relacionados a contravenções que estabelecessem perigo à ordem pública e obstáculos a disciplinarização da mentalidade do trabalho na sociedade carioca (vadiagem, embriaguez, jogo, mendicância). O primeiro contato com a Casa de Detenções trazia o novo preso para o contato de outros que já estavam naquele mundo em diferentes situações, muitas, mais sérias. Para se sustentar lá dentro, acabava por criar uma rede de sociabilidade que o levava a adquirir dívidas com outros presos, além de ser seduzido pelo mundo do crime:

> Faz-se amigo, si não de todos, pelo menos, de um, de dois, de tres. Aprende a gyria e afinal acha aquillo interessante e... seductor![97]

Já enquadrado no universo da marginalidade, quando sai da prisão, fica mais facilmente exposto à vigilância da polícia, e consequentemente, a prisão. O contato com marginais adquiridos da prisão elevam suas chances em uma sociedade onde a ordem pública mantida pela polícia é fundamentada no princípio de prevenção do crime e o afastam das possibilidades de conseguir um emprego, tornando o contraventor prisioneiro viciado daquele universo no qual entrou primeiramente sem muitas vezes ter culpa da condição em que se encontrava. Fichado, o bandido é introduzido ao universo do crime de conhecimento da polícia, ficando estigmatizado e sendo mais facilmente vítima de prisões arbitrárias cometidas pela primeira como forma de prevenções ao delito onde se enquadra, ou para que esta consiga obter informações e paradeiros sobre seus contatos para a resolução de determinados crimes.

Ao mesmo tempo, Camisa Preta também se apresenta como uma particularidade no mundo da desordem. Em uma cidade onde a grande parte dos habitantes era de analfabetos[98], ele era um representante do mundo da pobreza que sabia ler e escrever. Chegou até mesmo a escrever uma carta que foi mandada para o *Jornal do Brasil*, procurando declarar a verdade sobre a denúncia de um crime que teria cometido em setembro de 1911.[99] Nessa carta enviada, de acordo com o jornal, o

---

[97] Ibidem. p. 193.

[98] De acordo com o recenseamento de 1906, na população do Rio haviam 811.443 habitantes, dos quais 390.371 eram analfabetos, ou 48,11% da população total do Estado.

[99] *Jornal do Brasil*. "O Camisa Preta". 24 de setembro de 1911.

desordeiro também se encontrava morigerado e disposto a não ter mais contas com a polícia - tal evento é interessante por nos mostrar que os jornais não serviam apenas como um instrumento de estigmatização dos criminosos, mas poderiam ser aproveitados pelos mesmos como um espaço para que a sua imagem pudesse ser também defendida, "limpada". Todavia, as esperanças de regeneração do criminoso não seria cumprida, com ele aparecendo participando de vários outros crimes posteriormente.

Outro exemplo é o de sua própria mãe, quando mandou uma carta ao mesmo jornal, em outubro de 1903, reclamando de uma reportagem que teria classificado seu filho como um "gatuno", no qual ela afirma que ele "não foi preso como gatuno, como por engano saiu publicado, e sim por usar de armas proibidas, conforme reconheceu o agente que o prendeu".[100] Também, de acordo com os inquéritos policiais, apresenta como profissão a posição de empregado no comércio. Novamente aqui podemos voltar a uma construção sua que pode ser remetida a imagem do malandro, uma vez que estes viviam entre o mundo do crime e o mundo do trabalho formal[101], nunca se enquadrando completamente em um ou outro, deste modo se revezando entre uma esfera em outra, conforme as necessidades e oportunidades que aparecessem, alvejando uma forma de ascensão social para o mundo da classe dominante, mesmo que esta se configurasse em uma mera ilusão de promessas. A apresentação de um trabalho, assim como a de uma residência também funcionavam como forma de proteção de acusados contra a denúncia de crimes[102],. De acordo com Luís Sérgio Dias[103], a figura do malandro funciona como uma idealização da negação do trabalhador assalariado

---

[100] *Jornal do Brasil.* "A POLÍCIA". 24 de outubro de 1903.

[101] Orestes Barbosa, ao escrever a crônica "*A origem da malandragem"*, diz que o malandro é esperto sabido e não é ocioso, como comumente se pensa sobre a sua figura. Também trabalha as suas origens como saindo nos meninos que moram na rua, seja vendendo balas, soltando papagaios ou brincando de outras formas. Percebemos aqui como claramente como esses elementos do menino que vive na rua e que gosta de soltar papagaio ou correr atrás de balões aparece quando ele nos conta a infância de Camisa Preta, e como ela pode ser associada diretamente à narrativa de Orestes Barbosa. BARBOSA, Orestes. op. cit. pp. 103-105.

[102] A vadiagem na época da República era duramente reprimida por ser retratada como uma forma de porta de entrada para o mundo do crime. O vadio era estava em uma posição intermediária entre o mundo do crime e o mundo do trabalho.

[103] DIAS, Luís Sérgio. *Quem tem medo da capoeira?: Rio de Janeiro, 1890 - 1904*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, Divisão de pesquisa, 2001. p. 154.

em uma sociedade de mercado. Enquanto o Estado, em uma fase inicial da construção do mercado de trabalho, procura interiorizar na massa proletária a positivação de uma vida voltada para o trabalho, o malandro seria uma forma de fuga a um discurso que podia vir a ser mais uma forma de exploração, como fora também a escravidão.[104]

Todavia, é importante termos em conta que também não se pode ver sua figura como uma resistência ao mercado de trabalho, uma vez que ele não estava completamente constituído na sociedade carioca, que mesclava elementos ainda de fases pré-capitalistas. Sendo um esforço de construção intelectual, o que demanda longo período para a sua internalização no senso comum da sociedade, com o reconhecimento de suas ações específicas, o malandro não surge da noite para o dia.[105] Tendo seu lugar de atuação na rua, o malandro se utiliza de seu espaço para também fazer seus trabalhos, seus "bicos", lidando com a pobreza e a invenção para escapar dela. Esse mundo se transpõe para os meios das prisões, como a Casa de Detenção – são nesses ambientes de caráter correcional, onde teoricamente se deve internalizar nos presos a mentalidade para o mundo do trabalho, em que são na verdade, na prática, reforçadas e repensadas as estratégias para se atuar no mundo da malandragem. O mundo correcional, por exemplo, era um ótimo meio para se encontrar novos aliados para a atuação em bandos.[106]

Se a figura de Camisa Preta pode se relacionar a elementos pontuais apontados por Dias que constituíam a figura do "malandro", sua forma de atuação também

---

[104] Muitos dos que se tornavam malandros vinham do meio da pobreza. Barbosa, em sua crônica, relata apenas um, em seu conhecimento, que tinha uma origem mais abastada, chamado Emílio de Araújo. Ver BARBOSA, Orestes. op. cit. p 105. Grande parte deles eram até mesmo ex-escravos ou filhos deles. Tendo contato próximo com a exploração pela qual seus antepassados ou eles próprios haviam passado, viam que o papel do negro na sociedade capitalista em formação não iria ser diferente de antes. DIAS, Luis Sérgio. op. cit. p. pp. 159-160.

[105] Todavia, o termo *malandro* já existia na primeira década republicana. Vicente Reis, ao descrever os diversos tipos de criminosos que atuavam pela capital, constantemente os chama pelo termo, o empregando várias vezes muitas vezes contraponto a sua figura a do homem honesto: "Compare-se a expressão do *malandro* com a do homem honesto que anda sobre a ponta dos pés para não despertar alguém que dorme (...)". Mesmo assim, ele não possui aqui o sentido que adquire no final dos anos 20 e 30s, servindo para aludir a "salteadores". REIS, Vicente. op. cit. p. 160.

[106] Para trabalhos sobre a Casa de Detenção, ver: CHAZKEL, Amy. "Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro da Primeira República". In: MAIA, Clarisse Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos & BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, vol. 2. 2009; BARBOSA, Orestes. op. cit.

serve como crítica para a forma de atuação da malandragem. Em seu estudo, o autor nos diz que a construção da figura do "malandro" é tácita e camuflada – ele deve ser uma pessoa que ao mesmo tempo em que legitima a sua ação para o meio em que vive, o faz de forma silenciosa para escapar da ação policial. Assim, afirma que era difícil que malandros aparecessem em inquéritos policiais, jornais ou até na Justiça, por conta desse ocultamento voluntário.

O que é aqui mostrado é justamente o oposto, observando-se a grandiosidade da fama que Camisa Preta adquiria nos jornais. O desordeiro fazia-se ser visto, pois a infâmia servia como uma forma de se divulgar as aptidões para um trabalho criminoso bem-feito, podendo atrair os olhares daqueles que quisessem se beneficiar dele. Nesse sentido, a falta de espaço para a palavra "malandro" na mídia nas primeiras décadas do século XX não se dá pela atuação silenciosa dos mesmos, mas sim porque não havia ainda ideia do que era ser malandro, assim sendo utilizado para a sua conotação outros termos, como "desordeiros", "vagabundos". É por essas alcunhas que pelos documentos policiais e páginas dos jornais, chegamos às notícias que nos explicitam as suas atuações.

Observamos que os jornais possuíam uma voz hegemônica no que diz respeito à figura de Camisa Preta. Geralmente, sua hipercaracterização como "facínora", "temível", "desgraçado", "desclassificado", "criminoso vulgar", "fera" acabava por provocar a sua desumanização na imprensa escrita.[107] Mais do que isso, aferiam a um homem de características bastante ordinárias, uma imagem que não condizia com a sua figura que não trazia medo a ninguém:

> Baixo, corpulento, fisionomia simpática, insinuante mesmo, cor branca e cabelos pretos bem tratados, trajando-se com certo apuro, não parecia guardar naquele corpo a ferocidade assassina.[108]

---

[107] A bestialização de nosso desordeiro também está conectada a forte influência do naturalismo como recurso literário para a construção das narrativas sobre o crime que fossem aprazíveis para o público ler. Para mais, ver: PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa no prelúdio republicano*. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. pp. 124 – 128. Assim como a narrativa em contos do naturalismo se constrói pela observação cientifica e relato calcado na descrição detalhista, em fatos verídicos, as notícias policiais também se baseavam nesse tipo de estética literária para expor com máximo de rigor e "neutralidade" os fatos.

[108] *Careta.* "Assassinato do célebre bandido 'Camisa Preta'". 20 de julho de 1912.

A classificação de Camisa Preta sobre os mais diversos estigmas que extrapolam a sua simplicidade física remete ao caso do criminoso como sendo também uma patologia social. A forma de como ele é retratado pela imprensa da capital não representam propriamente o que Alfredo Francisco Soares é, mas o seu perigo para a ordem pública. Não só socialmente, mas também a predisposição ao crime como uma doença mental[109] que se encontrava dissociada dos ideais de caráter civilizatório – o que se espelha no fato de as atuações de Camisa Preta serem constantemente associadas a ataques de fúrias, a irracionalidade, como se ele fosse uma besta feroz movida por seus sentimentos, que dominavam a sua razão:

> Como uma fera, "Camisa Preta" levantou-se, colérico, e mesas, cadeiras, corpos, garrafas, xícaras, enfim, todos os objetos que ele encontrava, voavam atirados com força, por suas mãos. (...)
>
> Assustadíssimos com a loucura do indivíduo que os ofendera, os fregueses do botequim correram apavorados. Estabeleceu-se então, na rua do Regente, o pânico e todos os transeuntes fugiram, entrando pelas casas de negócios, enquanto "Camisa Preta" continuava na sua fúria, passando rasteiras e dando pancadas em quem encontrava.[110]

Em seu estudo sobre imprensa e sua visão e apresentação sobre o crime, Ana Gomes Porto aponta como os criminosos eram vistos como seres inferiores, incapazes de distinguir entre o certo e errado, de pensar antes de agir.[111] É interessante apontarmos uma contradição aqui apresentada pela imprensa na construção da imagem do nosso desordeiro: o mundo do crime se construía de forma muitas vezes hierarquizada – havia geralmente bandidos que organizavam corpos mais ordinários de seus pares.[112] Se pensarmos sobre Camisa Preta, principalmente em sua atuação como capanga eleitoral, e como aqui já demonstramos pela sua relação com criminosos com os quais trabalhava conjuntamente, podemos relacioná-lo a um papel de líder de seu bando, aquele que o organizava. Esse papel também estava relacionado comumente aos mais aptos a agirem baseados em seu planejamento prévio do crime, são os ditos "criminosos mais civilizados", que agem de maneira racional e ponderada. Ora, se

---

[109] Aqui também temos o discurso lombrosiano cientificista da antropologia criminal como forma de características biologicamente intrínsecas ao criminoso para explicar a sua inclinação ao crime. Se a ordem era um produto da razão, o inverso era válido.

[110] *O Paiz*. "Reaparição do 'Camisa Preta'". 9 de setembro de 1910.

[111] PORTO, Ana Gomes. op. cit. pp. 94 - 95.

[112] Ibidem. p. 93.

Camisa Preta é mostrado como pertencente a essa posição por muitas reportagens, a sua excessiva caracterização acaba por também o rebaixá-lo para o mundo do desordeiro comum, o arrebatando de sua posição hierárquica. Isso se dá a uma tentativa de desconstrução da imagem de Camisa Preta, procurando a diminuição de sua influência e popularidade ao mesmo tempo em que sua figura se fazia fortemente cada vez mais presente nos jornais.

Não obstante, outro fator imprescindível para entendermos como se construíam as notícias sobre Camisa Preta era a procura por um maior público de leitores pelos jornais, pois, afinal, devemos levar em consideração que eles também são produtos para a venda, cujos donos almejam a obtenção de lucro. Nessa lógica, matérias sensacionalistas; de assuntos variados, como festas populares; charges, entre outros, serão de forte importância para a possibilidade de obtenção de novos leitores, por abrangerem um público mais diversificado. Dentro desse tipo de notícias, as de cunho policial se encontram possuindo forte relevância pelo seu teor de escândalo sensacionalista impregnado, permitindo que os jornalistas criassem narrativas bem minuciosas, detalhadas sobre os casos para seduzirem os leitores a lerem as matérias. A hipercaracterização de Camisa Preta pelos mais variados termos apresentados seguem, portanto uma lógica de batalha por público leitor. Quanto mais agressivo ele pudesse ser mostrado, quanto mais fascínio e espetáculo as suas notícias pudessem atrair, mais público leitor os jornais poderiam ter – a figura do desordeiro então se torna um produto de vendas, para que a exploração de sua imagem traga maior audiência.

Observamos que o discurso das elites que governavam a cidade encontram também respaldo nos jornais. Isso se dá porque muitos donos desses veículos eram provenientes dos meios da própria, e neles se baseavam para também induzirem valores, normas e comportamentos padronizados, alicerçados aos interesses dos que governavam, para a sociedade. Os jornais tinham importante caráter pedagógico.[113] Também se validavam de relações corporativistas com as elites, que os financiavam para terem seu discurso espalhado pela sociedade. Seus

[113] No estudo de Marialva Barbosa, *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*, a autora se concentrará na análise dos jornais *Gazeta de Notícias, O Paiz, Jornal do Brasil, Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio.* BARBOSA, Marinalva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2000.

dirigentes eram geralmente advindos de famílias de alto poder aquisitivo, ligadas ao mundo das oligarquias ou filho de profissionais de áreas com renome, como engenheiros, médicos ou advogados. Muitos de seus familiares já ocupavam cargos na burocracia estatal e o jornal poderia ser visto como uma forma de se também inserir na máquina burocrática, obtendo-se posições.

Já pela rua, conforme a autora nos aponta, os repórteres geralmente eram mais novos e acumulavam trabalho em diferentes periódicos como forma de adquirirem complementaridade de renda, visto que apenas uma tornava sua vida material penosa. Estes procuravam galgar posições dentro dos editoriais nos jornais a partir de contatos. Os repórteres também tinham uma posição de relacionamento muito estreita com os delegados policiais, convivendo com o seu mundo. Alguns membros da polícia eram até mesmo ou fundadores de jornais ou trabalhavam para eles, como Astolpho Vieira de Rezende. Após pedir exoneração de seu cargo, o ex-1º delegado auxiliar foi fazer um discurso na Associação de Imprensa[114], onde foi ovacionado e elogiado por vários repórteres pela sua relação sadia com os profissionais. No entanto, essas relações também eram tumultuosas, podendo ser "nervosas", "zangadas" ou "neurastênicas" [115], visto que os delegados também viviam sobre constante estresse no exercício de suas profissões. A estreita relação entre ambos pode também nos remontar a um discurso que cerceava as notícias sobre Camisa Preta, baseado principalmente nos pontos de vista dos policiais sobre o criminoso. Mas essa relação também era benéfica à polícia no sentido de que ela se validava também de informações dos jornais sobre os crimes para dar prosseguimento a suas investigações e conseguir novas pistas sobre os suspeitos. As reportagens também podiam servir para reforçarem os inquéritos policiais ou justificar ações da polícia tomadas contra presos.[116] Como, por exemplo, no caso de prisões arbitrárias, ou até mesmo execuções, como mais à frente será demonstrado.

A repreensão ao crime por parte do discurso da imprensa encontrava também dubiedade na exposição de seus resultados pela própria. Ao mesmo tempo em que

---

[114] *Diário de Notícias.* "ASSOCIAÇÃO DE IMPRENSA – *Visita do dr. Astolpho Rezende*." 19 de novembro de 1910.

[115] *Notícia*. "Dr. Astolpho Rezende". 19 de novembro de 1910.

[116] PORTO, Ana Gomes. op. cit. p. 99.

Camisa Preta é apontado como um exemplo a ser combatido, seus julgamentos e absolvições por parte de vários dos crimes que cometera ganhava também ampla exposição pela imprensa.

Depois do crime cometido na Biblioteca Nacional[117], nas eleições para Intendente Municipal em 31 de outubro de 1909, o julgamento dos denunciados, Camisa Preta e Henrique da Rocha Pinto - o Pula Ventana - foi amplamente divulgado no meio midiático. Ambos foram a júri às 10 horas da manhã do dia 19 de maio, do ano de 1910, vindo a terminar às 17:30 da tarde, sendo presidido pelo juiz Dr. Raul Martins, no qual os acusados foram, por oito votos do júri, absolvidos de terem promovido conflito que culminou com a morte de Marcellino de Oliveira, e por onze votos, negaram que ambos foram autores do assassinato do vigia noturno, mesmo a imprensa tendo exaustivamente reafirmado a culpa de ambos.

Alarmados com o relaxamento dado ao desordeiro, alguns jornais acabaram criticando o júri popular responsável por sua absolvição no caso, como sendo de "benevolência indesculpável".[118] O jornal *A Notícia* falaria: "A benevolência do júri, não há muitos meses, restituiu a liberdade a um criminoso de fauna (...)".[119] Fala-se também que Camisa Preta agia certo da impunidade que o cercava.[120] As constantes reaparições de Soares nos noticiários indicam sua rápida saída do xadrez. De acordo com o seu registro de entrada prisional[121], das 13 vezes que foi preso desde 1902 até 1910, ele chegara a cumprir a pena completamente apenas duas vezes. O apadrinhamento político que o famoso desordeiro possuía pode ser um dos motivos que aumentavam o seu poder de barganha e a leniência da polícia com relação a sua estadia no xadrez. Também sua própria conexão com policiais facilitavam o encurtamento de sua estadia. Somado a isso, o comportamento de Camisa Preta enquanto preso era geralmente cordial com relação aos policiais, o que poderia facilitar a sua saída por bom comportamento. O *Correio da Manhã* é enfático em delegar a culpa da liberdade de Camisa Preta à justiça:

---

[117] O crime será analisado exclusivamente no próximo capítulo.

[118] *A Noite*. "A luta entre facínoras". 12 de julho de 1912.

[119] *A Notícia*. "O 'Camisa Preta' em cena - grande conflito." 8 de setembro de 1910.

[120] *Gazeta de Notícias.* "Fim de um bandido". 13 de julho de 1912.

[121] Arquivo Nacional. 9ª Pretoria Criminal de Santana. Gabinete de Identificação e Estatística: folha de antecedentes. SOARES, Alfredo (Camisa Preta). OR. 8076.

> Uma consideração, portanto, acorde imediatamente ao espírito, diante de tais fatos: é a necessidade de corrigir-se, de uma vez para sempre, o mau funcionamento da nossa justiça. Não se tolera, em caso algum, a fácil absolvição de acelerados desse jaez. Não se compreende que se entregue á sociedade, para seu desmantelamento, semelhantes elementos de morte e terror, que a baixa politicagem procura muitas vezes para serviços eleitorais – donde a proteção que lhes é dispensada quanto se encontram sob o peso dos tribunais.[122]

Aqui há explícita uma disputa de poder pela prisão de criminosos que ocasionava conflitos entre o judiciário e a polícia. A segunda, agindo pelo pressuposto da ação preventiva, com o intuito de isolar os indivíduos que poderiam apresentar perigos para a ordem pública geralmente encontrava a barreira que era a orientação por se seguir a impessoalidade da lei por parte dos magistrados.[123] Um quesito que entrava sempre em debate era o *habeas corpus.*[124] Em 1914, o delegado Eurico Cruz queixava-se dos processos na Justiça[125], que geralmente eram de grande morosidade, e terminavam muitas vezes na soltura de criminosos, quase sempre anulando o trabalho árduo da polícia na captura e prisão do suspeito, além de suas expectativas. Com esses conflitos, houveram tentativas de se disciplinar o poder da polícia à Justiça, como por exemplo, a proibição de se encaminhar para a prisão os suspeitos que não tivessem passado por um processo legal oficializado. Na prática, todavia, a polícia ainda se validava de suas ações extralegais para manter os indivíduos considerados como perigosos apartados da sociedade, como por exemplo, prisões compulsórias e em massa para a resolução de crimes. Se Sampaio Ferraz, quando fora chefe da polícia, defendia o isolamento dos "indivíduos perigosos" pela prisão, Rui Barbosa, por outro lado, argumentava ser o *habeas corpus* uma forma de defesa contra a privação arbitrária do direito de liberdade individual por parte da polícia. A prisão arbitrária atentava contra os direitos constitucionais do preso, que precisavam ser respeitados. Assim, os policiais que o prendesse ilegalmente deveria ser punido.[126]

---

[122] *Correio da Manhã*. "O famoso desordeiro e cabo eleitoral 'Camisa Preta' foi assassinado, a tiros de revólver, pelo cabo Elpidio". 12 de julho de 1912.

[123] BRETAS, Marcos Luiz. op. cit. pp. 63-70.

[124] Vicente Reis conta que a polícia possui receio do habeas corpus pela facilidade com que ele pode ser adquirido por parte dos criminosos. REIS, Vicente. op. cit. p. 177.

[125] BRETAS, Marcos Luiz. op. cit. p. 63.

[126] Ibidem. pp. 66-67.

O constante furor feito pela imprensa no tocante à incapacidade de Camisa Preta ser enquadrado definitivamente dá ao leitor de suas notícias a noção de que o crime não tinha a severidade que deveria ter – em alguns casos para o leitor que lutasse contra os impropérios da vida, a pobreza e a exclusão, remontava quase a um argumento de que "o crime compensa", de que não se chega de fato às consequências que um crime representa, podendo o seu perpetrador se dar bem, no final das contas. Uma forma de contrabalancear esse discurso implícito era mostrar em todas as notícias que ele acabava preso, mesmo apresentando grande resistência aos esforços policiais e mesmo que fosse por pouco tempo.[127] Mas a apresentação mais clara está presente nas notícias de sua morte, que são todas narradas de forma que o leitor perceba que Camisa Preta realmente estava procurando por um fim daquele jeito, que as suas ações estavam caminhando para a sua morte, sendo apenas uma questão de tempo pela vida que o desordeiro levava. Faz-se assim uma construção teleológica da forma de como ele levava sua vida que desembocava inevitavelmente em sua morte:

> "Camisa Preta" não se esquecia nunca das contas que tinha a ajustar com o cabo Elpidio, por causa da morte de "Leão da Noite". O cabo Elpidio sabia disso, assim como o sabiam os companheiros de ambos. Aquele policial parece que tinha a certeza de que acabaria nas mãos de seu gratuito inimigo, se não fosse ele que tirasse a vida de "Camisa Preta"(...).[128]

Por ironia do destino a morte de Alfredo Francisco Soares também o libertaria de um último júri ao qual iria se apresentar. Este seria o novo julgamento marcado pelo Supremo Tribunal Federal após anularem a decisão do júri popular que o absolvera do crime da Biblioteca Nacional. A sua prisão seria feita nesse mesmo mês para que ele pudesse responder a nova plenária. Parecia o acaso querer brincar mostrando de uma forma bastante jocosa que era a sina de Camisa Preta escapar da prisão, fosse vivo ou morto. Esse crime, pelo qual ele adquiriu a maior visibilidade na mídia até então, será retratado no próximo capítulo.

---

[127] Ana Gomes afirma em seu trabalho que havia um caráter moralizador nos contos sobre crimes, assim como sua representação para a sociedade, mostrando que seus perpetradores não conseguiam a riqueza que pretendiam e acabavam indo para a cadeia. PORTO, ANA Gomes. op cit. p. 95.

[128] *A Imprensa*. "Assassinato do 'Camisa Preta'". 13 de julho de 1912.

Capítulo 2: A quebra do silêncio pela malandragem – o assassinato da biblioteca nacional

No dia 31 de outubro de 1909, ocorreram as eleições para Intendente Municipal da capital. Nesse dia, a Biblioteca Nacional era palco de várias seções eleitorais da 4ª pretoria. Entre elas, a 2ª seção, foi o cenário de um crime, acontecido no saguão, que tomaria grande amplitude através de vastas denúncias por parte dos jornais.

Esse capítulo terá como finalidade a análise desse caso, que chamaremos de "crime da Biblioteca Nacional". A partir de sua observação por duas vertentes – os relatórios policiais e as notícias que circularam pela mídia –, procurarei entender como se tecia a relação entre a tríade desordeiro-polícia-clientela política para o funcionamento da máquina de fraudes eleitorais na capital no começo do século XX. Também debaterei se havia um continuísmo no que tange à prática de fraudes anteriores, relacionadas à atuação dos capoeiras na capital, ou se o mecanismo havia passado por mudanças com as transformações sociopolíticas que aconteceram quando o país reconfigurou a sua forma de governo. A primeira parte se destina a apresentação do relatório policial[129] redigido por Eurico Cruz, delegado encarregado da prisão de Camisa Preta e de seus interrogatórios, que foi encaminhado à justiça por Astolpho Vieira de Rezende, 1º delegado auxiliar na época do crime, onde procurarei saber quem eram ambos e suas visões sobre o papel policial. A segunda parte se destinará a mostrar ao leitor o que a imprensa tinha a dizer sobre o caso, trazendo um novo ponto de vista para a discussão e que muitas vezes até mesmo denunciatório sobre a atuação policial no desprendimento do caso.

O olhar da legalidade sobre o crime

De acordo com o inquérito[130] feito pelo delegado Eurico Cruz, por volta das 15 horas, a segunda seção eleitoral da 4ª pretoria, funcionava no saguão da Biblioteca Nacional, localizada na rua do Passeio, quando um tumulto aconteceu pondo uma pausa nos trabalhos da mesa eleitoral. O conflito foi um tiroteio no interior do saguão, protagonizado por "Camisa Preta" e outros desordeiros que se

[129] REZENDE, Astolpho. Relatórios Policiaes. 1907/1910. Rio de Janeiro: Casa Vallelle, 1925.

[130] Ibidem.

encontravam com tal e tinham sido alistados para invadirem tal seção. O relatório aponta que "é difícil descrever com exatidão o que realmente ocorreu, não obstante ter ouvido o Dr. Delegado do 5º Distrito, em cuja delegacia foi imediatamente instaurado o presente inquérito". Conforme Cruz aponta, os depoimentos colhidos foram o de Arthur Goulart, que servia como presidente da mesa, o mesário Raphael Pinheiro, o candidato Manuel Joaquim Marinho, os fiscais de candidatos Álvaro Alberto Coutinho e Joaquim de Souza Trindade, além de outras 20 pessoas que passaram por processos de sua interrogação. Afirmam eles que o crime aconteceu quando a coleta de cédulas teria terminado e antes de se dar a o inicio de suas contagens para o trabalho de apuração.Camisa Preta então entrou no local e tentou subtrair a urna, encontrando protesto dos mesários e outros que se estavam no saguão. O clima ficou pesado e foram trocados tiros de pistola entre os desordeiros e aqueles que se encontravam na seção, não sendo especificado pelo inquérito quem eram os envolvidos na ação. Com o caos formado, os presentes fugiram enquanto os mesários abandonaram a urna e se dirigiram para o interior da biblioteca. Ela foi então arrebatada, com o inquérito não especificando o responsável pela ação, apenas elucidando que foi conduzida para a rua e lá retomada pela força da cavalaria policial, quando esta estava sob o domínio de Geraldo Maria de Jesus, também conhecido como "Geraldo da Praia". De acordo com sete testemunhas, após o tiroteio, morreu o guarda noturno Marcellino Antonio de Oliveira, que trabalhava na freguesia de S. José. O assassino era Camisa Preta.

O inquérito ainda revela que através da denúncia de duas testemunhas, José Gomes Soares e Francisco Peraphan Fernandes, estava acompanhando Alfredo Francisco Soares, o também desordeiro Henrique da Rocha Pinto, conhecido como Pula Ventana.

Através do relatório, com repasse feito para o delegado-auxiliar Astolpho Vieira de Rezende, este então procura a prisão preventiva dos dois desordeiros, dizendo que incorreram na sanção dos artigos 169[131], 170[132] e 204[133] do Código Penal.

[131] Impedir ou obstar, de qualquer maneira, que a mesa eleitoral ou a junta apuradora, se reúna no lugar designado, ou obrigar uma ou outra a dispersar-se, fazendo violência ou tumulto. A pena variava de seis meses a um ano de prisão e multa. BRASIL. Código Penal, 1890.
[132] Apresentar-se nas assembleias eleitorais com armas ou trazê-las ocultas, com pena de prisão de um a três meses e multa. Idem.

Neles não consta menção ao crime de assassinato, o qual a imprensa iria denunciar amplamente. Foi encaminhado o inquérito para a justiça federal, que tinha como função o julgamento de crimes relacionados a fraudes eleitorais.

Quem eram ambas as figuras? Para entender a intencionalidade do inquérito o qual foi redigido para se apurar o crime, precisamos compreender o local de fala de seus criadores. Quais seriam as suas relações com a polícia? Como eram as suas visões sobre o papel policial? Começaremos pelo 1º delegado-auxiliar.

De acordo com o material que aponta a vida do delegado auxiliar, principalmente a imprensa[134], Astolpho Vieira de Rezende era um intelectual que tinha ajudado a polícia com seus estudos sobre a criminalidade. Nascido em novembro de 1870, Cataguazes, Minas Gerais, entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo em março de 1888. Ao mesmo tempo em que ingressava no bacharelado, também se tornou um político, sendo eleito primeiro secretário do Club Republicano Mineiro. Formou-se em ciências jurídicas e sociais em 1891, vindo a trabalhar como advogado no ano posterior. Pela sua competência, ganhou grande visibilidade, chegando a ser nomeado para o cargo de Promotor Público da cidade de Viçosa, porém declinou. Também foi nomeado para ser Juiz Municipal de Além-Paraíba, recusando a proposta. Além disso, Rezende foi um importante jornalista, fundando *O Correio de Palma*, importante jornal vendido pelo estado. Como político, chegou a ser presidente do conselho municipal de Cataguazes. Em 1893, deixou o cargo para ter seu nome incluído numa chapa para a disputa a deputado por um partido local. Sua ausência do cargo, de acordo com o jornal *Diário de Notícias*[135], provocou a decadência de Cataguazes, onde foi necessária até mesmo a intervenção do chefe de polícia do estado na época, Alfredo Pinto. Seu nome foi pedido para o regresso ao cargo, porém inimigos políticos acabaram o barrando. Trabalhou em outros jornais, como *Folha de Minas, O Agricultor* e chefiou por um tempo a redação do *Jornal de Minas*. Logo, percebemos a sua grande familiaridade com o ambiente da imprensa.

---

[133] O artigo enquadra-se na classificação de crimes contra a liberdade de trabalho, com pena de prisão de um a três meses por se constranger ou impedir alguém de exercer sua indústria, comércio ou oficio; de trabalhar ou deixar de trabalhar em determinados dias; de abrir ou fechar estabelecimentos de trabalho ou negócio. Idem.

[134] As matérias sobre Rezende se encontram em seu próprio livro, em anexo na parte de traz. Para mais, ver REZENDE, Astolpho. op. cit. pp. 280-358.

[135] *Diário de Notícias.* 6 de dezembro de 1906.

De 1901 até 1903, voltou a exercer a presidência da Câmara de Cataguazes. Nesse último ano, veio para a capital e em maio de 1904, ingressou na polícia, de onde sairia em novembro de 1910, na administração Leoni Ramos. Astolpho começou o seu trabalho na corporação como um delegado suburbano em Madureira, numa modesta delegacia de circunscrição. Galgou posições dentro da corporação – algo possível, porém bastante difícil – vindo a ser delegado urbano. Começou como delegado suburbano, quando o chefe de polícia era Cardoso de Castro, depois indo para a 12ª delegacia.[136] Nesse posto, de acordo com o jornal *Os Cataguazes*[137], apresentou "energético" exercício de sua autoridade, além de bem sucedida repressão ao jogo do bicho, o que traria fama para a sua figura, sendo transferido posteriormente. Quando Alfredo Pinto assume a chefia da polícia e inicia a sua reforma no ano de 1907, Astolpho foi novamente para a 12ª delegacia.

Os jornais retratam Rezende como um homem íntegro, com vasto conhecimento sobre jurisprudência e avesso ao controle de policiais pelo jogo político. É visto como personagem que age com justeza em seus trabalhos, de grande vontade, hábil e apto na ciência policial, sendo um perfeito retrato da especialização da corporação e do que deveria ser um policial de carreira.

Desde a entrada de Rezende no corpo policial, a instituição passara por um reforma muito importante durante a gestão Alfredo Pinto[138], que afetou tanto o seu trabalho como o de Eurico Cruz. Será aqui dito um pouco sobre essa mudança no corpo policial. Ela foi empreendida com a tentativa de se modernizar a instituição e dá-la mais autonomia. Trazido por Afonso Pena em 1906 para a capital, Pinto procurou centralizar as funções administrativas na figura do chefe de polícia, dando-lhe o poder de exercer todos e quaisquer poderes conferidos aos seus subordinados, de recrutar para a polícia militar, guarda civil, patrulhas, capacidade de se dar concessões e benesses a policiais por um trabalho bem feito e a quem ajudasse na resolução de crimes; também podia sua figura dar promoções, fazer transferências, demissões; emitir passaportes; fiscalizar a venda de armas e fabricações de explosivos, além da organização de estatísticas da

[136] Corresponde a circunscrição de Espírito Santo.
[137] *Os Cataguazes.* 7 de abril de 1907.
[138] Os objetivos da reforma assim como sua efetivação foram estudados por Marcos Bretas: BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930.* Rio de Janeiro, Rocco. 1995. pp. 50-53.

máquina policial. Seu poder também se expandiu com o domínio sobre os destacamentos policiais especializados, como o Serviço Médico Legal, o Gabinete de Identificação Estatística e a polícia marítima. O número de delegados auxiliares, que antes era dois, foi aumentado para três. Rezende, na função de 1º delegado-auxiliar tinha de inspecionar o trânsito, fiscalizar a Colônia Correcional e a Escola 15 de Novembro, além das delegacias de 1º entrância.

Como diretriz de ação, os 28 delegados dos distritos da capital tinham como dever o mesmo de antes – manter a ordem pública, investigar crimes e cuidar da burocracia administrativa. Aqui se insere a figura de Eurico Cruz.

O mais importante aspecto que podemos destacar, todavia, foi que a reforma de 1907 estabeleceu bases para a consolidação de uma carreira policial e um sistema de promoções.[139] Foram criados novos postos também para a diminuição de sobrecarga de trabalho sobre os delegados, como o comissário. Ainda participavam da administração das delegacias os escrivães e oficiais de justiça. Por fim, houve também a introdução de novas engrenagens de apoio para a instituição, com a construção de novas delegacias, novos quartéis, a introdução de automóveis, além de máquinas vindas do exterior, cães adestrados e uma série de outros novos aspectos para a maior eficácia policial. A modernização da polícia civil deve também ser pensada sobre o prisma da disputa de poder que essa força sofria com as outras pela cidade, como o Exército e a Guarda Civil.

Incluído nesse meio, o discurso de Rezende se constrói corroborando com a visão de Pinto. Para o jornal *A Imprensa*[140], após a pergunta sobre sua opinião com relação à reforma, o delegado-auxiliar se pôs de pleno acordo, fazendo uma dura crítica a falta de estabilidade do emprego do policial, assim como a fragilização de sua autonomia pela manutenção de indicações políticas para os cargos e as faltas de garantia, o que acabava construindo condições para o desvirtuamento da atuação dos agentes de seus códigos formais, os prendendo aos interesses da elite. Aqui há um primeiro elemento importante para a análise de sua participação no caso de Camisa Preta – a neutralidade e fuga de Rezende da influência de

[139] Por exemplo, os delegados de 1ª entrância poderiam se tornar delegados auxiliares, mas não era algo comum de se acontecer até a década de 20. Rezende é uma exceção em um quadro ainda de mobilidade restrita para os policiais. BRETAS, Marcos Luiz. op cit. p. 51.
[140] *A Imprensa*. 3 de fevereiro de 1911.

políticos pode ter apressado o processo de julgamento do desordeiro. Em sua opinião, era necessário o estabelecimento da chamada "polícia de carreira", onde não haveria funcionários vitalícios; aqueles que faltassem com os seus compromissos poderiam ser demitidos sumariamente e rigorosos inquéritos administrativos seriam feitos contra problemas internos importantes, como faltas. Também defendeu o incremento no efetivo de homens da força da Guarda Civil para a política de prevenção policial, ajudando a polícia civil a combater o crime, além do desenvolvimento da educação profissional dos policiais, com a construção de mais escolas para o preparo policial e, por fim, a simplificação do sistema de burocracia.

A posição de Rezende como intelectual de direito também serve de exemplo para a condição de quem eram os comandantes da polícia – geralmente estes provinham de tal meio[141], sendo em grande maioria advogados e muitas vezes vindos de fora da capital, portanto não tendo conhecimento profundo sobre a sua condição.[142] Geralmente os chefes de polícia usavam o cargo como forma de trampolim para chegarem a postos de ministros do Supremo Tribunal Federal. A indicação também se dava por laços de interesse político, como foi à situação de Sampaio Ferraz, primo de Campos Sales, indicado para a posição quando o segundo era presidente. Muito bem conceituado por seus trabalhos, Rezende era uma figura perfeita para a indicação ao papel de chefe de polícia, mas também nos traz uma ambiguidade: justamente a sua aversão pelo mundo político, ao mesmo tempo em que possuía contatos importantes por ter sido um em Minas Gerais. Essa aversão ao jogo político provocou desconforto em sua vida profissional, como quando o *Jornal do Brasil* soube de seu pedido de exoneração feito ao então chefe de polícia em 1909, Leoni Ramos. Quando fora questionado sobre a veracidade do fato, o delegado-auxiliar confirmou, dizendo-se que era "vítima de desconfianças dentro da força policial"[143], mostrando estar desconfortável no seu meio de atuação. O chefe de polícia não acatou o pedido, o mantendo. Em geral, os periódicos aclamam a figura de Rezende, chegando até mesmo a pedi-lo como

[141] O chefe era nomeado pelo presidente, sendo primeiramente indicado pelo ministro da Justiça. Como pré-requisitos para o cargo havia: seis anos de prática no bacharelado de direito, na magistratura, ministério público ou na advocacia; podia também ir para o cargo depois de se ter trabalhado na polícia. BRETAS, Marcos Luis. op cit. pp. 47-48.
[142] Como as principais faculdades de direito se encontravam fora do distrito federal, a exemplo de Recife e São Paulo, era mais comum os chefes de polícia virem de fora.
[143] *Jornal do Brasil.* 18 de junho de 1910.

chefe de polícia, por sua postura íntegra e vasto conhecimento científico e jurídico. A inserção sadia de Rezende no mundo da imprensa, tendo trabalhado com ela, possuindo familiaridade e bom convívio com os jornalistas de polícia também ajudavam em sua reverência por parte da mídia.

Eurico Cruz não se diferenciava muito da figura de Rezende. Sua figura é de análise essencial, pois era o delegado que escolhiam quais casos por eles investigados entrariam no sistema de justiça.[144] Esses mesmos, de acordo com Bretas, sabiam que havia interesses que rodeavam o desenrolar dos casos, assim procurando utilizá-los também como objetos de barganha, mas comumente também tentando trabalhar de forma a ter domínio sobre os casos, aplicando técnica e conhecimento sobre eles para desenrolá-lo. Com um extenso currículo pela polícia, andara por diversos distritos da cidade. No começo do século XX, iniciou o trabalho na 4ª circunscrição, passando por várias outras regiões, depois chegando a 5ª, onde pegaria o crime de Camisa Preta.

Sobre o delegado, a imprensa geralmente começa com críticas ao seu trabalho, como quando ele foi transferido para a 13ª circunscrição (Glória), tal ação fora bem recebida pela vizinhança que por ele era atendia posteriormente, no 7º distrito (Santo Antônio), por ser ele inábil em conseguir corrigir os desleixes policiais e as irregularidades que aconteciam dentro da delegacia. Ao longo do tempo, todavia, sua imagem irá sendo modificada, e Eurico será também mostrado, assim como Rezende, um enérgico e hábil delegado no ofício da investigação criminal e no uso de saberes de polícia científica. Sobre a figura de Cruz, o próprio Rezende escreve que o delegado "trazia um nome e uma reputação"[145]; possui dotes, talento e caráter, sabendo exercer as suas árduas funções. Tinha grande habilidade na redação dos relatórios, sendo consciente de seu dever, além dos direitos do acusado e da sociedade.

Contudo, de acordo com Rezende, o que mais impressionava em seus dotes era a capacidade de seus predicados, de suas formulações sobre os crimes e qual deveriam ser os julgamentos sobre eles, encontrarem "afirmação" e "crédito" na

[144] BRETAS, Marcos Luis. op. cit. p. 127.
[145] CRUZ, Eurico. *Relatórios Policiaes e Sentenças Criminaes*. Rio de Janeiro: Typographia dos "Annaes". 1914. p VII. . As percepções do delegado sobre o papel da polícia e a necessidade de reformas se encontra nessa obra também.

justiça. Como já vimos no capítulo anterior, o conflito de interesses entre a esfera policial e da justiça era grande, ocasionando várias vezes uma releitura e muitas vezes, anulação das determinações dos policiais ao encargo das investigações sobre os crimes – a harmonia das resoluções de Cruz com os preceitos da esfera judicial pode nos indicar sua rigorosidade cientifica na investigação de seus casos, nos afastando a ideia de sua figura como um delegado que fosse facilmente influenciável pelos interesses políticos ainda presentes na polícia, mesmo após a reforma de Alfredo Pinto. A propósito dessa, a sua opinião anda em consonância com a de Rezende: diz que a polícia não condiz com o que deveria ser pela influencia política que a corrompe; critica a baixa especialização[146] - citando como forte exemplo o corpo de serviço secreto da polícia, conhecido por todos os criminosos, não conseguindo fazer seu papel preventivo contra o crime e dominado por mandos de criminosos e políticos[147] – e a falta de recursos dos policiais, apontando problemas como a falta de higiene nas delegacias, seus cômodos pequenos e apertados que impedem a melhor circulação do ar; as celas que comportam presos mulheres e homens, o que ocasiona em uma influência lasciva, viciando ainda mais os infratores; a falta de veículos da polícia, o que fazia o serviço médico demorar, assim como a captura e condução de criminosos para as delegacias; em sua fala novamente aparece a questão da disputa de poder entre as instancias de segurança, quando o delegado critica o alargamento do efetivo de praças da polícia militar, dizendo que ela era um órgão anacrônico, que não seguia o caráter de atuar pensando na segurança individual dos cidadãos da capital, mas principalmente o código militar do quartel.

Assim como Rezende, Cruz também defende a instituição de uma polícia de carreira, classificando a ideia como “proveitosa”, “inteligente” e “corajosa”[148]. Serviriam para que se imperasse a “fixidez”, o “método” e a “constância” na corporação. Para o delegado, se antes o policial estava desabrigado de estimulo ao trabalho honesto e o amparo o futuro profissional, com a capacidade de conseguir promoções e melhores condições de vida, teria mais afinco pela atuação conforme o código da lei para ser recompensado. O delegado também defende a divisão e

[146] Ibidem. pp. 60-65.
[147] Ibidem. p. 17.
[148] Ibidem. pp. 7-11. As visões do delegado sobre a necessidade da polícia de carreira se encontra nessas páginas.

subdivisão das tarefas, com o parcelamento equitativo e organizado do trabalho, para destituir o chefe de polícia de um trabalho com pressão; elogia o aumento dos vencimentos para os cargos de alta chefia da polícia, a instauração de gabinetes de identificação e estatística nas delegacias.

A análise do procedimento de Eurico Cruz e Astolpho de Rezende sobre o crime de Camisa Preta não será feita por uma ótica que o relacione a um desvio policial, a incitando ao partidarismo. Pelo contrário, contamos com a experiência de ambos e a sua rigidez técnica, além do vasto e profundo conhecimento sobre a atuação policial e as influenciais as quais a polícia estava submetida, somadas as suas negações sobre os interesses políticos e integridade de ambos, largamente elogiada pela imprensa. Assim, o processo é visto pela sua lisura e rapidez em comparação a outros que se deram sobre os diversos casos ocorridos nas eleições do dia 31. O que reitera a hipótese é o fato de Eurico Cruz, um mês depois ter sido transferido para outra delegacia, enquanto Astolpho Rezende pediu exoneração por alegação de pressões políticas que estava sofrendo dentro de seu ambiente de trabalho.

Os laços de relação e a fraude.

Para se entender como a mídia aborda o crime perpetrado na Biblioteca Nacional, primeiramente precisaremos mergulhar em uma espécie de notícia que atingia muita popularidade já desde o final do século XIX e que progressivamente começou a tomar conta das páginas dos jornais – as notícias de sensação. Conforme Ana Ottoni afirma[149], as notícias sensacionais pretendiam provocar a evocação de emoções naqueles que a lessem, com o repórter tendo um papel fundamental na indução de sentimentos no leitor, possuindo assim uma posição importante arraigada na intencionalidade do jornal para o qual estava escrevendo. Promovendo narrativas bem descritivas e romantizadas, as notícias de sensação funcionavam como novelas as quais o leitor via o desfeche como aberto à várias possibilidades. Ana Porto[150] as apresenta como geralmente associadas a casos policiais que remetiam a homicídios, casos de sangue que geralmente acabavam

[149] OTTONI, Ana Vasconcelos. *"O paraíso dos ladrões": imprensa carioca, civilização e gatunagem na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2012. pp. 41-42.
[150] GOMES, Ana Porto. op. cit. p. 130.

em tragédia. A narrativa romantizada criava a figura do "vilão" e do "mocinho". No nosso caso, Camisa Preta mais uma vez surgiria como execrável, ao passo que Eurico Cruz seria o herói tentando solucionar o caso.

Não obstante, a grande maioria dos jornais cariocas tinham sido expoentes no cerne a defesa de um republicanismo modernizador. Se os pensarmos como atrelados aos interesses políticos de setores que pretendiam consolidar cada vez mais valores republicanos, os crimes de fraude eleitorais remetiam a um passado que se procurava expurgar, advindo da monarquia e não condizente com os princípios democráticos. Daí as notícias adquiriam um caráter ainda mais inflamado e de importância. *O Paiz* foi enfático ao atacar o que representava o episódio de 1909:

> Para fazermos o que foi feito ontem, dispensávamos bem esse trabalho formidável de aperfeiçoamento dos últimos anos, nos costumes, na obra material, na cultura interna, na supremacia exterior. As violências de ontem desmoralizam essa cultura, porque a apresentam como uma exterioridade mentirosa, desmoralizam a nossa autoridade política, porque rebaixam a origem dos nossos corpos legislativos e, consequentemente, dos nossos governos(...).[151]

Conforme Ottoni nos diz, os jornais ao denunciarem as práticas de fraude durante as eleições naturalizavam-na, associando-a também ao período do Império[152], que era visto de maneira crítica, até mesmo por jornais de tendências monarquistas, como o *Jornal do Brasil*. Também, esse trabalho se baseia na capital, considerada núcleo nevrálgico e advento da modernização no Brasil. Sendo assim, a prática das fraudes, remetendo a um período que se pretendia superar se apresentava na espacialidade onde se materializava como uma forma simbólica de transgressão a ordem vigente defendida em tese. A violência explícita em um espaço que propunha civilidade, como a Biblioteca Nacional marcava assim um contraste que exacerbava o discurso de ultraje dos jornais.

Outro aspecto importante a ser ressaltado por Ottoni[153] era o de que grande parte dos jornalistas que trabalhavam com a cobertura de crimes vinham de cursos de direito e transferiam - ou pelo menos, o que defendiam estar fazendo - o discurso de imparcialidade e neutralidade do mundo jurídico para os jornais. Esses

[151] *O Paiz.* "Eleições Municipais – Pleito ensanguentado". 1 de novembro de 1909.
[152] OTTONI, Ana Vasconcelos. op. cit. p. 232.
[153] Ibidem. p. 45.

discursos denunciatórios comumente denunciavam a estrutura política montada sem apontar nomes concretos de políticos. Criticava-se o sistema, e não especificamente os que se validavam dele:

> O que se deu ontem, as selvagens cenas que ensanguentaram a eleição de intendentes para o novo Conselho Municipal, são uma triste e inevitável consequência dos processos de politicagem, em cujas mãos caiu o poder eleitoral do Distrito. Funcionou a maquina eleitoral e, como estava bem montada, deu resultado previsto.[154]

De acordo com José Murilo de Carvalho[155], a reconfiguração da crítica à corrupção política acontecerá mais tarde, no governo Getúlio Vargas, no qual a denuncia contra figuras individuais substitui a contra a estrutura política. Nomes então passaram a ser dados. Antes disso, geralmente em suas denúncias, os jornais referiam-se a "politicagem" ou "partidarismo". Se por um lado os políticos eram poupados, por outro, os desordeiros que protagonizavam a cena de violência tinham suas figuras estampadas nas manchetes, concentrando para si a culpabilidade dos fatos.

De acordo com a mídia, por volta das 15h30min, seguia-se a primeira apuração dos resultados da seção eleitoral que se desprendia na Biblioteca Nacional por orientação do presidente de mesa. Nesse exato momento, conforma nos relata o *Jornal do Brasil*[156], cerca de seis indivíduos entraram no saguão do local e se dirigiram aos mesários. Comandava-os Camisa Preta, que teria dito para os presentes: "Meus companheiros, é preciso uma explicação: está garantida".[157]

O jornal detalha que a zona eleitoral dava para o deputado Bethencourt da Silva a vantagem no colegiado local. Houve protestos contra a presença dos cabos eleitorais no local e os ânimos se acirraram, com um tiroteio sendo iniciado dentro do edifício. Com a confusão, Camisa Preta se dirigiu à urna e a tomou, fugindo com ela na direção da rua. Um dos mesários, Raphael Pinheiro requisitou que um dos presentes, Geraldo Maria de Jesus, também conhecido como Geraldo da Praia

---

[154] *Gazeta de Notícias.* "Eleições municipais – cenas vergonhosas – três mortes e muitos feridos – A Bacchanal". 1 de novembro de 1909.
[155] CARVALHO, José Murilo de. O eterno retorno? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2009. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-eterno-retorno. Último acesso em 11 nov. 2015.
[156] *Jornal do Brasil.*"A eleição de Ontem: movimento nas seções – conflitos e mortes – vários feridos – Em Santa Cruz e na Lapa – outras ocorrências". 1 de novembro de 1909.
[157] Ibidem.

perseguisse o desordeiro e fosse atrás da urna. Os votantes e os mesários fugiram. Geraldo da Praia deu um empurrão em Camisa Preta, tirando a urna de sua mão, fugindo com ela para fora do recinto. Camisa Preta correu atrás dele, e, saindo do local, encontrou outro capanga eleitoral, Marcellino Antonio de Oliveira, que, de acordo com os jornais, estava trabalhando para o coronel Brandão[158], oposição de Bethencourt da Silva. Ambos trocaram tiros, com Marcellino vindo a tomar um tiro na cabeça e morrendo no local. A cavalaria foi acionada e aproximou-se do recinto. Vendo isso, Camisa Preta procurou fugir, enquanto a força policial prendia Geraldo da Praia, que estava ainda com a urna em posse. Os policiais do entorno, pertencendo a força de infantaria, de acordo com o jornal, teriam demorado a agir e prender Camisa Preta, uma vez que seu comandante havia se evadido com o tiroteio. Foram presas cinco pessoas, entre elas, o famoso Arthur da Conceição, conhecido como Arthur Mulatinho, o terror do Catete.

O morto, Marcellino de Oliveira, de 22 anos, morava no Beco do Cotovello n. 23, trabalhava também como vigia noturno na freguesia de São José. Seu corpo acabou sendo removido para o Necrotério para autopsia. A urna foi levada para a delegacia do 5º distrito, onde trabalhava Eurico Cruz, que com o fim do conflito, ordenou a seus auxiliares que fossem atrás de Camisa Preta. Lá, permaneceu lacrada.

Encontraram-no na sede do Partido Democrata, na rua São José, esquina do largo da Carioca. Foi requisitada uma força de 30 homens para capturar o desordeiro. Chegando ao local, encontrava-se junto de Camisa Preta, Henrique da Rocha Pinto, também conhecido como Pula Ventana. Ambos foram presos e Camisa Preta tentou resistir aos esforços policiais, mesmo ferido em uma das coxas por conta do conflito. Além de ambos, uma terceira pessoa, Domingos Alves Mendes, por, de acordo com o *Jornal do Brasil*, "se tornar inconveniente perante o delegado"[159] na delegacia, mas ele seria libertado pouco tempo depois.

[158] *Gazeta de Notícias.* "Eleições municipais – cenas vergonhosas – três mortes e muitos feridos – A Bacchanal". 1 de novembro de 1909.
[159] *Jornal do Brasil.* "A eleição de intendentes – Pleito em sangue: Assassinato da Lapa – os sucessos de Santa Cruz – os inquéritos – continuação – vários depoimentos". 3 de novembro de 1909.

Ao mesmo tempo, na 1ª pretoria (rua do Rosário e adjacências), na 1ª seção, um grupo de desordeiros invadiu a sala de votações dando tiros de revólver, tentando arrebatar a urna, porém não conseguindo, vindo a ser preso depois por guardas civis. Na 5ª pretoria (região da rua dos Inválidos, perto do Parque de Santana), outro conflito armado aconteceu onde tiros foram disparados, e, em meio à desordem, livros, urnas e papeis foram roubados, não havendo apuração em nenhuma das quatro seções.[160] Na 15ª pretoria, em Santa Cruz, houve um grande conflito na 7ª seção entre partidários do candidato Octacillio Camará e grupo do intendente e coronel Honório Pimentel, de onde saíram feridos Ernesto Pinho, fiscal de Octacillio, Oscar Pimentel, filho de Honório e o desordeiro conhecido como Domingão.[161] Os dois primeiros morreram, ficando o terceiro gravemente ferido, vindo a falecer pouco tempo depois. A presença de coronéis tanto nos casos da Lapa como Santa Cruz mostra a forte influencia desses no âmbito municipal, mesmo no meio urbano. É interessante ressaltarmos que o próprio Honório Pimentel era um candidato da chapa do senador Vasconcellos, patrocinada pelo governo[162], o que implica a participação até mesmo direta de políticos com a violência, fugindo da concepção apenas de mandante do capanguismo.

Voltando ao caso de Camisa Preta, o delegado Eurico Cruz mandou ambos os desordeiros para o xadrez e chamou as testemunhas para prestarem depoimento na delegacia. A versão contada por Raphael Pinheiro reforça a narrativa de que Camisa Preta entrara na Biblioteca Nacional para roubar a urna e fora o assassino de Marcellino de Oliveira.[163] Logo após, os jornais apresentam o comparecimento de dois advogados filiados ao Partido Democrata que foram depor a favor de Camisa Preta, Gastão Victoria e Manoel Fernandes Beiriz.[164] De acordo com o relato de ambos, Camisa Preta, que seria filiado do partido, teria se dirigido para a Biblioteca Nacional não com o intuito de raptar a urna, mas protegê-la de ataques de partidos políticos rivais, sendo ferido pelo grupo que assaltara a seção eleitoral. Apontam como mandante do ataque o senador Augusto de Vasconcellos, que teria ordenado seus filiados a nulificarem o pleito da seção onde o Partido Democrata

[160] *O Paiz.* "Eleições Municipais – Pleito ensanguentado". 1 de novembro de 1909.
[161] Ibidem.
[162] *Correio da Manhã.* "A monstruosidade de anteontem". 2 de novembro de 1909.
[163] Idem. "Um pleito de sangue – As eleições de ontem". 1 de novembro de 1909.
[164] Ibidem.

detinha a maioria. Teriam assim o deputado Bethencourt da Silva e o candidato Manoel Joaquim Marinho, ouvindo rumores sobre o ataque, pedido que Camisa Preta fosse proteger a seção. No depoimento que Bethencourt dera mais tarde, reafirmava a versão, falando de que como a lei eleitoral não permitia que forças policiais adentrassem os recintos de votação, utilizou-se de seus cabos eleitorais para a proteção da urna.[165] Seja verdade ou não, o relato nos permite também apontar a atuação de malandros não apenas como armas para voto em negativo, procurando afastar o público, mas como grupos de proteção, de garantia que a votação pudesse ter seu desenrolo. Gastão Victoria ainda reforçava em seu depoimento que não ouvira autorização para que Camisa Preta e seus companheiros se utilizassem de meios violentos ou armas para a execução de tal encargo de defesa. O advogado foi a delegacia prestar depoimento por solicitação de membros de seu partido. Indo visitar Camisa Preta no xadrez, Eurico Cruz tirou da versão[166] do desordeiro a narrativa de que o próprio tinha ido para a Biblioteca Nacional, passando pelo deputado Bethencourt Filho, que estava de carro, a porta do edifício, mas não trocando palavras com o mesmo. Lá dentro, teria presenciado eleitores e capangas interessados no pleito, como o coronel Brandão. Em um dado momento, desordeiros protegidos por indivíduos tentaram arrancar a urna da mesa onde se achava. Camisa Preta teria tentado então argumentar com eles durante três vezes, reiterando que estava desinteressado no resultado das eleições. A conversa não surtiu efeito e os desordeiros conseguiram raptar a urna. O tiroteio se estabeleceu e Camisa Preta fugiu para a rua, indo para a sede do Partido Democrata, onde, ao saber que o delegado o procurava, se entregou para as forças policiais. Camisa Preta reclamou que estava preso arbitrariamente, o que se refletiria em um pedido de habeas corpus impetrada pelo seu advogado, Benjamin Magalhães, que seria negado pela justiça.[167]

Por parte do depoimento de Pula Ventana, afirmou este que esteve no saguão da Biblioteca antes de ter havido o conflito, do qual teve conhecimento apenas

[165] Em seu depoimento, o deputado ainda diz que o ataque à seção eleitoral fora feita por cabos eleitorais do coronel Brandão, que teria percorrido as seções eleitorais, exaltado e acompanhado de vários homens, ameaçando eleitores, rasgando cédulas do Partido Democrata, entre outras atitudes. Disse ainda que por várias vezes telegrafou ao Chefe de Polícia, Leoni Ramos, para alertá-lo sobre a periculosidade do bando de capangas que se encontrava na seção. *Gazeta de Notícias.*"Depois das eleições - os mortos - os feridos - inquéritos e providências". 2 de novembro de 1909.
[166] *Gazeta de Notícias*. “Depois das eleições – Os inquéritos”. 3 de novembro de 1909.
[167] Ibidem.

posteriormente, enquanto se encontrava no Lyceo de Artes e Officios, onde estava com o deputado Bethencourt Filho, quando uma pessoa chegou ao local e relatou o que se passara na seção eleitoral daquele edifício. Ambos se dirigiram então para a central de polícia, onde lá o deputado ficou, com o desordeiro voltando para o Lyceo. Ao saber da prisão de Camisa Preta, se dirigiu para onde este se encontrava onde acabou preso também. Pula Ventana negou a participação no ataque[168].

Mesmo assim, ambos continuaram presos, e Eurico Cruz decidiu por meio de relatos de testemunha que diziam os dois terem participado do conflito, em decretar a prisão preventiva de ambos. Pula Ventana ainda conseguiu escapar da prisão, ficando foragido e aparecendo apenas alguns dias antes do julgamento.

Os relatos sobre o crime nos permitem associações que remontam a uma tradição já internalizada na política fluminense e que é transportada dos tempos de Império para a República. Os tempos de monarquia tiveram a intensa participação de capoeiras na montagem da manipulação eleitoral. Conforme nos apresenta Carlos Eugênio Líbano Soares, em seu livro *A Negregada Instituição*[169], principalmente depois da Guerra do Paraguai, ex-combatentes que foram antes escravos, libertos depois da atuação como Voluntários da Pátria, praticantes da capoeira, tendo adquirindo prestígio por parte da população, procuraram se inserir no âmbito da política, reivindicando novos papeis de atuação. De acordo com o autor, a participação de negros, livres e escravos no processo político no começo da década de 70 do século XIX ia além do simples capanguismo. Depois da Lei do Ventre Livre de 1871, houve uma crise no gabinete do Visconde de Rio Branco. A Coroa, perdendo grande apoio, decidiu dissolvê-lo e rearranjá-lo com eleições em 1872. Membro do Partido Conservador, Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira foi um parlamentar que procurou se validar de uma aliança com a malta de capoeiras da Glória, a qual foi batizada de "Flor da Gente" para ter domínio sobre os escrutínios eleitorais.[170] A malta intimidava leitores opositores e muitos dos seus

[168] Ibidem.

[169] SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial 1850-1890*. Rio de Janeiro: Ed. Access, 1994. pp. 205-265. A atuação política dos capoeiras se encontra presente nessa parte do livro, desde 1870 até 1890.

[170] Ibidem. p. 227.

membros agiam como fósforos. A relação também se dava como uma troca de favores, com a proteção de Duque-Estrada para as atividades da malta, como controle informal de áreas da sua freguesia, o relaxamento policial na prisão de seus membros e violência contra maltas adversárias. O autor afirma também que a participação política de grupos de capoeira nas décadas finais do Império eram moldadas por experiência própria, onde os grupos seguiam opções políticas autônomas, não sendo meros instrumentos para as fraudes eleitorais.

Também agiam em ataques contra manifestações republicanas em momentos de *meeting*, de modo explícito, de exibição aberta das posições políticas da malta agressora, quando no caso de 27 de fevereiro de 1873, republicanos se reuniram na sede do jornal *A República* para comemorar a fundação da República na Espanha.[171] Os republicanos foram recebidos por discursos de vivas à monarquia e ao Imperador. Ocasionaram-se também empastelamento de jornais por maltas. Além disso, os ataques eram organizados em áreas centrais da cidade, sempre feito por grupos.

Nos anos de 1880, Carlos Eugênio nos diz sobre a existência de um "Partido Capoeira", que não se constituía em um grupo específico, com determinado número de membros, sendo especialmente uma metodologia de inserção política dos capoeiras.[172] Sendo uma atuação, tinha como práxis a ação na rua e na praça pública, procurando passar uma mensagem explícita para outros segmentos sociais de inserção no mundo político, assim como reafirmação de uma identidade cultural própria. A segunda característica é a de autonomia dos capoeiras aos partidos políticos. As maltas não procuravam estabelecer laços de dependência estrita com um único "dono". A moradia de vários escravos e homens pobres capoeiristas que se encontravam longe do senhor/patrão, com o custeio próprio daqueles sobre as despesas, além do trabalho com serviços de rua ocasionais acabavam por gerar uma maior independência desses agentes aos ditames políticos. A época de eleições surgia como um evento propício para a tentativa de ascensão social. Ao mesmo tempo, a consolidação da relação entre capoeiras com a elite política no controle da máquina eleitoral ao longo do tempo fez com que ambos os lados adquirissem valores uns dos outros, como o caso da incorporação

[171] Ibidem. p. 230.
[172] Ibidem. p. 243.

de expressões em latim no vocabulário dos capoeiras e a expansão da prática da capoeiragem em algumas famílias da elite. No que condiz a sua relação com a polícia, a simbiose também era forte. Esta fez até mesmo um grupo paralelo, chamado de Corpo de Secretas[173], composto exclusivamente por capoeiras, utilizado para cometer atos ilícitos que atendessem aos interesses policiais. Também havia proteção policial a capoeiras em determinadas freguesias e carta branca para a atuação em eventos.

Ao pensarmos na malandragem como um sucessor da capoeiragem, não fica difícil imaginar que essas relações de cumplicidade construídas nos últimos anos de monarquia ainda perdurassem no começo do período republicano. A associação fica ainda mais explícita quando analisamos a reportagem feita pelo jornal *A Noite*, já em 1934, sobre esses tempos, onde um antigo cabo eleitoral dizia:

> – (...) Eu não sou do tempo dos "Nagôas", na Saúde, e dos "Guayamús" no Estácio, mas sei o que foi aquilo. (...) O "serviço" eleitoral, depois da época dos capoeiras, teve como principais 'cabos' os cocheiros de praça (...) e os valentes mais conhecidos.[174]

Práticas como a atuação como *fósforo* existiam até mesmo antes da efetiva participação de capoeiras na política. Conforme nos aponta Jairo Nicolau[175], de acordo com as denúncias do deputado conservador Francisco Belisário Soares de Souza. Conforme o político, o *fósforo* adquiria uma importância ainda mais destacada no meio urbano, sendo "um bom aquele que votava três, quatro, cinco e mais vezes em várias freguesias quando eram próximas".[176] A observação data da década de 1840. Naquela época, a pratica de manipulação de mesas eleitorais, assim como a tática da *pena de bico* já aconteciam.

Paralelamente às permanências, se modernizavam as fraudes. O jornal *O Século* denunciou, por exemplo, a fabricação de 5.000 títulos eleitorais falsos[177], onde também estariam falsificadas as firmas do juiz e do eleitor que seriam utilizados

---

[173] Ibidem. p. 245.
[174] *A Noite*. "Eleições de ontem e de hoje". 17 de outubro de 1934.
[175] NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. p. 12
[176] Ibidem.
[177] *O Século*. "A fraude em preparo – Fabricação de títulos". 2 de novembro de 1909.

junto de atas falsas para a apuração da eleição municipal do dia 31. O jornal ainda acusa de tudo isso ter sido feito sobre a aprovação do presidente Nilo Peçanha.

Todavia, a forma de interação entre os agentes mudara. Com a repressão dos capoeiras e a dissolução das maltas pela polícia na época de Sampaio Ferraz, as relações entre políticos e cabos eleitorais se individualizou. Vemos assim uma das diferenças - a de que se as maltas funcionavam como organismos que adquiriam autonomia diante aos políticos, as relações entre cabos e clientela política na Primeira República se dava em laços de maior dependência dos primeiros com os segundos, numa maior assimetria de poder. Essa dependência maior em relação a um dono, desviando-se da "neutralidade" da malta é percebida quando observamos o relato de que Camisa Preta era até mesmo filiado ao Partido Democrata, pelo discurso de Gastão Victoria.[178] Em contraposição a coletividade da malta, contratava-se agora indivíduos para o trabalho. O malandro, em sua atuação nas fraudes eleitorais também não procura uma afirmação política para a sociedade, diferentemente do que pretendiam as maltas. Participavam do jogo político para o lucro individual, através de pagamentos, ganho de prestígio, almejando uma ascensão social. Outro fator interessante é que os trabalhos eleitorais podiam ser tanto por interesse, quanto por amizade[179] ao político, trazendo-nos o fato de que a reciprocidade tão imprescindível à honra dos valentes podia ser transladada para fora dos círculos sociais próprios da malandragem, atingindo as relações com a elite – sendo assim, da mesma forma que entre políticos antigos e capoeiras havia um compartilhamento de valores, essa troca ainda acontecia na época em análise.

Se os agentes possuíam objetivos diferentes, ainda assim a prática mantinha-se igual no que tange a visibilidade de seus atos. Isso fica evidente quando os jornais, atônitos, reclamam sobre a atuação da polícia com relação aos desordeiros que se dirigiam para as seções eleitorais:

> As cenas de desordem e de sangue estavam previstas e foram anunciadas, desde que se tornou patente, escandalosamente escancarada, a confraternização da polícia com desordeiros profissionais, bandidos de nomeada, facínoras experimentados, fregueses da Correção e ex-hospedes da Penitenciária, que surgidos dos bairros mais escusos da cidade, se

[178] *Correio da Manhã.* "Um pleito de sangue – As eleições de ontem". 1 de novembro de 1909.
[179] *A Noite.* "Eleições de ontem e de hoje". 17 de outubro de 1934.

> derramaram, nestes últimos dias, pelos pontos mais frequentados e em que mais de pudesse por em evidencia a sua catadura ameaçadora(...).[180]

Aqui é importante ressaltarmos a diferença de agentes pronunciados no trabalho de Ana Ottoni no que se refere à atuação nas fraudes eleitorais. Se malandros como Camisa Preta eram também reconhecidos como valentes, usavam-se de sua fama e de agressividade para dominar o pleito para seus políticos, havia outros tipos de malandro que procuravam comprar eleitores através de presentes, de maneiras mais sutis.[181] Presentes esses que eram roubados de estabelecimentos comerciais, como roupas, joias, sapatos, etc. Tática essa – a de presentear - usada também por políticos, que ofereciam níqueis para crianças para que estas falassem deles para os pais, pagamento de contas de comerciantes, além de venda de cargos para aliados, com o intuito de que os presenteados orquestrassem currais eleitorais ao seu favor.

A violência das eleições também dava pretexto geralmente para os jornais defenderem uma nova reforma eleitoral:

> A lei eleitoral em vigor, a lei chamada Rosa e Silva, conquanto fosse realmente um progresso, pois de fato melhorou sensivelmente a nossa situação em matéria de eleição, precisa já de reforma ou de retoques, que corrijam muitas falhas e preencham muitas lacunas observadas na prática.[182]

N'*O Paiz,* publicou-se uma charge[183] de uma caveira sentada à frente de um túmulo, a espera da refeição, enquanto nele se lia "voto livre – covas abertas sob medida a la minute, rapidez e aceio" indicando a prática de alistamento de mortos para votarem. Mais do que isso, também trabalhava com a ideia de que o voto livre era apenas um resquício cadavérico, tendo morrido há tempos, com os votantes sendo vítimas da manipulação eleitoral, verdadeiros corpos mortos sem controle sobre suas vontades. Acima se lê: "reforma eleitoral", indicando os anseios por uma reformulação num sistema eleitoral já considerado decrépito pelos jornais:

---

[180] *Correio da Manhã."* A monstruosidade de anteontem". 2 de novembro de 1909.
[181] Ottoni apresenta uma reportagem do Jornal do Brasil que fala sobre um malandro que fora a uma alfaiataria e comprou 30 ternos de roupa, além de ter ido a uma camisaria pedir por camisas, ceroulas, punhos e colarinhos, para dividi-los a eleitores. *Jornal do Brasil.* "A gatunagem". 5 de março de 1910.
[182] *Correio da Manhã.* "O Alistamento". 4 de novembro de 1909.
[183] *O Paiz.* 3 de novembro de 1909.

O Paiz, 3 de novembro de 1909

Gil Vidal, redator-chefe do *Correio da Manhã*, ex-chefe de polícia do Paraná e São Paulo, repórter policial e advogado produzirá uma série de artigos propondo soluções para a reforma eleitoral. É interessante notarmos que, se havia um discurso que execrava os tempos eleitorais do Império, também existiam valores de algumas de suas reformas anteriores que redatores de jornais procuravam defender. Isso aparece no caso de Vidal e sua defesa da imposição de mudanças baseadas na Lei Saraiva por conta das fraudes do dia 31:

> (...) Porque o não confiar aos juízes singulares, com recurso para os tribunais coletivos, justo como dispunha a lei Saraiva? Se a nossa magistratura, em regra, não escapa a elva da política, se não é independente das influencias políticas, das quais espera as promoções, ou favores para parentes e amigos, oferecem, contudo, outras garantias que não as comissões da lei, que, a despeito de todas as cautelas imaginadas e prescritas para lhes assegurar a imparcialidade, acabam sempre por cair nas mãos dos chefes políticos.[184]

O discurso de Gil Vidal, defendendo o alistamento eleitoral sendo feito por uma comissão de magistrados, aponta uma defesa comum às reformas eleitorais impulsionadas pelos episódios de violência eleitoral – dar controle aos processos eleitorais e cargos administrativos cada vez mais a pessoas que apresentassem formação puramente técnica e especializada, com intuito de apartar a política da tão criticada "politicagem". Vitor Nunes Leal aponta a defesa por políticos da época de dar autonomia aos cargos de administração municipal, como o de

[184] Ibidem.

prefeito, para livrá-lo das influencias políticas do Estado e do governo Federal. [185] No dia anterior, escrevia novamente Vidal, defendendo dessa vez que a validação do diploma dos políticos eleitos fosse feita por uma junta composta apenas de magistrados e a composição de parte do Conselho Municipal por representantes de classes locais, como negociantes, engenheiros, industriais, médicos, etc:

> As agremiações partidárias não cogitam, para intendentes, de bons cidadãos, capazes de administrar bem ou que ofereçam condições de idoneidade para aquelas funções.
>
> (...) Seja como for, o que precisamos é dotar o Rio de Janeiro de outra corporação legislativa e administrativa, consagrada aos interesses municipais, capaz de geri-los convenientemente, isenta de partidarismo e com outro critério que não o de montar a máquina eleitoral em proveito de certos indivíduos e grêmios políticos. O Conselho, como tem sido constituído e como tem funcionado, sobretudo nestes últimos tempos, é que não pode continuar. A cidade do Rio de Janeiro merece ser melhor tratada por aqueles a que cumpre providenciar para a boa administração de seus negócios e interesses, livrando-a da exploração de baixas conveniências do partidarismo.[186]

Um dia mais tarde, outro artigo de Vidal associa a violência eleitoral ao sufrágio universal, criticando a incorporação de leitores que não teriam "condição nem capacidade" [187], além de dependência maior aos interesses dos políticos. Ao mesmo tempo, indica que a parcela da população com condições de votar seria excluída do pleito, por evitar as eleições, já as antevendo como exploradas por políticos. Associa, portanto, o processo a um verdadeiro curral eleitoral do interior para o âmbito urbano. Paralelamente, o jornalista evoca a Lei Saraiva mais uma vez, a elogiando e associando a lisura eleitoral, defendendo a restrição do colégio eleitoral para que a violência diminuísse:

> Portanto, não é inútil a campanha por essa reforma, que, restringindo o exercício do voto, torne-o dependente de requisitos iniludíveis de capacidade e independência. É de esperar que essa reforma reproduza os resultados já experimentados, aqui mesmo, no Brasil. Com o sistema vigente nunca teremos eleições sérias, que exprimam a vontade popular, e eleições calmas, tranquilas, que não degenerem em tumultos, desordens, chacinas como as que desgraçadamente presenciou o Rio de Janeiro no domingo.[188]

---

[185] LEAL, Vitor Nunes. op. cit. pp. 153-154.
[186] *Correio da Manhã.* "Eleição e representação municipal". 5 de novembro de 1909.
[187] Ibidem. "Esforço Aproveitável". 6 de novembro de 1909.
[188] Ibidem.

Novamente, a visão sobre tempos passados se reconstruía para explicar as eleições atuais. O discurso de Vidal insere-se em uma tradição já presente no imaginário da elite dominante, que associava perigos da democracia popular à anarquia e desordem, transformando-a em agente responsável pelos conflitos eleitorais. Relacionava a violência ao povo despreparado, que tinham sido incorporados aos processos eleitorais.

Mas os desordeiros não estavam sozinhos na violência eleitoral. A polícia tinha papel fundamental, fosse por fazer vista grossa à interferência nos conflitos, a proteção a determinados desordeiros, a negação de criação ou procedimento de inquéritos sobre os crimes. Conforme já dito, a reforma da polícia acontecera anos antes desse episódio de fraude, almejando maior independência policial a influencia política. Como percebemos, esta ainda se manteve presente na instituição. Observamos assim que o argumento de maior modernização e especialização técnica não serviria como fim único para se mudar as estruturas clientelistas que ainda persistiam.

Geralmente a crítica à polícia é utilizada como forma de deslegitimar também os ganhadores do pleito, associando a instituição aos mandos da política situacionista, transformando a votação em uma verdadeira teatralidade e cumplicidade de crimes.

A *Gazeta de Notícias*, após as eleições, publicava em 4 de novembro[189] uma notícia denunciando o delegado Cunha Vasconcellos, incumbido de investigar os crimes de desordem ocorridos na seção eleitoral na Candelária, estava prendendo os eleitores de um rival político de seus protegidos, ao invés dos verdadeiros culpados, que seriam também desordeiros do coronel Brandão. Além disso, o delegado fora procurado por um filho de político envolvido no crime daquela seção, obtendo o compromisso de fazer tudo o que você possível para que os envolvidos fossem inocentados.

O mesmo jornal, no dia 17, publica uma noticia[190] falando sobre o caso da Biblioteca Nacional. Enquanto este já havia sido apurado e entrado em fase de julgamento, o caso de Santa Cruz, que envolvia como réu diretamente um

[189] *Gazeta de Notícias.* "Politicagem Policial – Comunicações graves". 4 de novembro de 1909.
[190] Idem. "Codificações de leis processuais". 17 de novembro de 1909.

candidato, não tinha tido ainda conclusão nas pesquisas. A notícia alerta para a morosidade do inquérito, que poderia servir aos interesses dos envolvidos e trazer suposições pouco lisonjeiras sobre a polícia, cabendo ao "Dr. Chefe de polícia evitar essas suposições".[191] A demora em dar o prosseguimento nos inquéritos poderia surgir como estratégia fosse para o esquecimento do caso por parte da imprensa, fosse para, caso o réu se apresentasse já preso, haver tempo para conseguir a ele o recurso de habeas corpus. O esquecimento da imprensa era fundamental em alguns casos para a polícia, visto que a opinião pública exercia pressão para a resolução de casos. No caso de fraudes eleitorais, as autoridades policiais encontravam grande desconforto, uma vez que estavam lidando sempre com interesses conflitantes provindos de dois lados de políticos poderosos. A presença de Bethencourt Filho para depor a favor de Camisa Preta mostra como a questão do apadrinhamento e presença de pessoas com influência podia funcionar a favor dos acusados, tradição que vinha desde os tempos de capoeiras como observamos. Ao mesmo tempo, havia um lado positivo da visibilidade do caso – uma vez que a sua resolução podia trazer prestígio para o delegado.

Tomando por base os relatos dados pelos jornais, podemos relacionar o ataque de Camisa Preta à corrente oposicionista, no caso, o Partido Democrata, rival do Partido Republicano. O jornal *A Imprensa* é categórico ao creditar toda a culpa no partido oposicionista, o remetendo já a uma tradição de fraudes para chegar ao poder e aliciamento de capangas[192], enquanto também se declara em apoiar o partido situacionista. Entendendo o trabalho do policial como um ponderamento sobre os lados envolvidos em crimes, Bretas nos aponta que ele comumente procurava se transformar em braço da lei para o lado que trouxesse maior retorno ao seu trabalho, dependendo principalmente do poder de influência dos agentes envolvidos.[193] Nesse caso, estarei considerando a maior influência do Partido Republicano, ligado até mesmo às esferas federais, como o presidente Nilo Peçanha e tendo apreço pelo Chefe de Polícia, Leoni Ramos como sendo fundamental para o processo contra Camisa Preta ter tido rápido prosseguimento. O jornal *O Paiz*, através de uma versão contada por testemunhas da rua, critica a polícia por não ter intervido e prendido os desordeiros, que eram conhecidos,

[191] Ibidem.
[192] *A Imprensa*. "Os crimes do Partido Democrata". 2 de novembro de 1909.
[193] BRETAS, Marcos Luis. op. cit. pp. 115-143.

antes deles terem feito o conflito na seção eleitoral.[194] Acredito que isso possa se dever a influência política de partidos sobre a polícia, contudo, apenas pesar esse fator para a sua atuação é simplificar outros valores aos quais os policiais estavam submetidos. A polícia, antes de entrar em caso, identifica as circunstâncias e possíveis caminhos que o permeiam, tentando prestar serviços para o lado que tava mais lucros – talvez naquela situação o resultado do conflito ainda fosse muito nebuloso, inclinado a grandes influencias políticas de ambos os lados e, portanto, era melhor se abster.

Com o prosseguimento dos inquéritos, Camisa Preta e Pula Ventana foram a júri popular, no dia 19 de maio de 1910. A acusação, feita pelo procurador criminal da República, Álvaro Pereira, procurou pedir a condenação dos dois réus, não só como autores do conflito, como também pelo assassinato de Marcellino.[195] Como vemos o peso de todo o combate pela fraude eleitoral, que envolveu inúmeros atores, desembocou sobre a cabeça de apenas dois de seus envolvidos. A culpabilidade de ambos também fora reforçada pelo alarde da imprensa que reiterava terem sido ambos os autores da morte de Marcellino – não eram tratados como suspeitos, mas convictamente assassinos, mesmo sem terem passado por um julgamento legal. É importante reforçarmos que o caso desemboca em ambos os desordeiros acusados, eximindo-se da culpabilidade os políticos que estariam por trás de seu aliciamento. A decisão do conselho de sentença se deu pela absolvição de ambos, por oito votos negando que os dois tivessem promovido o conflito e por onze votos que fossem autores do assassinato.[196] Todavia, em 1911 o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, através de uma apelação recebida, mandaria submeter ambos a novo julgamento. O argumento era que houve, por parte do julgamento anterior, preterição de formalidades legais e a sentença absoluta ter sido proferida contra a prova evidente dos autos.[197]

Tendo sido o júri anulado, a polícia, a comando do chefe Belisário Távora, usou-se de seus "secretas" para prender Alfredo Francisco Soares. De acordo com o que

[194] *O Paiz.* "Eleições municipais – pleito ensanguentado". 1 de novembro de 1909.
[195] *Gazeta de Notícias.* "Os crimes eleitorais – Julgamento do 'Camisa Preta' e do 'Pula Ventana'". 20 de maio de 1910.
[196] Ibidem.
[197] Idem. "Ecos de eleições – A morte do guarda noturno". 21 de setembro de 1911.

atesta a petição de *habeas corpus* preventivo[198] feito por Benjamin Magalhães, advogado de Camisa Preta, e encaminhado a um juiz federal, a polícia se encontrava em um estado "anarquizado" e "desacreditado", agindo em desacordo com a lei, uma vez que as testemunhas reunidas por ele tinham dito que policiais procuravam prender Camisa Preta apenas por ordem do chefe de polícia, sem justificativa prévia. O advogado critica a tentativa de prisão antes da promulgação de um mandato de prisão por um juiz competente e antes de um acórdão feito com o Supremo Tribunal Federal. Diz ainda que Soares estava sendo ameaçado e sob ordens de prisão sem provas de indício. Denuncia, por fim, o fato de sua prisão se basear nos precedentes criminais do desordeiro, mandando em anexo um documento que o mostrava como tendo ocupação, trabalhando em uma oficina de bombeiro hidráulico e aparelhamento de gás para sustentar sua mãe de 70 anos e o irmão que cursava Direito, apelando para a emotividade. Concluía: "Parece, pois, que ninguém tem o direito de atirar ás faces do paciente o seu passado, quando ele presentemente mostra-se correto, honesto e digno!"[199]. A petição não teve efeito e Camisa Preta foi preso sem justificativa.

É interessante ver que a petição reverbera o discurso de Eurico Cruz sobre o serviço de secretas, além de sua própria historicidade, desde quando era composto por capoeiras para os trabalhos ilícitos da polícia, servindo como área de arbitrariedade policial. A prisão compulsória de desordeiros conhecidos, como atesta o caso de Camisa Preta também comprova a tentativa da polícia de impor regras para disciplinar o comportamento urbano, mesmo que elas fossem feitas de forma ilegal. Com arsenal insuficiente para impô-las, a polícia tentava aumentar a sua capacidade punitiva, transformando a justiça em uma proteção que não conseguisse abranger a todos, aplicando punições extralegais, como exemplificamos aqui. A mesma metodologia de ação é utilizada nas fraudes eleitorais.

Pelo crime da Biblioteca Nacional, Camisa Preta carregaria até o final de sua vida o estigma de assassino de Marcellino de Oliveira. Os jornais, ao retratarem a morte do criminoso também o apontam como um dos cabos eleitorais mais

[198] Arquivo Nacional. Supremo Tribunal Federal. Paciente requer habeas corpus preventivo por acusação de perturbação da ordem em eleições. BV.0.HCO.189 – ANO 1911.
[199] Ibidem. Esse discurso ressalta a ideia de bandido regenerado, que após sair da casa de Detenções, tomava uma nova vida.

importantes de sua época. Mas como se deu a sua morte? Se vimos nesse capítulo, que desde os tempos de Império a polícia tinha em seu interior agentes considerados criminosos, como os capoeiras, isso ainda se mantinha nos tempos de República. Um desses agentes era é cabo Elpidio, que ficaria conhecido como um desordeiro terrível a mando da polícia e da política.

Capítulo 3: O herói canonizado: honrado, morto e ressuscitado.

A honra como código de conduta

Ao longo de suas atuações, Camisa Preta acabou arranjando amigos e inimigos. Por um destes últimos, seria o desordeiro morto em 12 de julho de 1912, às 1 da manhã. O nome de seu assassino era Elpidio da Rocha Ribeiro, também conhecido como Cabo Elpidio. Ambos se tornaram rivais e juramentados de morte um pelo outro por conta de um episódio acontecido na praça Onze de Junho, em 31 de julho de 1911.

Nesse dia, Elpidio, sendo do 3º corpo de regimento da cavalaria da Força Policial, matou o italiano Domingos Gentil Valentude, desordeiro que respondia pelo pseudônimo de Leão da Noite[200]. Este último, autor de quatro assassinatos, além de outros crimes, tentou fugir da Casa de Correção, dez anos antes, tendo sido impedido por Elpidio, tomando, de acordo com o jornal *A Noite*, uma "valente sova"[201], sendo depois transferido para a solitária. O desordeiro resolveu se vingar. No dia 31, enquanto andava pela praça agredindo transeuntes, gritando "eu sou o rei da noite!"[202], encontrou o policial. Junto de um comparsa, ambos acabaram entrando em um conflito, no qual Leão da Noite acabou morto, com o cabo saindo sem ferimentos. Há divergências entre os jornais no que concerne de onde saiu o tiro que matou o desordeiro - uns afirmam que Valentude foi morto por disparos de Elpidio, enquanto outros afirmam que veio a falecer por um projétil disparado tendo como alvo o policial, mas que acabou atingindo o italiano.[203] Independentemente, há posteriormente o consenso de se creditar a morte de Leão da Noite a Elpidio. As notícias também acabam por inocentá-lo, remetendo a ação do policial como por legítima defesa, tendo a sua ação assim

[200] *Jornal do Brasil.* "Um facínora de menos! O terror da Cidade Nova. Morte no hospital." 1 de agosto de 1911.
[201] *A Noite*. "O bandido 'Leão de Ouro' é assassinado por um cúmplice que o defendia – como se deu o caso". 31 de julho de 1911.
[202] *Jornal do Brasil.* "Última hora. Um desordeiro baleado na praça Onze. Sou o Rei da Noite! Em estado grave." 31 de julho de 1911.
[203] *A Noite*. "O bandido 'Leão de Ouro' é assassinado por um cúmplice que o defendia – como se deu o caso". 31 de julho de 1911.

absolvida tanto pela imprensa, quanto, mais tarde, a justiça, que acabou o absolvendo da acusação de assassinato do italiano.[204]

Como já foi apresentado, Leão da Noite era companheiro de Camisa Preta. Sua morte ocasionou na promessa por vingança vinda de Camisa Preta. Mas ela não viria facilmente. Conforme os jornais da época demonstram ao leitor, o Cabo Elpidio era reconhecido dentro da polícia e protegido pelas autoridades, o que abria um leque de possibilidades para que fizesse suas transgressões, escapando incólume das consequências. Ordenança do Palácio do Catete, tinha relações com o próprio Hermes da Fonseca. Em um episódio também amplamente divulgado pela mídia, fora o policial acusado de desacatar o deputado Barbosa de Lima, além de promover desordens na galeria da Câmara, quando o político discursava criticando o governo e o estado de sítio imposto no país pelo presidente.[205]

Os encontros e desencontros entre Elpidio e Camisa Preta se configurariam na disputa pela honra que regia tanto o universo da legalidade, abarcando os chamados "cidadãos" [206], quanto o da ilegalidade, criando códigos de conduta entre a malandragem - estes também podendo ser remontados a seus considerados predecessores.[207] Entre os códigos de atuação da malandragem estava o da luta justa, na qual a arma de fogo era vista como um instrumento de covarde, como já apontado por Orestes Barbosa. A morte de Leão da Noite por tal meio, além da ânsia de se ver a sua imagem justiçada orientam os caminhos de Camisa Preta em relação ao seu futuro algoz.

Mas há também fatores extrínsecos à honra da malandragem. Com a polícia transitando entre o campo da legalidade e ilegalidade, ficando estigmatizada como corrupta, muitas vezes demonstrada pela mídia como fazendo parte do mundo da desordem, a exemplo de Elpidio, sua autoridade acabava por se corroer, ao passo

---

[204] *O Paiz.* "Em defesa própria". 31 de julho de 1911.
[205] *Correio da Manhã.*"O atentado contra a Imprensa, a moção do Club Naval e a prisão de um acadêmico". 29 de setembro de 1911.
[206] PESAVENTO, Sandra. *Fronteiras da ordem, limites da desordem: violência e sensibilidades no sul do Brasil, final do século XIX*. In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra. (Org). *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX).* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
[207] Falo aqui sobre os capoeiras, que também possuíam códigos e regras de sociabilidades. Sobre os seus códigos de honra, ver: ROCHA, Gilmar. Navalha não Corta Seda: Estética e Performance no Vestuário do Malandro, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n20/07.pdf. Último acesso em 6 nov. de 2015. p. 132.

de que, para reforçá-la, utilizava-se da força como sua condição permitida legalmente para impor a sua respeitabilidade sobre as classes que deveria vigiar.[208] Tal fato acabava por intensificar a visão do policial como uma autoridade ilegítima por meio daqueles que sofriam a sua repressão - meio no qual também se está inserido Camisa Preta, o que poderia ocasionar com que ele visse os policiais como pares, que, através de suas ações, também representavam a covardia. Portanto, não nos é estranho a compreensão sobre o forte intuito de vingança ao qual Camisa Preta se comprometera.

A preocupação da honra também remonta a afirmação da masculinidade, em uma sociedade fortemente patriarcal, assim como o apreço pela integridade moral pessoal. Em seu estudo sobre crime no sul do país, Sandra Pesavento nos mostra como, em uma sociedade onde grande parte das pessoas andavam armadas e injúrias, brigas por mulheres, embriaguez, atitudes de violência desproporcional (esta, principalmente por parte da polícia), etc. podiam fazer com que as ofensas escalassem rapidamente para as vias de fato.[209] A autora nos apresentará uma hierarquização na ofensa que os insultos representavam: a principal se dava no que diz ao desrespeito a honra individual da honestidade - chamar alguém de "canalha", "bandido", "ladrão", "infame" levava muitas vezes a eclosões de lutas corporais; também havia o apreço pela honra da família, e insultos que atacassem esposas ou filhos acabavam também resultando em sérias desavenças. Havia ainda os contra categorias profissionais, raças ou etnias e opções políticas. Em uma sociedade de hipersensibilidade no tocante a imagem individual, onde o discurso da dignidade que o trabalho trazia estava sendo construído pelo governo, vemos como mesmo aqueles considerados "cidadãos" dentro da lei podiam rapidamente ultrapassar barreiras caso os códigos de conduta mínima fossem quebrados. Sendo assim, a polícia ficava também a encargo de resolver disputas entre vizinhos e delitos considerados de "porte menor". Muitas vezes a própria estava inserida nesses problemas com os seus agentes como denunciados - é apresentado a questão de muitas vezes o policial levar o estresse do trabalho para o seu ambiente familiar, se envolvendo em confusões, como brigas familiares, agressões, etc.

[208] MAUCH, Claudia. *Vigiando a vizinhança: policiais, classes populares e violência no sul do Brasil (1896 – 1929)*. In: GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra. (Org). *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX).* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. pp. 89-90.
[209] PESAVENTO, Sandra. op. cit. pp. 35-38.

Quando este trabalhava em uma delegacia mais próxima ao seu local de moradia, as denúncias aumentavam. Ao longo do tempo, os crimes de agressão física na capital foram crescendo. Bretas aponta como uma possível explicação a grande entrada de imigrantes que vinham de países mediterrâneos[210], como a Itália, onde a resolução de conflitos por enfrentamento corporal eram comum.

Já no mundo da malandragem, Rômulo Mattos nos aponta em seu estudo[211] que uma questão da honra era a sua retribuição pelo outro, vinculando-a a um relacionamento de reciprocidade. Nesse contexto, o justiçamento de Leão da Noite seguiria uma lógica de camaradagem adquirida deste com Camisa Preta. O autor também frisa que nosso desordeiro era visto, por aqueles de sua mesma condição, como um "bom chefe"[212], o que reforçava a sua necessidade de vingar-se pelo companheiro. Além disso, como ambos eram famosos pelas ruas da capital naquela época, reforçava-se ainda mais a necessidade do enfrentamento com o Cabo Elpidio, para se "fazer jus ao nome". O enfrentamento com policiais e a vitória sobre eles também era forma de seu obter mais renome e capital para o currículo da malandragem. Como já vimos, Camisa Preta era experiente em peitar a policia e fazia grande parte de seu nome proveniente da sua valentia. Essa fama era porta para novos contatos, e, consequentemente, trabalhos - o que não seria melhor do que se ter no histórico um duelo vencido contra um policial de tamanha visibilidade como Elpidio?

Há outro ponto importante que devemos tocar e diz respeito à própria independência do malandro. A recorrência à honra funciona em contraposição à submissão do trabalhador, que era visto como explorado, e, por conseguinte, um otário. A valorização da honra no mundo da malandragem reafirma o próprio papel do desordeiro como dono de seu próprio nariz. O duelo ainda guardava em seu significado outra possível explicação - o descrédito que a justiça tinha aos olhos daqueles que por ela muitas vezes se desiludiam. Sabendo-se da fama que Elpidio tinha como um policial protegido para as suas ações, certamente Soares

---

[210] . BRETAS, Marcos Luis. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930.* Rio de Janeiro, Rocco. 1995. p. 83.
[211] MATTOS, Rômulo. *A "aldeia do mal": o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República.* Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2004. p. 253.
[212] Ibidem. p. 251.

poderia pensar que o caso ocorrido com Leão da Noite ficaria impune, partindo assim para resolvê-lo com as suas próprias mãos.

O encontro entre ambos não acontecera pela primeira vez no dia 12. Anteriormente, cerca de alguns dias antes do evento, os dois teriam se encontrado e Camisa Preta, disparado quatro tiros contra Elpidio, com este revidando.[213] Ambos foram presos e levados para a delegacia do 5o distrito, ao passo de que lá, negariam o ocorrido, com Elpidio dizendo que ambos tinham apenas brincado, "atirando bombas chilenas".[214]

Antes do fatídico dia, Camisa Preta tinha atuado "aproveitando-se de sua fama" [215], extorquindo dinheiro de motoristas e negociantes, dos quais muitos lhe pagavam diárias para a proteção[216] contra possíveis ataques de outros desordeiros. No que concerne o crime de sua morte, há ainda versões que diriam que a rixa entre Soares e Elpidio remontaria não a vingança por Leão da Noite, mas pelo policial o ter prendido uma vez.[217]

O crime - o herói "cristianizado"

Na manhã do dia de sua morte, Camisa Preta saía do Café Viúva Negra, localizado na rua Visconde de Rio Branco, conversando com um conhecido, o negociante Antonio Júlio Xavier. Ambos se dirigiram para a esquina da rua do Núncio quando lá encontraram o cabo Elpidio, vindo juntamente com mais cinco companheiros, entre eles o desordeiro Casaca e o policial Manoel Tiburcio Garcia, também conhecido como Moleque Tiburcio. Vendo Camisa Preta, Elpidio se dirigiu para onde o rival estava. O negociante que estava com Soares e outros transeuntes, percebendo que um potencial conflito iria entrar em erupção, procuraram apaziguar os ânimos dos dois, para que ambos ignorassem um ao outro. Aqui novamente as versões tomadas pelos jornais do que se precedeu serão diversificadas. A maioria aponta que Camisa Preta teria dito que "nada queria com Elpidio", ao passo de que dois dos companheiros do policial vieram ao seu

[213] *Gazeta de Notícias. "*Fim de um bandido". 12 de julho de 1912.
[214] *A Noite*. "Uma luta entre facínoras". 13 de julho de 1912.
[215] *Jornal do Brasil.* "O 'Camisa Preta' assassinado a bala". 13 de julho de 1912.
[216] *Correio da Manhã.* "O célebre desordeiro 'Camisa Preta' foi hoje, de madrugada, assassinado". 12 de julho de 1912.
[217] Ibidem.

encontro para dizer que o cabo desejava fazer as pazes com o seu rival. De mãos no bolso, Camisa Preta concordou. Casaca, um dos comparsas que fora conversar com ele, pediu que mostrasse as mãos, desconfiado de que estivesse armado.[218] Soares então obedeceu, e, aproveitando a chance, Elpidio alvejou o desordeiro. Tal único tiro foi necessário para matá-lo, mas temendo que ainda estivesse vivo, o policial ainda desferiu mais quatro sobre o seu corpo já caído no chão.[219] A forma pela qual a notícia é dada por outros jornais, seguindo alguns relatos de populares, afirma que na verdade, aconteceu um conflito, com Camisa Preta ainda reagindo, e no final, morrendo.[220]

Com a confusão, a polícia foi acionada e recebida a tiros por Garcia, que procurou abrir caminho, almejando a fuga de seu grupo. Contudo, a polícia acabou prendendo-o, além de Elpidio, com os dois sendo encaminhados para a delegacia do 12º distrito.

Mais tarde os jornais denunciariam, especialmente o *A Noite*, a forte proteção que Elpidio teria em seus julgamentos pelo crime. Sua justificativa para a ação se remetia mais uma vez a de legítima defesa. Uma carta enviada ao jornal pelo sargento Oscar Rieger procura inocentar o policial, falando que ele era uma figura honesta e que estava sob pressão do constante perigo de Camisa Preta.[221] O jornal, por sua vez, acaba descredenciando a imagem do sargento pelo seu péssimo histórico e companhias. Denuncia também a demora da polícia para levar o caso á justiça, remetendo que tal fato se dava a tentativa de se conseguir um habeas corpus para Elpidio, que fora antes rejeitado.[222] De qualquer forma, ainda sendo levado a julgamento, o policial acabaria absolvido e voltando para o trabalho.[223] As menções posteriores a sua atuação são muitas, abrangendo geralmente a criação de uma imagem negativa, mas mesmo que os jornais falassem de seu

[218] O caso do malandro Casaca é curioso. Se até aqui estamos trabalhando com a importância da honra no mundo da malandragem, como um atuante de seu meio, ele foge completamente desse código de conduta. Procurava o desordeiro sempre se aliar ao lado mais forte. Geralmente quando envolvia-se em confusão com um valente que possuía renome, vacilava em dar prosseguimento ao combate, procurando sempre resolver na lábia. Percebemos que tais normas de conduta não eram seguidas por todos que nelas supostamente se inseriam e nem todo malandro era prova última de valentia. *Jornal do Brasil.*"O 'Casaca' - Um valente que desaparece". 19 de novembro de 1917.
[219] *A Noite.* “Uma luta entre facínoras”. 13 de julho de 1912.
[220] *O Século.* “Um herói que tomba – a morte do ‘Camisa Preta’”. 12 de julho de 1912.
[221] *A Noite.* ”Uma luta entre facínoras”. 13 de julho de 1912.
[222]Idem. “Uma luta entre facínoras – O cabo Elpidio continua a ser protegido”. 23 de julho de 1912.
[223] *A Época.*”O júri do cabo Elpidio”. 19 de maio de 1913.

passado obscuro e ainda retratassem a figura de um desordeiro, do submundo policial e autoridade do crime, também havia menções a boas ações por ele cometidas, como no caso em que salvou uma mulher de um incêndio[224], ou quando parou um animal desgovernado de atropelar uma multidão na época de carnaval.[225] Diferentemente de Camisa Preta, que é demonstrado como um vilão completo na totalidade de suas notícias, o policial ainda ganhará em alguns jornais algum apreço pela sua figura. Quando há críticas feitas a ela, geralmente no dia posterior há uma retratação desmentindo a denuncia, o que pode novamente nos levar a percepção da proteção que Elpidio tinha em seu meio, como por exemplo, o caso em que o *Correio da Manhã* criticou a nomeação do policial para a Guarda Civil, apontando-o como "desordeiro", "assassino" e "famigerado", denunciando seus precedentes, como os assassinatos de Leão da Noite e Camisa Preta, dizendo sua entrada ter "escandalizado" os membros da Guarda.[226] No dia seguinte, saía uma retratação pelo jornal dizendo ter Elpidio comprovado a sua inocência em ambos os casos, tendo agindo em legítima defesa, tendo, ainda, "a infelicidade de ser mortal o ferimento recebido pelo desgraçado homem" [227], ou seja, que não fora a sua intenção matá-lo.

A imagem do assassinato de Camisa Preta serve para a coroação da morte de um homem que se foi com a sua honra intacta, a de um "herói traído" e ao mesmo tempo, inocente que caiu em uma armadilha. Em suma, um "herói cristianizado". Se o desordeiro construíra na mídia a imagem de um homem independente, que trabalhava por si mesmo, muitas vezes sozinho, refletindo a sua preocupação com sua honra[228], a figura de Elpidio surge como o seu completo oposto: andava geralmente em grupos para consumar delitos, aproveitava-se da sua farda e da proteção de autoridades para cometer arbitrariedades. Em 1917, os jornais acusavam a turma "Pega-Boi", grupo criado pela polícia, financiado com verba secreta, na gestão de Aureliano Leal como chefe da instituição, para se capturar infratores, do qual o cabo fazia parte. O grupo é denunciado por suas ações ilícitas e covardia empregada contra os pedestres, geralmente remetida a um verdadeiro

[224] *A Época.* "Nasceram outra vez! GRANDE EXPLOSÃO! Um formidável estampido abalou ontem a rua Sant'Anna". 23 de junho de 1913.
[225] *O Paiz.* "Elogiado em ordem do dia". 13 de julho de 1913.
[226] *Correio da Manhã.* "Assim a polícia melhora... – O 'cabo Elpidio' foi nomeado para a Guarda-Civil". 10 de julho de 1919.
[227] Idem. "A nomeação do 'Cabo Elpidio' para a Guarda Civil." 11 de julho de 1919.
[228] MATTOS, Rômulo. op. cit. 252.

banditismo pelos policiais prenderem e extorquirem inocentes.[229] A figura de Cristo encarnada na morte de Camisa Preta se consuma também validando-se da construção de seu algoz como uma pessoa sem caráter e um traidor - perfeito exemplo de um Judas moderno e diametralmente oposto ao herói cristianizado.[230]

Também é importante remarcarmos que o que Camisa Preta representava no imaginário popular deveria ter continuidade. O *Correio da Manhã*, noticiando a morte do desordeiro, destaca um burburinho que seu repórter teria ouvido no meio do funeral de Soares:

> O pessoal da lira está descansado. Quanta gente respira agora, descansada. Quem substituirá o Camisa?
>
> - O Muleque Petronio. – diziam.[231]

Assim, mais do que um personagem, Camisa Preta é a evocação de um imaginário popular – ele é uma representação de proteção, de força e de valores positivos àqueles a quem ele servia como bom chefe e que vinham da mesma estratificação social. A reciprocidade atribuída a sua figura em seu enterro demarca isso, seja pela coroa de flores que recebera como homenagem de seus companheiros da Casa de Detenções, seja pela bandeira da Estrela da Concórdia, cordão carnavalesco o qual frequentava, seja pela multidão que foi prestigiá-lo em seu enterro. A sua figura poderia então transpassar o tempo, sendo resgatada por outros que viviam no mundo da marginalidade pelo significado positivo para o

---

[229] *A Noite.* "Reaparece a turma 'Pega-Boi'". 31 de janeiro de 1917.

[230] A ideia de "cristianização" é estudada em vários trabalhos, como os sobre a História da Arte. Trabalhando sobre o conceito de *pathosformel*, cunhado por Aby Warburg, Carlo Ginzburg conta ao leitor como o quadro de "Marat em seu último suspiro", feito por David, após a Revolução Francesa, reunia elementos que faziam aos contempladores da obra associarem inconscientemente a figura do revolucionário morto à de Jesus Cristo, como a posição do corpo de Marat, seus ferimentos, a inclinação de sua cabeça, os olhos semicerrados indicando uma posição intermediária entre morto e vivo, a posição do ferimento, etc. para criar empatia e afeição nos observadores do quadro. A cristianização criava compartilhamento de sentimentos, transformava aqueles a ela submetidos em uma figura humana, comum como os outros. Acrescenta-se a isso que a cristianização de personagens adquiriu forte tendência especialmente com a secularização do mundo, transferindo-se para o espaço de rituais civis depois da Revolução Francesa, com a religião dando espaço cada vez maior a um mundo dessacralizado, inserido em uma lógica mais capitalista. Sobre o conceito de *pathosformel*, ver: GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios sobre iconografia política.* 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; WARBURG, Aby. *The Renewal of Pagan Antiguity.* Los Angeles: Getty Publications, 1997; sobre a cristianização, há um estudo interessante feito por José Emílio Burucúa: BURUCÚA, José Emílio. *Historia y ambivalencia. Ensayos sobre arte.* Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006. Outra figura famosa que pode ser associada a esse processo é a de Che Guevara, em sua famosa foto onde aparece morto, na Bolívia.

[231] *Correio da Manhã. "*O famoso desordeiro e cabo eleitoral 'Camisa Preta' foi assassinado, a tiros de revólver, pelo 'cabo Elpidio'". 13 de julho de 1912.

mundo da lira que ela representava. Sendo assim, ao longo do tempo, surgiriam outros Camisas Pretas, como no caso do parceiro de Sete Coroas, que teve atuação pelo centro da cidade na década de 20. Os seus discípulos apareceriam pelas ruas do Rio.

Com a morte de um ídolo, não nos resta dúvida que, seguindo-se os códigos de honra, outro valente se poria a disposição para a vingança de Camisa Preta. A esta missão se disponibilizaria Saturnino de Oliveira, também conhecido como Vinte e Quatro. No dia 20 de setembro de 1913, este encontrou Moleque Tiburcio na rua São Jorge.[232] Ambos caminharam na direção do outro. Os dois já tinham se encontrado na Casa de Detenções, mas não lutaram, alegando o lugar não ser propício para aquele tipo de atuação. A notícia conta minuciosamente sobre o duelo, do qual ambos saíram feridos, mas vivos e foram levados logo depois para a enfermaria da Casa de Detenções, presos pela polícia do 4º distrito:

> A luta foi terrível. Com os corpos unidos, essas duas feras humanas iam, aos poucos, conquistando cada qual a vida do outro. Ao tempo em que 'Moleque Tiburcio' procurava eliminar a vida do adversário, este navalhava-lhe as carnes, procurando, por seu turno, pô-lo fora de combate.[233]

Se a valoração do duelo no universo da malandragem assume uma conotação positiva, podemos subverter o seu significado, remetendo-o a sua percepção pela ótica da polícia e dos jornais – o duelo transformava-se em uma exemplificação de primitivismo, representando o terror e a brutalidade criminal.[234]

Do inferno ao céu: relembrando Camisa Preta

As notícias sobre Camisa Preta, assim como as memórias sobre ele construídas postumamente através de crônicas explicitam o contraste que sua figura adquiria de acordo com aqueles que manipulavam o discurso sobre ela. De acordo com Bretas[235], a memória pode possuir dois tipos – sendo aquela que se constitui em uma narrativa oficial, e aquelas que ficam relegadas, aguardando um momento em que são mencionadas. Escolher o que entrará para a história através da memória é

---

[232] *A Época*. "'Moleque Tiburcio' versus 'Vinte Quatro'". 21 de setembro de 1913.
[233] Ibidem.
[234] MATTOS, Rômulo. op. cit. p. 83.
[235] BRETAS, Marcos Luis. *Valente mas muito considerado: a memória do crime*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300533342_ARQUIVO_mineirinho.pdf. Último acesso em 5 nov. de 2015. p. 2.

um jogo de escolha e descarte, exibição e omissão. É pensado, utilizado para resignificar o passado, de acordo com as novas demandas que vão surgindo no tempo, portanto, sendo também um processo histórico. A memória não se faz também apenas procurando remontar o lado positivo de determinado período, podendo ser utilizada para atrair curiosidade através de sensações como o terror. Se a figura de Camisa Preta construída pela mídia é execrável e, logo após a sua morte, ganha o status de esquecida, com os jornais procurando reiterar que ninguém sentirá falta de sua figura, o que percebemos ao longo deste capítulo e das homenagens que recebeu em seu enterro, é que tal discurso é apenas um lado da construção de sua memória. Assim, a memória se constrói de forma diferenciada para grupos sociais diferentes. A memória positivada de Camisa Preta será resgatada nas crônicas que se farão sobre a sua figura na década de 20. Um de seus autores, Tito da Praia[236], é um ex-malandro que deu uma reportagem para a revista *Vida Policial*, que saiu também na crônica de Paulo Várzea para *O Cruzeiro*. Nessa, a figura de Camisa Preta é remetida a um saudosismo de uma época em que a capital era animada e encontrava em suas ruas a originalidade do que era ser brasileiro, em contraposição aos tempos atuais, ditos como tristes, monótonos:

> Porém, isso passara, Catumbi não era mais o reduto das quermesses; o buraco quente das brigas de galo, das pastorinhas e dos romeiros á Penha; já não era tão pouco o sacrário das relíquias do Rio e menos ainda "a Coimbra Carioca", de cujas serenatas com os violões chorosos e cavaquinhos metálicos, flautas sonoras e bandoneons [sic] roncadores saíram para a vida as revelações musicais do presente e que eram então simples, seresteiros chamados 'Sinhó', 'Donga', 'Pixinguinha', Mario Pinheiro, Eduardo das Neves, Vicente Celestino, Caruzinho, Salvador, Alvaro e muitos outros.
>
> (...) A noite muda e solitária espia lá de cima o bairro adormecido, com as suas ruas desertas, a patrulha sonolenta e o botequim tristonho...[237]

Conforme nos aponta Márcia Maria Motta[238], a memória se divide em duas vertentes, sendo a individual e a coletiva. A segunda traz aos seus construtores,

---

[236] De acordo com uma crônica publicada em 24 de julho de 1926, Tito fora marinheiro, soldado, estivador, malandro, mestre de rancho, além de rei de cordões. Aparece em notícias nos jornais como jurado em apuração de desfiles de samba. Era retratado como um "crioulo baixo, magro, de bigode branco aparado, cara rugosa e olhos congestionados pelo sol do mar". Era intrépido, decidido, de movimentos ligeiros que lembrava valentes do passado.

[237] *O Cruzeiro.* "Por conta do atôa... Crônica de um vagabundo a Armando Rosas". 31 de maio de 1930.

solidariedade, coesão e identidade. Acima de ambas, de surgimento mais recente, está a memória nacional, que é a soma de diferentes memórias coletivas vigentes dentro de uma nação. Esta última, procura a junção das diferentes experiências, sendo integradora, unificadora, procurando harmonia e adestramento de conflitos, ajudando na formação de uma cultura nacional. A figura de Camisa Preta, nos relatos de Tito da Praia virá sempre acompanhada de outros de seu meio, também rememorados, como Manduca, Pépe, Geraldo, Gatulio, Dominguinhos, Papa-Rancho, Mette-Braço, Edmundo, Bonitinho, Antenor[239] – sua celebração torna-se assim uma ode à malandragem e compõe também outro elemento fundamental da memória, que é a construção de uma tradição e lugares da memória, que, fazendo referência a um passado ritualizado, acaba auxiliando na composição da identidade de um grupo. Dentre eles, Camisa Preta se destacava como o príncipe dos bambas.

Ao mesmo tempo, a crônica publicada na revista *O Cruzeiro*[240] nos remonta a visão de um Brasil valorizado por modernistas e pré-modernistas, como os folcloristas ou o próprio Lima Barreto, que, ganhando força após a Semana de Arte Moderna de 1922, procuravam um discurso de rompimento com um mundo velho, trazendo promessas de uma nova realidade brasileira a ser retratada, de uma reconfiguração de identidade nacional, fazendo uma crítica à cultura hegemônica inspirada nos padrões europeus. Se vendo como parte do povo, procuravam a sua aproximação, transformando ambos em uma só figura, unificando o povo aos cosmopolitas, formando uma única voz. *Macunaíma*, de Mário de Andrade, exemplifica bem essa ideia: a narrativa do livro cria-se como sendo pela própria voz de Macunaíma, com neologismos e uma nova forma de narrativa, onde o autor, o intelectual pertencente às elites, se confunde com o narrador, ambos formando uma única voz – a do brasileiro. Se o povo era o rosto da cultura e se os modernistas procuravam a originalidade nacional, seria ele com a sua cultura oral – tradições, folclore, lendas, modos de falar, crendices - quem constituiria a Nação e sua identidade. A ideia aqui se aplica ao lermos a crônica de

[238] MOTTA, Márcia M. Menendes. História e Memórias. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História – UFF, 1998. pp. 183-184.
[239] *O Cruzeiro.* "Por conta do atôa... Crônica de um vagabundo a Armando Rosas". 31 de maio de 1930.
[240] Esta reúne parte do depoimento de Tito da Praia à *Vida Policial*, unindo a ela a rememoração do cronista sobre os tempos passados e agitados do bairro da Saúde e do Catumbi.

Paulo Várzea, assim como os depoimentos de Tito da Praia: a voz sobre Camisa Preta surge então da tradição popular, do povo e de suas crendices, onde a sua identidade acaba adquirindo uma nova resignificação, positivada. Podemos enquadrar então essas narrativas em tal tendência. Mais do que isso, ela mostra também uma tentativa de junção de diferentes experiências provindas da marginalidade como reconhecidas de seu papel atuante na identidade brasileira, forma de unificação, assim também se enquadrando como uma forma de construção de memória nacional. A tradição africana dos cordões carnavalescos que Tito narra, a forma do malandro de viver e seus códigos são tentativas de reconhecimento de um Brasil que ainda era negado e escondido por grande parte da imprensa e da elite. Podemos ver o contraste na ausência de crônicas ou menções a Camisa Preta depois de sua morte. O silenciamento sobre a sua figura, tão famosa, nos denuncia como a omissão de determinadas partes da memória podem seguir interesses de determinados grupos sociais.

Ao longo da crônica "A alma encantadora e Barbara do Rio"[241], podemos perceber como os termos "valente" e "malandro" são intercambiáveis, constantemente se confundindo um com o outro. Geralmente suas figuras também eram muito remetidas aos cordões carnavalescos, com a crônica começando remontando as origens de tais grupos. Esses cordões dispunham algumas vezes de capoeiras, e suas rivalidades podiam atingir níveis sérios por motivos superficiais, como, por exemplo, ataques por inveja do estandarte do cordão rival. A associação da figura dos malandros ao universo de cordões, do samba, além da própria capoeira, com a evidenciação de suas características em seus representantes, como o gingado, nos mostra que a malandragem se constituía como um sistema cultural específico, onde a política e cultura, dança e luta se misturam de maneiras muito próximas.[242] Tal confusão na associação possui uma materialidade espacial, como, por exemplo, a casa da Tia Ciata, onde todas as suas práticas se condensavam em apenas um único ambiente, assim como simbolicamente, formando significados, como, por exemplo, a vestimenta dos

[241] *Vida Policial*. "A alma encantadora e bárbara do Rio". 24 de julho de 1926.
[242] ROCHA, Gilmar. *Navalha não Corta Seda: Estética e Performance no Vestuário do Malandro*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n20/07.pdf. Último acesso em 6 nov. de 2015.. 130-134.

malandros ou dos capoeiras. De acordo com Gilmar Rocha[243], o malandro, assim como as prostitutas, os capoeiras, entre outras posições sociais, são seres liminares, fronteiriços, símbolo da porosidade entre o mundo legal e ilegal. Assim, a malandragem no Brasil é apropriada por atores sociais diversos, de posições diferentes em momentos históricos específicos.

Diferentemente dos jornais, a figura de Soares também será retratada como alguém que fora vítima das duras condições dos ambientes os quais frequentava, já que "na Saúde, os valentes são como o milho. Bairro de vida pesada e intensa, onde para viver o homem precisa lutar contra o seu semelhante, a Saúde tornou-se por natureza o cenário do sangue e da morte".[244] Vivendo em ambientes hostis, Camisa Preta acabou entrando para o mundo da valentia quando fora vítima de uma ofensa, após ter perdido mais uma carteada, como já acontecera outras vezes. O herói, ao contrário dos jornais, adquire então uma feição de humanidade, em contraposição a sua bestialização, ao passo de que a sua entrada no mundo do crime não é retratada como sendo uma condição intrínseca a sua personalidade, mas principalmente provinda da dura realidade a qual estava submetido. Podemos ver como a dureza da vida impactava a personalidade de Camisa Preta, modelando a sua forma de viver:

> Em várias ocasiões acompanhei penalizado as suas últimas cartadas. Seu rosto simpático, ainda que bexigoso, perdia o sorriso perene que tinha e se tornava sério, sóbrio.[245]

Do mesmo modo que Orestes Barbosa aferia uma humanização aos "indivíduos", ou "fulanos de tal" que os jornais apresentavam, Tito da Praia, em seu relato, fazia o mesmo com Camisa Preta. A sua trágica morte também acaba provocando simpatia ao leitor pela agressividade desprendida. Como Bretas afirma, a morte agressiva do bandido revelam os horrores presentes no cotidiano, dando sensações ao leitor, assim como funcionando para o compartilhamento de experiências[246], criando empatia, a exemplo de outras mortes que também iriam adquirir visibilidade pela mídia, como a de Mineirinho ou de Cara de Cavalo em décadas seguintes. Fica ainda mais forte com a ideia passada de que sua morte se deu pela

[243] Idem. *Honra e Valentia no Mundo da Malandragem.* Dissertação (mestrado) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1993. p. 297.
[244] *Vida Policial.* "A alma encantadora e bárbara do Rio". 24 de julho de 1926.
[245] Ibidem.
[246] BRETAS, Marcos Luiz. op. cit. p. 5.

sua passividade. Camisa Preta é rememorado como um malandro que, apesar de sua rixa, ainda conseguia ser bondoso com o próprio rival: "(...) Deixou-se matar. Se na vida era simpático, na morte, ficou mais ainda".[247]

No relato feito por Tito, Camisa Preta é também demonstrado como sendo um boêmio, estando sempre na Lapa ou na Rua do Rio Branco, nos cafés, nos clubes e onde houvesse jogo e mulheres. Aqui abro um parênteses para falar sobre a imagem da Lapa, que esteve muito grudada a figura do desordeiro.

A construção da memória do lugar remonta desde os anos 1910, ganhando força nos 20 e apogeu nos 30. Há uma intencionalidade em sua representação primeiramente seguindo uma ação humana, posteriormente vindo a se transformar em um produto de venda, que segue a lógica do mercado. Conforme nos aponta Mônica Pimenta Velloso, em *A cidade voyeur: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas* "[248], o lugar foi utilizado como forma de se deslegitimar a capital como centro político do país construído por um discurso de intelectuais paulistas que procuravam desenvolver o seu estado como centro de formação cultural nacional e política nos anos 20. A autora nos diz que esse discurso surgia principalmente da vertente conservadora do movimento modernista, tendo como expoente, por exemplo, Plínio Salgado. Como forma de crítica ao Rio, a Lapa surge como microcosmo representando a totalidade da capital, sendo um lugar da boemia desenfreada, da malandragem, ócio, desordem, violência e crimes, cabarés e bebidas e inveja da própria São Paulo. Oposto a esse discurso, a cidade dos paulistas surgia como centro do trabalho, da ordem e produção industrial, geradora de riqueza, construída por uma tradição dos bandeirantes. De acordo com o discurso paulista, o Rio, voltado para o mar também apresentaria um ar mais cosmopolita, universal e de contemplação para o exterior, de idealização, enquanto São Paulo, novamente em contraposição, seria o lugar onde se encontraria um espírito de originalidade mais brasileira, pragmático e de ação.

---

[247] *Vida Policial.* "A alma encantadora e bárbara do Rio". 24 de julho de 1926.
[248] VELLOSO, M.P. A cidade voyeur: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas. *Revista Rio de Janeiro*, n. 8, pp. 83-100. set/dez. 2002. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_8/008_083.pdf. Último acesso em 6 nov. de 2015.

A cidade do Rio, sendo mais calorenta também induziria aos seus habitantes uma forma de vida mais preguiçosa e indisciplinada, representados pelo estilo de vida da boemia que habitava no bairro. Somado a isso, a capital era retratada como lugar do empreguismo, de parasitas da política. Há ainda uma questão racial, que defendia a ideia de que a mistura de brancos e negros, de classes sociais atingiam formas degradantes que impactavam negativamente no habito do carioca. O Rio acabava surgindo assim como um ambiente hostil para a disciplina do trabalho, representando o passado, com o malandro, o boêmio da Lapa se tornando caricatura do carioca de maneira geral.

Por outro lado, o discurso paulista encontrava resposta na intelectualidade carioca, que, mesmo sem se articular para se contrapor a ele, por discursos individuais, criticava São Paulo. Exemplo foi Lima Barreto, retratando o estado como lugar da vida burguesa, discriminação étnica e apego material, cujos intelectuais eram atrasados com relação às novidades do mundo. Mas a Lapa das misturas vista por alguns intelectuais paulistas também era vista pelos cariocas por outra ótica reformuladora – era ela a imagem do "prazer, que relaxa e contagia".[249] E o lugar representava o que era ser carioca: povo caloroso e da simpatia. A mistura de classes naquele espaço não trazia degradação, mas um novo gingado e originalidade, além de alegria. A Lapa é festejada então como espaço de movimento entre mundos distintos, de diversidade e cosmopolitismo, sendo tipicamente carioca, tendo um poder de atração e influencia tal que acabava por moldar aqueles que a frequentavam, os modificando. Era o bairro onde se faziam nomes através de demonstrações de valentia pelas brigas, onde Camisa Preta se insere. Ao longo do tempo, a Lapa teria sua imagem construída como um ambiente neutro[250], nem bom nem mau, mas que permite a convivência de diferentes tipos de cariocas, onde todas as classes se encontravam e suas diferenças eram diluídas pela camaradagem que a experimentação do local propiciava, sendo assim, a Lapa era também um "carnaval" cotidiano.

Era nele que o contato de sambistas com malandros ocasionava na construção de sambas de malandro, que rememorariam valentes que fizeram seus nomes pelo

[249]VELASQUES, Muza Clara Chaves. *A Lapa boêmia: um estudo da identidade carioca*. Dissertação (Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 56.
[250]Ibidem. pp. 58-60.

lugar. Tais construções sobre a memória do lugar eram importantes uma vez que o contato com a intelectualidade pela boemia que vivia no bairro era muito pouco, ao mesmo tempo em que eram os primeiros que pretendiam contar a história do local com crônicas ou textos literários.[251] Outro agente importante na construção da memória sobre a Lapa era a polícia. Todavia, a participação dos malandros para a criação da imagem do local, através de seus relatos quase nunca se dava, sendo estes produzidos raramente, como por exemplo, os depoimentos dados por Madame Satã, anos mais tarde. Os sambas gerados no lugar, de acordo com Muza Clara Velasques[252], surgem então como um importante relato memorialístico produzido oralmente por ser a principal forma de as classes populares que ali habitavam criarem sua própria imagem da região de forma autônoma e espontânea, uma vez que os sambistas eram geralmente oriundos do ambiente popular.

Estamos falando de uma Lapa em que, durante essa época tinha sua memória construída através dos discursos das pessoas que a viviam. Experimentava-se antes a Lapa para depois criar um imaginário sobre ela. Onde figuras que a frequentavam faziam a imagem do lugar. Com o passar do tempo, a região acabou sofrendo um processo de decadência, sendo revitalizada na década de 90. Conforme nos conta Flávio Sampaio Bartoly[253], a imagem de uma Lapa tradicional, lar da malandragem – onde se insere Camisa Preta – será resgatada como uma forma de atração de investimentos para o local, procurando o lucro através do turismo ou sedução de um público consumidor por meio das casas de shows, restaurantes e outros estabelecimentos. Para tal, se procura dar ao bairro um ar de alternativo, resgatando a sua boemia clássica, do passado, fazendo uma ponte dela com o presente. Tal discurso sai do setor público e privado, se desprendendo daqueles que a vivenciam. Se, como vimos, a Lapa antes moldava aqueles que a frequentavam, agora ela se dispõe, nas palavras do autor, como um "lugar do espetáculo": a sua experimentação da tradição é, acima de tudo, vendida. A experiência a qual aqueles que a visitam estão submetidos já é dita antes mesmo do encontro com o bairro. É uma experiência que se constrói de

[251] Ibidem. p. 100.
[252] Ibidem. p. 101.
[253] BARTOLY, F. S. Da Lapa Boêmia à Lapa Reificada como lugar do espetáculo: uma análise de dois períodos da história da produção do lugar na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Geográfica de América Central*. Costa Rica, 2011.

maneira inautêntica, "falsificada", diferentemente daquela Lapa onde a imagem do lugar se fazia da vivência natural daqueles que a frequentavam, e por eles. Através de sua atuação, Camisa Preta fez seu nome no bairro – falar dele era falar da Lapa. Agora, a sua imagem, assim como a de tantos outros malandros que lá viveram, era reutilizada para a criação de uma Lapa idealizada que fosse vendável, tornando-se produto comercial.

Além disso, a Lapa é considerada um espaço de transição – fronteira entre o morro e o asfalto, entre o mundo legal e ilegal, assim como a indumentária do malandro, o samba e o carnaval, ela simboliza bem a posição intermediária na qual a malandragem de encontra.

A imagem de Camisa Preta é também associada aos cordões. Se ele frequentava o cordão da Flor da Concórdia, Tito da Praia também cita em seu relato o Papa-Rancho, frequentador de outro cordão, a Flor da Saúde. Cita também a forte presença do carnaval na vida dos malandros:

> Foi outro cujos funerais foram feitos por um cordão carnavalesco, a Flor da Saúde. Isto mostra que o carnaval sempre esteve ligado aos malandros tanto na vida deles como na sua morte.[254]

A ligação da malandragem com o samba e carnaval se faz de maneira forte. Claudia Matos, em seu livro *Acertei no Milhar: Malandragem e Samba no Tempo de Getúlio*[255] nos mostra como o samba, oriundo das falas daqueles que viviam em posições sociais estigmatizadas e exploradas pela ordem burguesa que se consolidava, procurava criticar os valores burgueses que para as classes subalternas, eram vistos como formas de opressão, como a importância do dinheiro, do trabalho e o respeito a autoridade, para a constituição da ordem.[256] Formado por aqueles que eram considerados parte integrante do *lumperproletariado*, o samba e suas letras seriam uma forma de fuga aos valores de exploração e de valorização do trabalhador pobre e explorado. Conforme a autora nos aponta:

---

[254] *Vida Policial.* "A alma encantadora e bárbara do Rio". 24 de julho de 1926.
[255] MATOS, Claudia. *Acertei no Milhar: Malandragem e Samba no Tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
[256] Ibidem. pp. 31-33.

> Ora, tais valores funcionam frequentemente para os estratos subalternos como fatores da sobrevivência que não oferece compensação suficiente, a autoridade está sempre nas mãos do outro.
>
> Assim, esses valores que sustentam o desprazer, devem ser excluídos do espaço do samba, substituídos por outros, dos quais o maior é o próprio samba – o próprio prazer lúdico.[257]

Percebemos assim como a mentalidade do samba se aproxima muito da do "ser malandro", onde aqueles inseridos em posições sociais estigmatizadas procuravam criar suas formas de resistência contra a criação da ordem burguesa na capital. O samba também funcionaria como prática popular que propiciava uma maior coesão de identidade étnica, feito em sua grande maioria por negros, que, fugindo de perseguições da polícia, iam para os morros das favelas, onde também seus habitantes eram predominantemente negros, espaços que, de acordo com a autora, "eram redutos de uma autoafirmação racial que não encontra lugar fora delas, no espaço dominado pelos brancos[258]", vindo a ser assim local de cultivo e preservação das tradições próprias da cultura africana. Nos morros, o samba encontrava as suas raízes. A associação das raízes africanas com os cordões é explícita no relato de Tito:

> Os cordões tiveram sua origem nas festas africanas da coroação dos reis das nações(...).[259]

O samba de malandro, uma das vertentes desse estilo musical, trata através de uma linguagem carnavalizada do reconhecimento dos aspectos de dominação do cotidiano. Sendo assim, não o nega inteiramente como o samba mais idealizado, a exemplo do samba-exaltação, mas também não se reduz a um pessimismo exclusivo, fazendo ode ao estilo de viver do malandro como uma libertação, valorizando a boemia, a bebida e as mulheres.[260] Como vimos pelas notícias de Camisa Preta, sua forma de viver se enquadrava bem nas letras de tais músicas. Se a negação da autoridade funciona de forma teatralizada durante o carnaval, no dia-a-dia do malandro, ela se construía de maneira séria. Como nos aponta Rômulo Mattos em sua tese[261], algumas regiões onde os malandros tinham seus "quartéis"

---

[257] Ibidem. p. 31.
[258] Ibidem. p. 29.
[259] *Vida Policial.* "A alma encantadora e bárbara do Rio". 24 de julho de 1926.
[260] MATOS, Claudia. op cit.. p. 42.
[261] MATTOS, Rômulo. op. cit. pp. 254-255.

funcionavam como verdadeiros locais onde a lei era feita pelo seu poder paralelo e a polícia não conseguia entrar, sendo recebida a bala quando tentava.

Também o carnaval funcionando como um símbolo onde as fronteiras sociais se diluem[262] e a realidade e hierarquia são temporariamente subvertidas, sendo momento de fuga provisória de padrões de comportamento moral e social imposto pela ordem vigente é outro exemplo de temporalidade que abarca o modo de viver do malandro.

Mas nem tudo são flores na rememoração da imagem de Camisa Preta. Um fator interessante é o respaldo que suas atuações como cabo eleitoral tiveram. Após a sua morte, sua figura, assim como a de outros malandros, acabaram grudando em um político, que, de acordo com as denúncias dos diferentes meios midiáticos, utilizava-se dos valentes para se manter no poder. Figura proeminente no mundo político carioca, era ele o deputado Irineu Machado. Em uma pequena nota[263] na revista *O Malho*, diz-se:

> – Que me dizer do Irineu, na oposição?
>
> - Bananeira que já deu cacho. O tempo dele era outro, com o cabo Malaquias, o Quincas Bombeiro, o Camisa Preta, o Cardosinho da Saúde e outros beneméritos, chefes eleitorais já desaparecidos. O Irineu, agora, não mete medo a ninguém. É um inofensivo.[264]

Meses antes, a revista em uma coluna com o mesmo nome, caçoaria da derrota do deputado nas eleições. O senador Irineu Machado confessava a sua derrota política. E explicava as razões eleitorais:

> - Bons tempos eram os outros. Nas vésperas do pleito, o *Trinca-Espinhas*, o *Cardozinho da Saúde*, o *Cartola*, o *Camisa Preta*, o *Bote de Cabra*, o *Onça Pintada*, o *Quincas Bombeiro*, o *José do Senado* e outros velhos camaradas da velha guarda tomavam as suas providências e vinham para a rua no dia seguinte, garantir a liberdade das urnas.[265]

A nota continua, com o político se lamuriando, relembrando que antigamente não perdia nenhuma eleição pela ajuda de seus "camaradas" e agora não possuía nenhum poder, nem influência para distribuir cargos para aliados.

---

[262] MATOS, Claudia. op. cit. pp. 48-50.
[263] *O Malho.* "Coisas inúteis". 13 de agosto de 1921, n. 987.
[264] Ibidem.
[265] Idem. 5 de março de 1921, n. 964, p. 22.

Já a revista *Careta*, ao falar da relação do deputado com os seus capangas é bem enfático, criticando a ineficácia da nova lei eleitoral recém-feita:

> (...) É verdade que o Camisa Preta foi despedido do serviço pelo trabuco de um colega, o Chico da Saúde passou a ser considerado uma relíquia histórica das conservadas no museu da Casa de Correção e o sr. Irineu Machado ainda anda pela Europa ou África a cata de modelos adaptáveis a nova lei para introduzir no *bas fond* carioca, onde naturalmente pretenderá reerguer o pedestal de seu prestígio. O cabo eleitoral, enquanto existir, será sempre o mesmo capadocio que carrega uma navalha no bolso traseiro das calças e tem na memória como num patheon uma porção de cadáveres, os cadáveres dos adversários mortos nos dias de eleição(...).[266]

A memória de Camisa Preta, assim como outros malandros serve então também como instrumento para a desvalorização de figuras políticas da época.

Com poucos estudos sobre sua pessoa, Irineu Machado é demonstrado[267] como um político inserido na vertente do jacobinismo republicano. Foi contra o governo de Prudente de Moraes, aliou-se a Francisco Glicério no apoio a Floriano Peixoto. Participou também da campanha civilista, aproximando-se de Rui Barbosa contra a candidatura de Hermes da Fonseca e participou da *Reação Republicana* de 1921, apoiando Nilo Peçanha. Conseguiu chegar ao Senado apoiando-se em alianças com situacionistas da política carioca. Em 1924, não conseguiu se candidatar, sendo barrado por políticos opositores. Viajou para Europa, e quando voltou, foi eleito para o Senado com grande margem de votos. Apoiou Júlio Prestes, na corrida contra Getúlio Vargas e após a Revolução de 30, saiu da política. A imagem do político é a de um homem comprometido com a ruptura em relação à ordem republicana oligárquica, remetendo muitas vezes a um discurso de tendências socialistas. É visto como um político popular e de forte oratória, possuindo vínculos intensos com círculos de poder carioca, como a imprensa, a exemplo do *Correio da Manhã*. Homenageou o levante do Forte de Copacabana, ajudou a fundar o Partido Socialista, em 1912, na formulação de teses do Bloco Operário Camponês, além de ter defendido o Código do Trabalho no Senado. Comprometido com uma agenda revolucionária, as críticas ao político, como

[266] *Careta.*"Pecado inútil". 11 de outubro de 1919, n. 590, p.13.
[267] FREIRE, Américo. Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado. Revista Tempo, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a07v1326.pdf. Último Acesso em 8 nov. de 2015.

orquestrador de esquemas de fraudes podem ser lidas de duas maneiras: uma seria pela tentativa de desqualificação de sua imagem por parte da imprensa.

De outro lado, a evocação da memória de Camisa Preta poderia nos remeter a um político, que assim como Nilo Peçanha ou Getúlio Vargas, se enquadravam na lógica republicana, ainda que tivessem o discurso de ruptura, transformando-se assim em um personagem demagogo e dúbio.

A lembrança de Camisa Preta e dos tempos de fraudes eleitorais também adquiriam um exotismo, se transformando em curiosidade. Sua atuação, assim como a de outros capangas foram utilizadas em uma reportagem do jornal *A Noite*[268] para demonstrar que os tempos eram outros, que o país se modernizava e evoluía nos seus costumes, com os escândalos eleitorais deixados para trás, substituídos pelo verdadeiro sufrágio:

> Por motivo de distúrbio durante as eleições, não entrou na Polícia Central, este ano, nenhum indivíduo preso. Não houve um só caso de valentia ou 'capangada', por ocasião do pleito.
>
> Esse auspicioso sinal dos tempos levou-nos a procurar ouvir sobre a impressionante mutação verificada nos costumes (...).[269]

A evocação da memória de Camisa Preta, assim como outros cabos surgia como forma de demonstração da superação de uma época. O desordeiro assim era o velho – retrato de uma república fraudulenta, deixada para trás pelos novos tempos.

Evocada por diferentes atores sociais, podemos perceber como a memória de Camisa Preta é utilizada para se resignificar o passado, de acordo com os interesses do presente, constituindo-se como clara exemplaridade de que a memória é um processo de construção histórico. Acima de tudo, ela é uma disputa entre os vários agentes que dela procuram se apropriar sendo forma de entendermos como cada grupo social pensa. De um lado, procurei mostrar como sua memória se constrói positivamente, trazendo no final a sua apresentação por um viés mais negativo, mas que remonta também a uma certa nostalgia de um

[268] *A Noite.* "Eleições de ontem e de hoje". 17 de outubro de 1934. O entrevistado, Moleque Tibúrcio, um dos últimos remanescentes dos capangas eleitorais, cita Camisa Preta e outros relembrando seus tempos de atuação.
[269] Ibidem.

tempo que se fora através de uma curiosidade inocente sobre os tempos de outrora.

Conclusão:

Realçando as suas concepções republicanas, os jornais acabam por auxiliar na construção sobre a imagem do que é ser malandro. Fica evidente através da reflexão propiciada pelo discurso da mídia sobre Camisa Preta como sua imagem é associada ao do capoeira – a navalha a qual tantas vezes é citada em notícias sobre o desordeiro, assim como sua luta corporal em diversos crimes que cometeu. Apresentar a figura de Camisa Preta como remontando ao passado era uma forma de mostrá-lo simbolicamente como situado em um Brasil ainda arcaico, o qual se procurava superar. Mas o que deixa mais em evidência a exclusão do desordeiro do sistema republicano e da cidadania legal era a sua hipercaracterização que acarretava a sua bestialização. Essa representação construída através das narrativas dos jornais mostra de fato como os valores republicanos de democracia encontrava em sua praticidade uma falácia. Uma das fundamentações da Revolução Francesa foi a de se quebrarem privilégios, estabelecendo-se a igualdade entre todos do país perante a lei, transformando-os em cidadãos, teoricamente, de maneira indiscriminada, tendo como marco orientador a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão Francês. Seguindo o exemplo francês, os republicanos brasileiros procuraram a instauração da República sobre o discurso de execração da monarquia, que remetia a privilégios irreconciliáveis com a tendência mundial. Contudo, na prática, a forte imposição de uma disciplina do trabalho fazia com aqueles que não se adequassem a ela fossem vistos não como cidadãos, mas como indivíduos que representavam uma anomalia. Camisa Preta se enquadrava aqui. Pior ainda, através das notícias podemos perceber como a sua relação com a justiça e a polícia mostrava a sociedade as brechas nas instituições republicanas dadas como evoluídas em relação a tempos passados – a polícia não o conseguia conter muitas vezes, tinha pouca autoridade sobre ele; a justiça não o conseguia manter preso, vista como de mau funcionamento; seu alistamento no Exército mostra como as instituições de segurança não possuíam muitas vezes credibilidade para a sua autoridade.

Procurando viver como um malandro, encontrou formas para fugir da exploração, se alistando no Exército, frequentando áreas de sociabilização onde tinha contatos com classes sociais para arranjar trabalho e tentar ascender, entrava em conflitos

para manter a sua honra e fama. Os jornais apontam Camisa Preta como um homem que não se submetia a nenhuma autoridade e que era incorrigível. Mostrava-o como um vilão principalmente com a finalidade de vender notícias sobre ele, alimentando o fascínio e a repulsa exercida sobre sua figura, contribuindo assim para a construção de sua fama e a consolidação da imagem do desordeiro como um valente. Portanto, a imagem de Camisa Preta não se constrói apenas advinda de suas próprias ações e a imposição do reconhecimento delas a sociedade por parte do malandro, mas também pela intencionalidade de utilizá-las pela mídia para reforçar os valores republicanos e adquirir lucro, onde tal reconhecimento das ações da malandragem adquiriam uma resignificação. Se para o seu meio, o malandro agia com a finalidade de consolidar a sua honra baseada em códigos de condutas próprios ao seu mundo, a mídia subvertia o valor – a sua figura era justamente o oposto do que era honra para o mundo legal republicano. Mostra-se assim como dois mundos tão distintos existiam em uma mesma cidade. Mas não só isso, os jornais também procuravam a crítica a próprios parâmetros dentro da legalidade, como a corrupção policial. Portanto, falar de malandragem também era tocar em pontos que precisavam sofrer reformas dentro de instituições.

Nessa capital fracionada por diferentes mundos, Camisa Preta também era utilizado para que partidos políticos chegassem ao poder por meio das fraudes eleitorais, apostando muitas vezes na violência. Observamos como essa tática possuía uma forte tradição presente nas ruas da capital, desde os tempos das maltas de capoeiras que eram utilizadas por políticos, principalmente do Partido Conservador, para que ganhassem eleições para o Parlamento. Percebemos a continuidade de metodologia para se obter controle do pleito pela violência através do caso de Camisa Preta, que demonstra como novos partidos que se inseriram na política republicana, como o Partido Democrata, se utilizavam de uma relação de apadrinhamento e proteção de malandros para a utilização de seus serviços almejando o controle dos pleitos, muito semelhante a relação dos antigos políticos com os capoeiras. Paralelamente, a polícia continuou também sua associação com cabos eleitorais. Se antes protegiam os capoeiras e até os utilizavam para trabalhos escusos, agora procuravam fazer vista grossa para as suas atuações em época de eleições, ajudavam a livrar também acusados de

julgamentos, postergando o progresso das investigações. Todavia, é importante ressaltarmos que, como observamos pelos casos de Eurico Cruz e Astolpho Vieira de Rezende, a polícia não era inteiramente uma mão de interesses partidários, havia ainda uma parte sua que correspondia aos próprios interesses presentes nos códigos policiais, a de uma instituição cientifica, isenta de influências políticas.

A atuação explicita durante as fraudes também continuava sem apreço pela sutileza. Mas com o desmantelamento das maltas, as relações com os cabos eleitorais se tornaram individualizadas – temos então como ruptura a quebra de uma forma de atuação dos capoeiras antes que era calcada na coletividade e os interesses dela, transformando a atuação de cabos eleitorais mais em um produto de venda do que de imposição política, como os capoeiras procuravam fazer antes. As relações mais individualizadas de cabos os faziam também adquirirem um caráter mais partidário em oposição a maior neutralidade da malta em sua negociação com os partidos políticos.

As denúncias da imprensa sobre os escândalos eleitorais trazem pontos curiosos. Primeiramente, a culpabilização pelo crime caia totalmente nos ombros dos cabos eleitorais utilizados para a violência. Não se procurava investigar e punir políticos por trás deles. Ao mesmo tempo, como forma de resolução para o problema, surgiam argumentos defendendo a reforma eleitoral. Para a maior eficiência da policia no seu trabalho, defendia-se também a sua reforma, como a feita por Alfredo Pinto. A culpa surgia assim do sistema, e não de agentes específicos inseridos nele. A solução era modificar o meio onde eles atuavam. Mas com os cabos eleitorais, o processo é o de citar nomes e enquadrar o problema como sendo proveniente da atuação daqueles indivíduos, quase que isoladamente. Associo a isso o fato de que as leis eleitorais assim como a polícia ainda eram vistas como sendo inseridas no universo da legalidade, ao passo de que como o crime nessa época era visto a partir de uma perspectiva onde estava associado a natureza inerente do indivíduo que o perpetrava, tornava-se assim um caso meramente de repressão e contenção para a sua resolução. Assim, não se precisava reformar o meio que gerava os desordeiros, utilizados para as fraudes eleitorais, mas sim prendê-los apenas, reforçando a famosa frase do presidente Washington Luis, de que a “questão social era um caso de polícia”. Como o crime

apresentava-se como o avesso da civilização, seu universo não precisava sofrer reformas republicanas, uma vez que não era parte de seu mundo.

O universo da legalidade com relação à ilegalidade apresentava uma grande porosidade. A presença de membros da mesma classe social em diferentes lados do conflito entre polícia e malandragem comprova isso. As figuras de Camisa Preta e do cabo Elpidio nos mostram como o compartilhamento de valores como a questão da honra era mais comum do que se pensava, extrapolando o espaço da malandragem, sendo também incorporada em outras esferas.

A construção da memória de Camisa Preta revela ao leitor um autêntico malandro – sua associação ao cordão carnavalesco Estrela da Concórdia nos aponta a sua proximidade com o samba; a construção de sua área de atuação na Saúde e principalmente na Lapa nos apontam áreas que remetiam diretamente ao estilo de vida do que era ser malandro – viver na boemia, em bares, frequentando casas de jogo, se envolvendo em conflitos para proteger a própria honra, transitando entre laços de sociabilidade que não se restringiam somente a sua classe social. Ao mesmo tempo, também a construção da sua memória apresenta uma figura mais humana e denuncia a intencionalidade nos discursos que a imprensa fazia sobre ele, servindo também como forma de se explicitar as influências por trás dela, desconstruindo a ideia de que Camisa Preta era o criminoso que diziam. Por fim, mostra como a memória atende a interesses de diferentes grupos sociais e acima de tudo é fruto de uma disputa por poder, sobre o que será inserido na narrativa oficial da memória coletiva e sobre o que será omitido.

Em cada capítulo, trabalhei com uma hipótese. No primeiro, acredito que Camisa Preta e sua fama foi produto construído principalmente da hipercaracterização de sua figura pela imprensa, utilizada por ela para atrair um público leitor para as suas matérias sensacionalistas ao mesmo tempo em que reafirmava a sua defesa dos valores republicanos. No segundo capítulo, defendi a hipótese de que as fraudes eleitorais eram uma tradição já consolidada na política brasileira, sendo assim, não são culpa exclusivamente do federalismo da Constituição de 1891 – que aumentou a autonomia dos estados e as lutas intraoligárquicas – e do poder dado a novos agentes que se aproveitaram para enriquecer em sua entrada no Estado. Ambos os argumentos depositam exclusivamente a culpa no sistema

republicano, o aferindo culpabilidade aos casos de fraude, por permitirem "arrivistas" corruptos em seu meio – é importante ressaltarmos que esse discurso é construído principalmente por um viés monarquista com a intencionalidade de criticar a República. Portanto, esta monografia procurou fugir dele, o desconstruindo. A violência e a fraude foram tradições readequadas por republicanos, o que reforça a ideia de que a instauração da República não representou uma ruptura com a metodologia para o controle dos pleitos. Baseio-me principalmente para reforçar essa tese, no trabalho de Arno Mayer[270], em que o autor mostra como a burguesia vitoriosa com a Revolução Francesa incorporou valores que eram antes da aristocracia para se diferenciar e ascender ao poder, como, por exemplo, a alta cultura, com roupas, modos de fala, ambientes onde frequentavam, etc. Sendo assim, as fraudes não eram problemas particularmente republicano, mas que teriam perdurado em qualquer tipo de governo através da tradição política. No terceiro capítulo, defendi que a heroicidade e honra de Camisa Preta provinham de sua capacidade de, através de sua atuação, refletir os valores da malandragem, frequentando cordões, habitando seus ambientes propícios, peitando a polícia, se dispondo a agir com honra.

[270] MAYER, Arno J. *A força da tradição. A persistência do Antigo Regime.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

6.
Referências Bibliográficas:

Fontes:

Arquivo Nacional. 9ª Pretoria Criminal de Santana. Gabinete de Identificação e Estatística: folha de antecedentes. SOARES, Alfredo (Camisa Preta). OR. 8076.

Arquivo Nacional. Supremo Tribunal Federal. Paciente requer habeas corpus preventivo por acusação de perturbação da ordem em eleições. BV.0.HCO.189 – ANO 1911.

BRASIL. Código Penal, 1890. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049

CRUZ, Eurico. *Relatórios Policiaes e Sentenças Criminaes*. Rio de Janeiro: Typographia dos "Annaes". 1914.

Periódicos (Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital): *A Imprensa, A Época, A Noite, A Notícia, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Os Cataguazes, O Paiz, O Século, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil*.

Revistas: *Careta, O Cruzeiro, O Malho, Vida Policial.*

REZENDE, Astolpho. Relatórios Policiaes. 1907/1910. Rio de Janeiro: Casa Vallelle, 1925.

Bibliografia:

BARBOSA, Orestes. *Bambambã*! 2a ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultural, 1993.

BARBOSA, Marinalva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARTOLY, F. S. Da Lapa Boêmia à Lapa Reificada como lugar do espetáculo: uma análise de dois períodos da história da produção do lugar na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Geográfica de América Central*. Costa Rica, 2011.

BRETAS, Marcos Luis. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRETAS, Marcos Luis. As empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, nº 1, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907 – 1930.* Rio de Janeiro: Rocco. 1995.

BRETAS, Marcos Luiz. *Valente mas muito considerado: a memória do crime*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300533342_ARQUIVO_mineirinho.pdf. Último acesso em 5 nov. de 2015

BURUCÚA, José Emílio. *Historia y ambivalencia. Ensayos sobre arte.* Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. O eterno retorno? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2009. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-eterno-retorno

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CHAZKEL, Amy. *Leis da Sorte: O jogo do bicho e a construção da vida pública urbana.* 1ª. ed, São Paulo: Editora Unicamp, 2014.

CHAZKEL, Amy. "Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro da Primeira República". In: MAIA, Clarisse Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos & BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, vol. 2. 2009.

DIAS, Luís Sérgio. *Quem tem medo da capoeira?: Rio de Janeiro, 1890 - 1904*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro, Divisão de pesquisa, 2001.

FREIRE, Américo. Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado. *Revista Tempo*, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a07v1326.pdf. Último Acesso em 8 nov. de 2015.

GAYOL, Sandra; PESAVENTO, Sandra. (Orgs.). *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX).* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios sobre iconografia política.*1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto.* 6 ed. São Paulo: Alfa e Omega, 1985.

MATOS, Claudia. *Acertei no Milhar: Malandragem e Samba no Tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATTOS, Rômulo. *A "aldeia do mal": o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República.* Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2004.

MATTOS, Rômulo. *A construção da memória sobre Sete Coroas, o "criminoso" carioca mais famoso dos anos 1920*. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338512062_ARQUIVO_SETECOROAS.pdf. Último acesso em 10 nov. de 2015.

MAYER, Arno J. *A força da tradição. A persistência do Antigo Regime.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MENEZES, Lená Medeiros de. Facetas marginais do sonho de civilização: imigração francesa e prostituição no Brasil (1816-1930). In: LUCA, Tânia Regina de; VIDAL, Laurent (Orgs.). *Franceses no Brasil: Séculos XIX – XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

MOTTA, Márcia M. Menendes. "História e Memórias." In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História – UFF, 1998.

NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

OTTONI, Ana Vasconcelos. *"O paraíso dos ladrões": imprensa carioca, civilização e gatunagem na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2012.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *"Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (no prelo), 2006.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. *Projeto História.* São Paulo, n. 14, 1997, pp. 231-241.

PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa no prelúdio republicano*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2003.

REIS, Vicente. *Os ladrões no Rio*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903.

RICCI, Paolo; ZULINI, J. P. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, v. 57, n. 2, 2014, pp. 443-479.

ROCHA, Gilmar. *Navalha não Corta Seda: Estética e Performance no Vestuário do Malandro*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n20/07.pdf. Último acesso em 6 nov. de 2015.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial 1850-1890*. Rio de Janeiro: Editora Access, 1994.

VELASQUES, Muza Clara Chaves. *A Lapa boêmia: um estudo da identidade carioca*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1994.

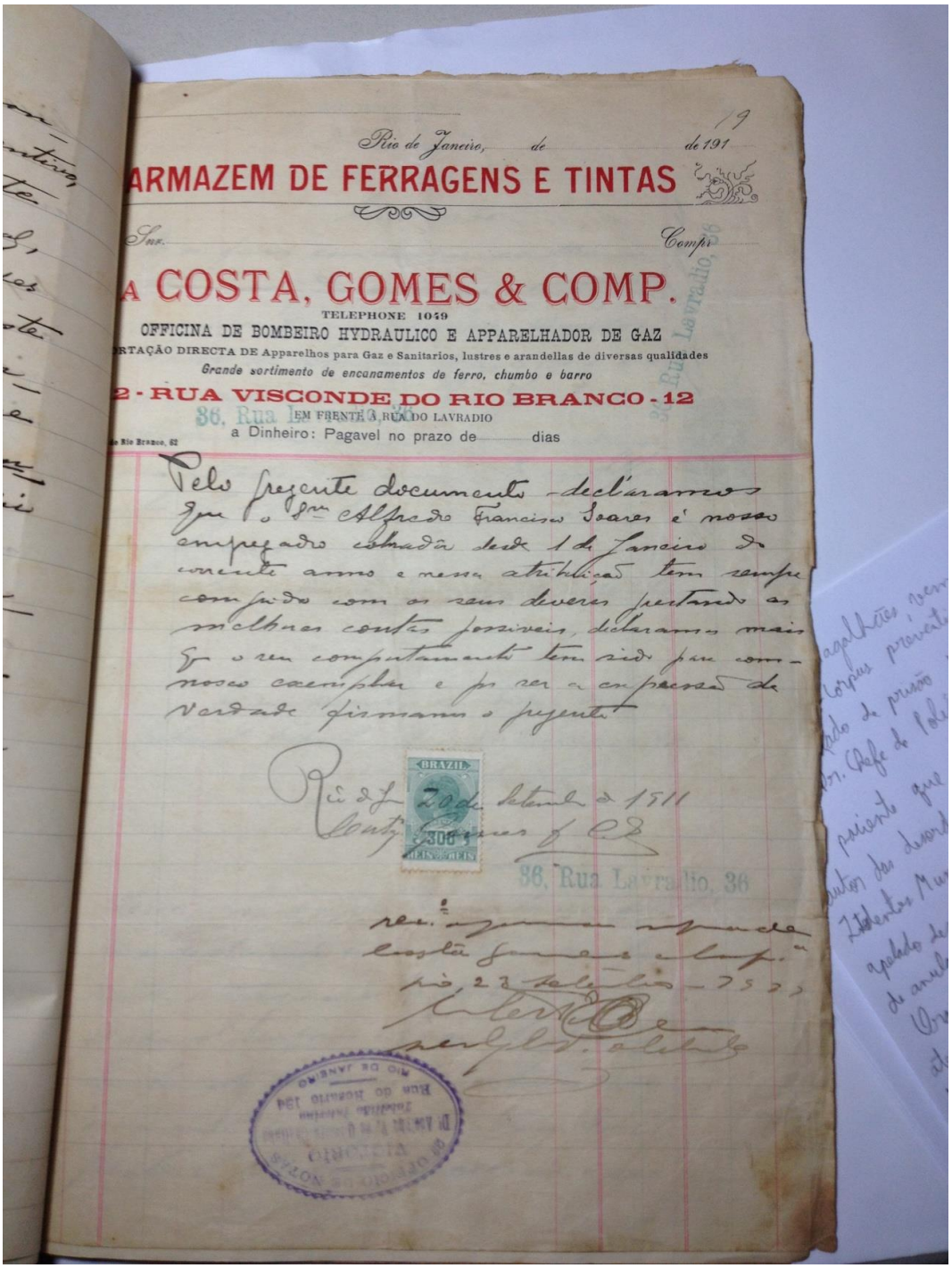
VELLOSO, M.P. A cidade voyeur: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas. *Revista Rio de Janeiro*, n. 8, set/dez. 2002, pp. 83-100. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_8/008_083.pdf. Último acesso em 6 nov. de 2015.

VENEUS, M. G. Enferrujando o sonho: Partidos e eleições no Rio de Janeiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Espaço e tempo, v. 30, n.1. pp. 45-69.

WARBURG, Aby. *The Renewal of Pagan Antiguity.* Los Angeles: Getty Publications, 1997;

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. *Projeto História.* São Paulo, n. 35, pp. 15-26, 2007.

Anexo:



ARMAZEM DE FERRAGENS E TINTAS

A COSTA, GOMES & COMP.

TELEPHONE 1049

OFFICINA DE BOMBEIRO HYDRAULICO E APPARELHADOR DE GAZ

EXPORTAÇÃO DIRECTA DE Apparelhos para Gaz e Sanitarios, lustres e arandellas de diversas qualidades

Grande sortimento de encanamentos de ferro, chumbo e barro

2 - RUA VISCONDE DO RIO BRANCO - 12

EM FRENTE Á RUA DO LAVRADIO

a Dinheiro: Pagavel no prazo de dias

Pelo presente documento declaramos que o Snr. Alfredo Francisco Soares é nosso empregado estradado desde 1 de Janeiro do corrente anno e nessa atribuição tem sempre cumprido com os seus deveres prestando os melhores contos possiveis, declaramos mais que o seu comportamento tem sido para comnosco exemplar e por ser a expressão da verdade fizemos o presente

BRAZIL 300 REIS

36, Rua Lavradio, 36

Documento atestando o local onde Camisa Preta trabalhava quando foi preso.